



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL

Aldanei Menegaz de Andrade

**Quem conta um conto, aumenta um ponto: contadores de
histórias no Distrito Federal (1991 a 2011)**

Linha de Pesquisa: Identidades, tradições e processos

Brasília, 2012



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA CULTURAL

Quem conta um conto, aumenta um ponto: contadores de histórias no Distrito Federal (1991 a 2011)

Aldanei Menegaz de Andrade

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília (PPG-HIS).

Área de concentração: História Cultural

Orientadora: Doutora Cléria Botelho da Costa

Brasília, 2012

Aldanei Menegaz de Andrade

**Quem conta um conto aumenta um ponto: contadores de histórias no
Distrito Federal (1991 a 2011)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade de Brasília (PPG-HIS).

Área de concentração: História Cultural

Orientadora: Doutora Cléria Botelho da Costa

Defesa: 24 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra Cléria Botelho da Costa - Presidente

Professora Dra Georgete Medleg Rodrigues - Examinadora

Professora Dra Eloísa Pereira Barroso - Examinadora

Professora Dra Nancy Allésio Magalhães - Suplente

Aos contadores de histórias, indígenas, africanos e portugueses, que com suas vozes cumpriram a função de contar histórias, propagar a sabedoria e dar continuidade ao fio ancestral que as mantêm vivas, ressignificadas e passíveis de novas ressignificações, como forma de manutenção desta tradição.

Vovô

Quando vejo o meu vovô
Que é pai do meu papai
Penso que um tempo atrás
Ele era o que eu sou

Agora eu sou criança
E o vovô também já foi
A vida é uma balança
Ontem, hoje e depois

Amanhã talvez quem sabe
Eu serei um outro avô
E o filho do meu filho
Será o que hoje eu sou

Ontem, hoje e depois.

AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos invocando a presença de *Erato*, a Alegria, uma das nove musas, filha de Deusa *Mnemosyne*, pois o momento é de alegria e gratidão. Alegria por ter conseguido chegar até aqui nesta pesquisa, que não se pretende conclusiva, pelo contrário, representa o início de uma pesquisa bem maior; gratidão por que é a forma de perceber que sozinhos não chegamos a nenhum lugar.

Agradeço as todas as pessoas que compartilharam comigo a realização deste sonho. Primeiramente, agradeço aos meus pais, que sempre me estimularam a perseguir os meus sonhos, que me propiciaram uma infância feliz em Bom Retiro, na serra catarinense e que durante suas muitas viagens trouxeram não só chocolates de presente, mas também livros que eram lidos por minha madrinha, alimentando meu imaginário com contos de fada dos irmãos Grimm, que eram em seguida vivenciados por mim e minhas irmãs, quando fazíamos nossos tronos de cobertas de pena. Ao meu pai, agradeço pelas inúmeras brincadeiras orais, trava-línguas, adivinhas, cantigas, versinhos e histórias que povoaram meu imaginário desde a mais tenra idade.

Agradeço aos meus filhos, João Francisco, Antonio e Matheus e minha filha Kalú, pela oportunidade de contar-lhes muitas histórias e pela alegria da companhia e convivência; e ao meu querido companheiro, Nelson Cesar, que apesar de sentir minha falta soube me respeitar e compartilhou comigo as angústias e as alegrias pelas descobertas durante este percurso.

Agradeço aos professores, alunos do curso “A Arte de contar histórias”, com os quais dividi dúvidas, compartilhei alegrias, descobertas e sonhos. Uma experiência que me estimulou a buscar mais, ir mais longe e tentar o mestrado.

Agradeço especialmente a minha querida orientadora e amiga a Professora Doutora Cléria Botelho da Costa, por ter acreditado em mim, pela voz firme e criteriosa que soube dar conselhos e por ter participado do meu crescimento profissional me estimulando a alçar vôos mais altos. Agradeço também aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, principalmente aos Professores Doutores Diva Muniz, Lucília Delgado, Nancy Allésio e José Walter pelos ensinamentos e reflexões compartilhadas.

Registro meus agradecimentos à Banca de Qualificação do Projeto de Pesquisa, a Professora Doutora Georgete Medleg Rodrigues e a Professora Doutora Nancy Allésio, pelas

observações precisas, pelo olhar criterioso, pontual e pelas sugestões que contribuíram para a pesquisa e elaboração da dissertação.

Agradeço ainda às irmãs Helenice e Eloísa Barroso, amigas que tiveram uma participação especial na construção da minha aprendizagem durante todo o percurso do mestrado, desde a seleção, a construção do projeto, como também na elaboração da dissertação, emprestando um olhar carinhoso nos poucos momentos de compartilhamento da produção solitária da escrita. E aos amigos da turma de Teoria e Metodologia em História Cultural e, após esta, tantos outros Encontros e Simpósios. Sou grata a todos pelo carinho, pelas reflexões e estudos compartilhados nas disciplinas que foram fundamentais para a elaboração deste estudo. Agradeço também ao querido amigo Clerismar, que tive o prazer de conhecer durante o percurso.

Gostaria de agradecer especialmente aos contadores de histórias que participaram desta pesquisa: Sr Nonato Pinheiro, Sr Filomeno Castro Gomes, Dona Maria Consuelo, Sra. Cília Cardoso, Sr Antônio Carlos Muniz, Sra. Adriana Maciel, Sra. Ana Paula Bernardes, Sr Tino Freitas, Brenno Arruda Vieira, Sra. Iêda Muniz de Almeida e Sra. Simone Alves Carneiro; devo a estes, por seus depoimentos, a legitimidade deste estudo. Sou também especialmente grata aos alunos da graduação, da turma de Cultura Brasileira II, do primeiro semestre de 2010, pela experiência compartilhada na construção desta pesquisa com história oral, os quais deram uma contribuição especial a esta dissertação, especialmente à Clara Hamthum do Amaral, Karoline Lima Siqueira, Francisco Carlos C. Filho, Adriana C. Lima, Lorranye P. Araújo, Wemerson Charley da Fonseca, Kelly Martins Santos, Pilar J. Castro, Érica Taiane e Pedro Vilanova.

Gostaria de agradecer ainda ao meu professor de Yoga, o professor Jefferson, que sempre esteve presente principalmente nos momentos de grande tensão. Assim como não poderia deixar de agradecer à minha querida amiga Eliane pelo carinho, estímulo, cuidado e atenção durante todo este processo. E às minhas queridas amigas, as Tagarela's Simone e Miriam, por tantas histórias, sonhos e alegrias compartilhadas durante as sessões de contos.

Não poderia deixar de agradecer aos escritores Helena Maria Ribeiro, João Bosco Bezerra Bonfim, Lucília Garcês, entre outros, pela sensibilidade de suas escritas e principalmente por terem ouvido outros e terem levado suas vozes adiante.

Segundo narram os viajantes que, no século XVIII, percorreram o lendário reino de Sião, o vocábulo obrigado (agradecido), em siamês era expresso pela palavra Kopliai. Conforme nos lembra Malba Tahan, havia, entretanto, uma singularidade: o termo Kopliai era, no País dos Homens Livres, proferido sempre duas vezes – Kopliai! Kopliai! – forma

delicada pela qual o siamês, exaltando o obsequiador, assegurava-o de sua sincera e inabalável gratidão (TAHAN, 1957, p. 5).

Só me resta dizer, a todos e todas, dentro desta fórmula siamesa tão simples e tão original de expressar a minha mais sincera gratidão:

– Kopliai! Kopliai!

Brasília, maio de 2012.

Aldanei Menegaz de Andrade

RESUMO

Contar histórias é uma tradição que se mantém, sobretudo por meio da cultura oral, e tem sido ressignificada pelos contadores de histórias presentes na cidade capital, palco/cenário desta narrativa. Brasília é uma cidade moderna, criada sobre o signo das artes que traz em sua concepção as raízes culturais brasileiras; tradição e modernidade originando uma verdadeira narrativa do *homo-brasiliensis*. Por meio deste estudo procura-se identificar e evidenciar a presença de contadores de histórias e suas práticas no Distrito Federal. Nesta pesquisa couberam algumas indagações: Como se dá a atuação dos contadores de histórias no Distrito Federal? O que diferencia o contador moderno do contador tradicional? Quais as histórias ouvidas pelos narradores e em que contexto se deu esta prática? Qual a história deste território evidenciada pelos contos, mesmo antes da transferência da capital nacional? Essa narrativa, tecida sob a luz da história cultural, teve como fio condutor a metodologia da história oral e como aporte teórico a obra de Walter Benjamin, Walter Ong, Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Sandra Pesavento e Câmara Cascudo, entre outros, por suas reflexões e estudos sobre tradição, modernidade, experiência, narrativa, oralidade, escritura, memória e história. As vozes dos contadores de histórias se transformam nesta pesquisa em fios, cardados¹ pela memória de suas histórias de vida e descortina a existência de uma outra história para além da historiografia oficial, que insiste em mostrar uma Brasília sem História. Contar e ouvir histórias são práticas que devem ser estimuladas em nossa sociedade individualista.

Palavras-chave: contadores de histórias, oralidade, narrativa, tradição, modernidade, experiência.

¹**Cardados:** refere-se ao ato de passar as fibras ou fios de lã, algodão ou linho na carda, instrumento utilizado pelas tecelãs, para preparar o fio para o trabalho de tecelagem manual (nota da pesquisadora).

ABSTRACT

Storytelling is a tradition that remains mainly through oral culture and has been re-signified by storytellers present in the capital city, the stage/scenario of this narrative. Brasília is a modern city, built under the signs of the arts, that brings in its conception much of the Brazilian cultural roots: tradition and modernity originating a true story of the *homo-brasiliensis*. This work piece intends to identify and evidence the presence of storytellers and their practices in the Distrito Federal area. Throughout this research some inquiries were brought about, such as: How does the storytellers act in the Distrito Federal area? What is the difference between the modern and the traditional storyteller? What were the stories heard by the narrators and in what context? What is the history about this territory evidenced by the tales, including those of the periods before the national capital was transferred to this area? The narratives created under the cultural history enlightenment was in a great sense wired by the storytelling methodology and supported by the masterpieces of Walter Benjamin, Walter Ong, Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Sandra Pesavento e Câmara Cascudo, among others, and by their theoretical thoughts and studies over tradition, modernity, experience, narration, orality, writing, memory and history. In this research, the voices of the storytellers were transposed into wires roved by the memory of their own life history. It reveals the existence of another history beyond the official historiography, that insists to present a Brasilia Without History. To tell and to listen to stories are practices that ought to be stimulated in our current individualist society.

Key-words: storytellers, orality, narrative, tradition, modernity, experience.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I BRASÍLIA: TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA CIDADE INVENTADA.....	18
II HORIZONTE DE HISTÓRIAS: A VOZ COMO NARRATIVA HISTÓRICA....	38
III CONTADORES DE HISTÓRIAS TRADICIONAIS E MODERNOS: AGENTES DA PALAVRA.....	74
3.1 O Contador de Histórias ao Longo da História e da Historiografia.....	74
3.1.2 Antecedentes: a pesquisa com contos populares de Brasília (1983).....	84
3.2 Vozes do Cerrado: Os Contadores de Histórias do Distrito Federal (1991 a 2011).....	87
3.2.1 Análise metodológica.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	138
<i>CORPUS</i> DOCUMENTAL.....	142
APÊNDICE.....	144
Roteiro da Entrevista.....	144

INTRODUÇÃO

A escolha do tema “contadores de histórias” partiu de minha experiência de vida e trabalho profissional como professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) nestes 22 anos de atuação na Oficina Pedagógica de Brazlândia, dedicados à pesquisa, produção de jogos e materiais pedagógicos, aliados à formação continuada de professores dentro de um espaço, que considero ser o melhor na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), pois permite criar, compartilhar, propor e executar experiências de ensino e aprendizagem, visando à qualidade da educação.

Um dos cursos que atingiu grande prestígio junto aos professores do Distrito Federal foi “A Arte de Contar Histórias” que surgiu a partir do meu envolvimento com o papel artesanal, a encadernação tradicional e artística e a produção de bonecos, além dos jogos e brinquedos populares e principalmente com a arte de contar histórias. Em 1996, na Oficina Pedagógica de Brazlândia, iniciamos o curso “Contando histórias fazendo bonecos, contando histórias fazendo livros”, um curso que buscou unir encadernações, bonecos e literatura infantil.

O resultado foi muito bom e os professores pediram mais. O curso, inicialmente proposto com 60h, passou para 90h, 120h e finalmente 180h. Em 2000, já com o nome “A Arte de Contar Histórias”, o curso foi repassado para as demais Oficinas Pedagógicas da SEEDF e estas fizeram o repasse paralelo aos professores de suas Regionais de Ensino.²

Fundamentada no exercício acadêmico e nas reflexões que esta experiência propiciou, procurei aprofundar meus estudos sobre a narrativa e a oralidade, elementos indispensáveis na atuação dos contadores de histórias. Busquei então o Mestrado, como forma de aprofundar e sistematizar os conhecimentos adquiridos durante esta prática.

O poeta João Bosco Bezerra Bonfim foi quem deu a dica: “no Programa de Pós Graduação em História, na História Cultural, tem a professora Cléria Botelho que orienta pesquisas na área da oralidade”. Partii então em busca do Mestrado, primeiro como aluna especial e, após a seleção, iniciei esta jornada em 2010.

Os diálogos estabelecidos com os professores e colegas nas disciplinas cursadas, somados à minha experiência profissional e pessoal, foram decisivos para o delineamento do

²Alguns encontros gerais foram realizados como estratégia metodológica e aconteceram em auditório no Plano Piloto, reunindo os professores de todas as regionais envolvidas. Por este curso passaram mais de 2500 professores, os quais, com toda certeza fazem a diferença em suas turmas, por estarem conscientes da importância de contar histórias e desenvolver a oralidade com seus alunos.

objeto desta pesquisa, onde procuro identificar os contadores de histórias e suas práticas no Distrito Federal. “Quem conta um conto, aumenta um ponto: contadores de histórias no Distrito Federal (1991 a 2011)”, procurei na voz de seus contadores de histórias – tanto as vozes que se mantêm na oralidade como aquelas cristalizadas no reino da escrita – descortinar a existência de uma história para além da historiografia oficial, que insiste em mostrar uma Brasília sem história. A escolha de Brasília como *locus* desta pesquisa fez com que o enigma se estabelecesse e foi preciso descobrir a palavra certa para decifrar a cidade dos muros invisíveis.

Busquei com este estudo evidenciar um aspecto da história desta cidade pouco pesquisado, a de seus contadores de histórias. A falta de bibliografia e de fontes escritas sobre estas personagens, aliada às minhas inquietações pessoais como contadora de histórias, fizeram com que eu dirigisse um foco sobre estes sujeitos.

No contexto desta pesquisa couberam algumas indagações: Quem são os contadores de histórias do Distrito Federal? De onde vieram? Ouviam histórias na infância? Contadas por quem? Como ocorre a atuação destes contadores de histórias na cidade capital? Qual o sentido da arte de contar? Quais as histórias deste território reveladas pelos contos?

Procurei respostas para estes questionamentos não só com a pesquisa bibliográfica, como também e, principalmente, por meio das entrevistas de história oral realizadas com os contadores de histórias presentes na cidade modernista. Procurei conduzir este estudo com a sensibilidade e sentimentos presentes no ato de ouvir e de contar histórias.

Busquei nortear a pesquisa a partir da seguinte hipótese: apesar do desenraizamento dos contadores de histórias e sua inserção numa cidade modernista, os traços característicos e tradicionais da arte de contar histórias permanecem, embora renovados/atualizados por esse novo contexto.

O recorte temporal – 1991 a 2011 – justifica-se, pois é a partir da década de 1990 que aumentam os cursos de formação de contadores de histórias. Afonso Romano de Santana³ assume a direção da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) no Rio de Janeiro em 1991, e por meio do PROLER – um programa nacional de promoção da leitura, cuja preocupação era a “formação do leitor” – inicia-se a formação de mediadores e contadores de histórias. Professores, bibliotecários e outros interessados tornam-se pesquisadores da arte de narrar e passaram a exercer esta prática algumas vezes de forma sistematizada.

³O escritor Afonso Romano de Santana escreve como protagonista a experiência à frente da FBN, com a criação do Proler, por Eliana Yunes. A partir daí, pôs-se em marcha a primeira construção da Política Nacional de Leitura. Em seu livro *Ler o Mundo* (São Paulo: Global, 2011), o escritor resgata uma geração de brasileiros que foi fundamental para a atual sistematização de políticas de leitura assumida pelo Estado.

Vale lembrar também que é a partir dos anos 1990 do século passado que a História Cultural veio a impor-se progressivamente no Brasil, com um embasamento teórico-metodológico específico, consolidado a partir da tão decantada crise dos paradigmas explicativos da realidade, conforme lembra Pesavento (2008, p. 12).

Há que se considerar ainda que a construção da história parte do presente em busca do passado, para a efetiva compreensão do objeto pesquisado. Hoje, como afirma Michel de Certeau,

[...] o historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Trabalha nas margens. [...] Vai até ‘as zonas silenciosas’ faz um desvio para a feitiçaria, a literatura popular, a loucura, a festa, o mundo esquecido dos camponeses (CERTEAU, 2006, p. 87).

Dentro de uma nova concepção, novos temas passam a ser objetos de estudo, saem das margens permitindo que seja lançado um foco sobre este universo pouco visível. Ainda nas palavras de Certeau (2006, p. 93), “a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de dar lugar a um futuro”. O recorte temporal não se limita, desta maneira, a 1991, mas busca também no passado anterior a esta data, outros elementos e contextos para melhor compreender o tempo presente onde os contadores de histórias continuam a praticar a arte de contar, apontando para permanências e recriações constantes desta prática.

Esta narrativa, tecida à luz da História Cultural, tem como fio condutor a história oral. Os fios que dão sustentação a esta narrativa são Walter Benjamin, Walter Ong, Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Sandra Pesavento e Luiz da Câmara Cascudo, pelos estudos e reflexões propiciadas acerca da tradição e da modernidade, da oralidade e da escritura, da memória e da História, da narrativa e da experiência. Além de outros autores que dão um colorido especial, como Malba Tahan e Ecléa Bosi e ainda os professores da Universidade de Brasília que emprestam texturas a esta narrativa, como Aldo Paviani, Bárbara Freitag, Cléria Botelho, Lucília Delgado e Eloísa Barroso, entre outros, que tive a honra de conhecer e dialogar neste percurso.

No primeiro capítulo procuro acompanhar a história do surgimento da modernidade no Planalto Central de Altitude, com a invenção da cidade de Brasília. A cidade lida com o que há de mais moderno e também com as tradições locais e nacionais trazidas por seus habitantes, vindos dos mais diversos rincões, com repertórios culturais distintos. Brasília não deixa de ser a síntese da cultura nacional. Tal qual a “Biblioteca de Alexandria” – que

procurou reunir os rolos de pergaminho escritos no intuito de guardar em um só lugar toda a sabedoria – Brasília também procurou reunir a cultura nacional, não em rolos escritos, mas juntando pessoas, guardiãs da sabedoria trazida na memória – fruto de suas experiências. Brasília pode ser tida, assim, como uma grande Biblioteca Viva, com seus Livros-Gente, que trazem suas sabenças e a recriam neste novo espaço.

No segundo capítulo procuro perceber Brasília, a partir de seus contos, escritos após a escuta das vozes de pessoas que habitavam estas terras antes mesmo da transferência da Capital Federal. Os contos tornam-se *corpus* significativo, capazes de contar uma história de muito antes dos 52 anos da cidade; história que vem se somar à existente e vem também contestar a hipótese de que Brasília não tem história e de que ela surgiu sobre o nada.

Os textos selecionados são compostos por alguns contos que fazem referência a um passado anterior à construção da capital. Entre eles, destacam-se os da coleção *Contos, Lendas e Estórias do Distrito Federal*, de Helena Maria Ribeiro, escritos a partir de depoimentos de história oral; *Mãe do Ouro*, da escritora Lucília Garcêz, escrito a partir de pesquisas sobre a oralidade local; *O Mito do Calango Voador*, o mais tradicional e moderno dos mitos – criado com o espírito de Brasília, aliando assim tradição e modernidade – escrito por Tico Magalhães e seu grupo “Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro”, entre outros, além da história narrada pelo Cacique Bedjai que fala da origem do seu povo, os Mebêngôkre, possíveis primeiros habitantes do Planalto Central. O *corpus* literário selecionado permite, assim, a leitura de uma história impar, contada por seus contadores de histórias. Procurei, desta forma, estudar o passado de Brasília mesmo antes de sua construção para melhor compreendê-la hoje.

Na primeira parte do terceiro capítulo, procuro o contador de histórias ao longo da história e da historiografia – um personagem que só pode ser encontrado nas entrelinhas, nas lacunas e nos espaços não ditos onde muitas vozes sempre estiveram falando, mesmo que não tenha sido ouvido pela historiografia oficial. Apresento, ainda, reflexões acerca da pesquisa realizada sobre contos populares em Brasília, no ano de 1987, pelo professor Altimar Pimentel (uma das descobertas desta pesquisa).

Na segunda parte do capítulo apresento a pesquisa desenvolvida com os contadores de histórias do Distrito Federal (1991 a 2011), fazendo a análise de dados a partir da elaboração de quadros temáticos. A pesquisa foi realizada com a participação dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília, durante o meu estágio docente na disciplina Cultura Brasileira II, no primeiro semestre de 2010. Minha experiência auxiliou na definição do

objeto. A tipologia – tradicionais e modernos – utilizada na pesquisa foi adotada por questões metodológicas, sem querer reforçar dicotomizações.

A disciplina Cultura Brasileira II, foi ofertada sobre o recorte *Estudos sobre a cultura oral no Brasil* e teve como eixo norteador os contadores de histórias que atuam no Distrito Federal, bem como a história do lugar de fala destes contadores. Procuramos refletir sobre a oralidade enquanto campo metodológico de investigação historiográfica e contribuir para futuras pesquisas em História e áreas afins quanto à utilização da oralidade na prática da pesquisa. Durante esta disciplina, estudamos os textos referentes ao tema proposto, construímos o projeto da pesquisa e realizamos a pesquisa de campo com a utilização da metodologia da história oral.

Buscamos identificar, localizar e conhecer as práticas de contadores de histórias que foram trabalhados no espaço onde vivem e praticam a arte de contar. Finalizo este capítulo buscando de certa forma avaliar esta experiência de uso da história oral como prática de pesquisa.

Para a metodologia qualitativa as entrevistas semi estruturadas com histórias de vida são de suma importância. Os alunos entrevistadores foram preparados e orientados a fazer perguntas abertas que possibilitassem respostas mais livres, sem ficar na entrevista de pergunta e resposta. Construímos um roteiro não rígido envolvendo os seguintes aspectos: a procedência e residência atual; as histórias que conta e as que ouvia na infância; a formação e atuação como contadores de histórias; os recursos utilizados ao contar as histórias; o como e quando aprenderam a contar histórias; e por que contam histórias.

Os alunos foram orientados a gravar e transcrever as falas dos contadores de histórias utilizando o caderno de campo para fazer anotações complementares. Discutimos como deveriam proceder nas entrevistas: falar pouco; estarem atentos aos silêncios; escolher um local tranquilo.

As entrevistas transcritas foram analisadas após tematização. Cada aluno entrevistou um contador de histórias, de acordo com a tipologia tradicional ou moderno. A tipologia adotada metodologicamente foi uma estratégia que permitiu observar a coexistência de contadores de histórias tradicionais e modernos no Distrito Federal, a procedência destes contadores de histórias, a data da sua chegada, o local de atuação, as histórias contadas e o que elas revelam. Das 14 entrevistas realizadas, 11 foram selecionadas para compor esta pesquisa, por serem representativas e por apresentarem gravações com boas condições de audição.

A disciplina teve início em 10 de março de 2010 e foi concluída em 02 de setembro daquele mesmo ano. Durante o período ocorreu uma greve dos professores e funcionários da Universidade de Brasília (UnB), além dos jogos da Copa do Mundo, eventos que prejudicaram o andamento das atividades acadêmicas. A turma foi composta por estudantes de diferentes semestres e de distintos cursos, como História, Artes Cênicas, Relações Internacionais, Biblioteconomia, Filosofia, Comunicação Social, Ciência Política, Letras e Ciências Sociais, o que permitiu a interdisciplinaridade no fazer acadêmico.

Este trabalho representou também uma experiência de integração entre graduação e pós-graduação e penso que tenha sido rico para ambas as partes. Os alunos tiveram a oportunidade de sair do *Campus* Darcy Ribeiro para realizarem as entrevistas, participarem da pesquisa, integrando teoria e prática e relataram sua satisfação na realização da mesma.⁴

A pesquisa foi iniciada a partir de informações prestadas por mim sobre os contadores de histórias⁵. A idéia era de que a partir das primeiras indicações os alunos fossem buscando outros narradores, pois é sabido que, a partir de informantes iniciais, vai se formando uma cadeia de pessoas interessadas na arte de narrar.

No início os alunos se mostraram um pouco duvidosos sobre o tema proposto, pois a grande maioria tinha pouco referencial sobre a atuação dos contadores de histórias no Distrito Federal. O desafio foi lançado e após várias reflexões sobre oralidade, história oral, memória, cultura, narrativa, elaboração do projeto de pesquisa, orientação sobre a prática de pesquisa e elaboração do roteiro da entrevista, partimos para as entrevistas propriamente ditas. Durante a pesquisa as dúvidas, estudos, sugestões, descobertas, encaminhamentos e socializações de resultados foram realizados durante as aulas.

O número de contadores de histórias localizados foi grande e existe um número muito maior de pessoas que contam histórias. Não seria possível entrevistar todos, além de não ser esta a proposta, pois não se trata de uma pesquisa quantitativa, e sim qualitativa; há que se levar em consideração também o pouco tempo disponível para a elaboração da pesquisa.

Entre os vários grupos de contadores de histórias, presentes no Distrito Federal, entrevistamos membros dos grupos “Roedores de Livros”, “Viva e deixe Viver”, “Matrakaberta”, “Tagarela’s”, “Trá-lá-lá” e “Vagalume”.

⁴Já é possível perceber desdobramentos desta pesquisa. A aluna Érica Taiane Pedrosa Melo, apresentou sua Monografia de Conclusão de Curso – Faculdade de Ciências da Informação, intitulada “Os contadores de história e sua contribuição no incentivo a leitura”, em julho de 2011, aproveitando a pesquisa realizada durante esta disciplina.

⁵Tema que venho estudando há 14 anos na Oficina Pedagógica, com o curso “A Arte de Contar Histórias”, destinado a professores da rede de ensino pública (SEEDF), e de minha atuação como contadora de histórias, decorrente também deste exercício de docência e orientação sobre as práticas desta arte.

É importante ressaltar que estou consciente de que esta dissertação não se pretende conclusiva, sendo apenas parte da trajetória, pois entendo o conhecimento como uma construção permanente. Assim, a partir de agora, convido o “respeitável leitor” a participar de minhas descobertas, seguindo os caminhos percorridos, que eu espero que seja apenas o início de uma trajetória que precisa, como numa corrida de revezamento, que alguém pegue o bastão e o conduza adiante!

CAPÍTULO I

BRASÍLIA: TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA CIDADE INVENTADA

“Somente a arte retrata a alma de um país.”
Juscelino Kubitschek de Oliveira

Tanto o historiador quanto o contador de histórias contam histórias buscadas no passado, ressignificadas no presente e lançadas para o futuro.

É com voz e visão de uma contadora de histórias que está estudando para também tornar-se uma contadora da História, que pretendo refletir sobre a história dessa jovem cidade: Brasília. Um dos desafios é encontrar este sujeito, o contador de histórias, ao longo da historiografia brasileira, pois pouco se falou a respeito deste personagem, responsável por transmitir um legado que é deixado para as novas gerações. Assim, de boca em boca, as histórias são contadas e a tradição é perpetuada.

Brasília completou 51 anos, nas palavras de Barbara Freitag (2009, p. 279), “cidade planejada, projetada na prancheta de urbanistas e arquitetos na segunda metade do século XX, é uma cidade jovem”, construída com o intuito de trazer a modernidade para a sociedade brasileira e inserir o país no ciclo dos países desenvolvidos em que o atraso colonial fosse substituído pela idéia de progresso, ou seja, a cidade desde sua criação pleiteou a inserção do país no capitalismo industrial. Brasília foi a tentativa de invenção de uma outra História brasileira.

Uma “cidade inventada” por Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, após mais de dois séculos de projetos e sonhos de inúmeros brasileiros, estudiosos, pesquisadores, políticos, desbravadores, geógrafos, biólogos e demais especialistas que se aventuraram por este interior do país até chegar ao Planalto Central e que se tornou realidade pelas mãos de JK e pelo suor e dedicação de seus construtores, impulsionados pela promessa de uma vida melhor e pela vontade de ajudar o Presidente nesta epopéia da construção.

Assim homens e mulheres de várias partes do Brasil chegaram ao Planalto Central para construir Brasília. Nas bagagens, além dos pertences, histórias variadas se misturaram a objetos pessoais. Estas histórias, até hoje contadas e ressignificadas, são compartilhadas entre

as diferentes gerações das mais diversas origens que permeiam a vida dos candangos,⁶ e dos antigos habitantes destas terras, antes mesmo de pertencerem ao Distrito federal, isso sem contar as gerações anteriores.

Os homens sempre contaram histórias entre si, como nos lembra Walter Ong:

O homo *sapiens* existe desde 30 mil a 50 mil anos. O escrito mais antigo data de apenas 6 mil anos. A sociedade humana se formou primeiro com a ajuda da linguagem oral; o homem aprendeu a ler em uma etapa muito posterior à sua história e no princípio somente alguns grupos podiam fazê-lo (ONG, 2011, p. 12).

Creio que contar histórias seja uma atividade própria do ser humano. Assim as pessoas que vieram para Brasília trouxeram experiências, as suas e as que ouviram durante suas vidas. Cantigas, brincadeiras, dizeres, histórias, reminiscências sobre antepassados e territórios, informações transmitidas de geração em geração e guardadas na memória continuaram a ser contadas. Portanto, neste contar e recontar histórias percebe-se que Brasília é um lugar onde as mais diferentes vozes contam e ouvem histórias trazidas na memória de seus imigrantes, quase todos brasileiros, vindos de diversas partes do Brasil, o que torna este espaço urbano uma espécie de síntese da cultura brasileira.

Os trabalhadores que construíram Brasília vieram dos quatro cantos do país, e assimilaram a idéia da construção de uma nova nação brasileira que, segundo Oliveira (*apud* FREITAG, 2009, p. 281), constituiria o “mito nacionalista”. “Brasília encarnava o mito do gigante adormecido que, acordado, se ergueria, demonstrando força e competência, o avião riscado por Lúcio Costa no Planalto Central, que levantaria voo para um futuro glorioso, em que o Brasil finalmente daria certo”. Essas imagens, do voo e da asa, me remetem ao anjo de Paul Klee, e ao conceito de história de Walter Benjamin, quando este apresenta sua interpretação do quadro *Angelus Novus*:

Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1994, p. 226).

⁶Termo de origem africana, com o significado de “ordinário”, “ruim”, aplicado aos trabalhadores que se dedicaram à construção de Brasília. No dialeto quimbundo a palavra era aplicada aos senhores de engenho do período colonial brasileiro. Na atualidade, a palavra designa, popularmente, aquele que nasce no Distrito Federal (nota da pesquisadora).

Asas de anjo e voo para o futuro. O anjo e o avião estão de asas abertas prestes a alçar voo rumo ao progresso, ao moderno. É a história e suas temporalidades: passado, presente e futuro entrelaçados. Os habitantes de Brasília vieram em busca de um futuro melhor, de uma solução para suas vidas e estimulados com a possibilidade de “ajudar” o popularíssimo presidente JK a concretizar o sonho da construção da capital, sintetizado no seu plano de metas, denominado “Cinquenta anos em Cinco”. Essas pessoas estão em Brasília comemorando os 51 anos da cidade, lembrando e contando a história do surgimento da “Capital Esperança”, que nasceu como símbolo da modernidade, com uma visão futurista.

Teresa Negrão, prefaciando o livro *NOVACAP: 50 anos por Brasília*, de Buchmann *et al.* (2010, p. 40), comenta que esta empresa “permitiu que o sonho alado do urbanista, migrasse da prancheta de uma Brasília imaginada para materializar-se na construção de uma obra gigantesca e prosseguir em seu papel de guardião desta cidade modernista”. A historiadora faz referência ao sonho alado, uma metáfora que também remete ao anjo que tem asas e que é guardião e continua a olhar para o passado de uma Brasília que continua sendo impulsionada para o futuro.

A partir de inúmeras histórias contadas pelos candangos, o poeta e escritor, João Bosco Bezerra Bonfim escreve o “Romance do vaqueiro voador”, que narra um episódio, durante a construção de Brasília, onde trabalhadores desenvolviam suas atividades sem proteção adequada, assumindo jornadas ampliadas, pois o trabalho não podia parar. Camas nunca dormiam. Acidentes aconteciam, sem deixar notícias, como este, *mote* do escritor:

Quem em noite de lua
Da esplanada dos ministérios
Se aproxima há de ouvir u’a
Voz que ecoa, entre blocos,
E um aboio assim sentido
De onde vem? Mistério! [...]

Era de janeiro primeiro,
Nos idos anos cinquenta
Quando voou um vaqueiro
De altura sem tamanho
Espatifou-se no chão
Teve a vida o desengano. [...]

Ei-lo voando entre os prédios
Para o campo paramentado:
Peitoral, perneira, gibão,
Chapéu passado o barbicacho.
Voou no rabo da rês
Mas só chão havia embaixo (BONFIM, 2006, p. 5 e 37).

O vaqueiro, personagem apresentado nos fragmentos acima, representa a sina dos inúmeros trabalhadores que atenderam ao chamado do presidente e, na esperança de melhores condições de vida, para cá vieram, deixando para trás cidades e cidadanias construídas, vivências e pessoas queridas, mas trazendo na bagagem sua cultura, seus saberes e fazeres, acreditando no sonho de uma vida melhor nesta cidade que se insinua como obra de arte.

Em Brasília, linhas retas e curvas fazem com que o concreto assuma uma leveza inimaginável. Colunas pesadas são substituídas por formas que flutuam no espaço urbano. A arquitetura é a própria personificação da modernidade.

Apesar da imagem do novo, do moderno, Brasília trouxe também a tradição, pois o que é o hoje, senão a somatória do passado e das experiências e aprendizagens ao longo do tempo? O hoje é a transição entre o ontem e o depois. Brasília é uma produção do seu tempo e traz os ideais de sua época. É o fruto de um movimento modernista que propunha a reinvenção da história brasileira. Suas obras de arte serão caracterizadas por um dilacerado desejo modernista de compreender o país e repensá-lo, rejeitando as teorias colonizadoras construídas a partir do clima, da raça e da miscigenação. Foi a partir de 1922, nas palavras de Elias Thomé Saliba, retiradas do catálogo da exposição *Olhares Modernistas*:

[...] que se deu esta ansiedade pela descoberta da 'brasilidade', nascida de uma atualização da inteligência brasileira, que conduziu a uma profunda necessidade de rever o passado, a uma revalorização do conhecimento histórico, a uma reinvenção da História (SALIBA, 2000, p. 45).

A Semana de Arte Moderna de 1922 recusou a presença da Europa e suas formas de expressão correntes, para buscar raízes autênticas, que deveriam ser recriadas em formas que se diziam e se queriam novas, criação e recriação de uma brasilidade até então escondida ou por decodificar.

Talvez o Memorial dos Povos Indígenas, localizado no Eixo Monumental, seja uma forma de dizer que Brasília, afinada com os ideais modernistas, exalta o índio, defende o direito dos nativos, os primeiros habitantes do Brasil, marcando o contraste entre o passado e o presente.

A Catedral, também no Eixo Monumental, surge diferente, construída em formato completamente novo, com muita luz e leveza, contrastando com as formas tradicionais das igrejas escuras e pesadas. Igualmente a igreja Dom Bosco, localizada na avenida W3 Sul, tem formato moderno, e é pura luz e pura poesia azul.

Pode-se dizer, assim, que Brasília é o novo, o não visto; uma arquitetura autenticamente brasileira povoada por brasileiros de todos os quadrantes. A “carne e a pedra”, como diria Sennet (1997), em seu livro *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, onde nos presentearia com os conceitos de *urbis* e *civitas*, com os quais comungo inteiramente. *Urbis* refere-se à cidade material, ou seja, às construções físicas, a “pedra” do espaço urbano e *civitas* designa as relações estabelecidas na *urbis*, compreendendo a vida social e as políticas desenvolvidas pela “carne” no espaço urbano.

Mas não se pode esquecer que o conceito de modernidade, para Benjamin (1994), está relacionado ao de tradição. Para o filósofo, viver no mundo moderno é mais do que estar na fronteira entre o velho e o novo. Para Benjamin, o indivíduo moderno é pobre em experiências, é mudo, não tem o que contar. A verdadeira experiência faz falar, tem o que contar. Benjamin defende a sociedade artesanal pré-industrial, por ser esta rica em experiências e manutenção de vínculos com a tradição.

A sociedade capitalista industrial fragmenta o indivíduo e este passa a não ter mais o domínio sobre o que produz, faz apenas uma parte do processo repetidamente, sempre aquela, seu movimento passa a ser mecânico, tal qual a máquina, como é possível ver na caricatura feita por Charles Chaplin, no filme *Tempos Modernos*. O movimento mecânico como o próprio nome diz, é mecânico, não necessita de reflexão sobre o processo. A transformação do modo de produção industrial subtraiu o indivíduo da tradição.

A narração é um dos meios pelos quais a experiência da tradição é transmitida e essa transmissão ocorre, em grande parte, por meio da oralidade. A autêntica experiência ocorre “no” e “pelo” coletivo, passível de ser comunicado, transmitido e continuado. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas às experiências de seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Assim sendo, a experiência de construir Brasília foi uma experiência compartilhada e construída coletivamente e por isso possível de ser narrada até os dias atuais. Contar histórias possibilita a recuperação da experiência do narrador, que a reconstrói para os ouvintes e, portanto, recupera a tradição, que é repassada pela oralidade, por meio da fala, das cantigas, trava-línguas, adivinhas, contos e casos acontecidos.

O estilo antigo é a tradição. E a modernidade quebra com o repasse oral, o sujeito passa a se isolar com o romance. “A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos e nem sabe dá-los” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Brasília traz as marcas do estilo antigo aliado ao novo, ao moderno, ao inusitado. Modernidade e tradição como marcas da cidade se misturam para dar forma e sentido a este espaço urbano. Em Brasília convivem diferentes temporalidades, sendo comum perceber a presença de carroças no meio urbano, denunciando a permanência de antigas tradições.

Para seus planejadores, Brasília utopicamente começaria do zero, como se isto fosse possível, mas trouxe com ela as marcas da tradição desde seu traçado inicial. A cruz determinou o sentido e posição exata do Eixo Monumental, que já nasceu monumental, cruzado pelo eixo na plataforma da Rodoviária do Plano Piloto. O traço fundamental foi uma cruz e a partir dela as asas buscam os sentidos norte-sul em linhas curvilíneas, como asas de avião como preferem alguns, ou como asas de anjo, como arriscam outros.

Os candangos também trouxeram suas tradições e logo se organizaram e se organizam até hoje em feiras, onde reconstroem suas tradições; lá encontram objetos, comidas, roupas, cantorias e histórias que continuam a ser contadas, apesar da pressa da sociedade contemporânea. Também as festas são exemplos de manutenção das tradições. A Festa do Divino, a Folia de Reis, a Festa de São Sebastião, a do Morro da Capelinha, as Cavalhadas e tantas outras, mostram a manutenção de tradições na sociedade contemporânea brasiliense.

O passado, presente na arquitetura modernista pode ser percebido na fala do arquiteto Oscar Niemeyer referindo-se ao Palácio da Alvorada: “E o palácio sugeria coisas do passado. O sentido horizontal da fachada, a larga varanda protegendo-a, a capelinha a lembrar no fim da composição nossas velhas casas de fazenda” (NIEMEYER, *apud* FRANCISCO, 2011, p. 13).

É a tradição e a modernidade em convívio. A tradição, para se manter, precisa ser recriada e ressignificada. A cidade vive neste eterno limiar entre o velho e o novo. Brasília seria esta mescla do estilo antigo, aliado ao novo, ao moderno, ao inusitado. Joaquim Cardozo, citado por Ramos (2011, p. 66) em artigo para a revista *Módulo*, número 1, publicada em março de 1955, havia chamado atenção para “[...] o grande ‘efeito plástico’ e as ‘soluções engenhosas’ produzidas pela arquitetura das casas sobre palafitas do Amazonas. São edificações que resistem a variabilidade das águas e, no período das cheias, parecem flutuar sobre os rios da região.”

Segundo Ramos (2011, p. 66), estes podem ser os “traços da tradição das construções populares de baixa renda no desenho do principal palácio do país”. Assim, ao criar colunas que parecem deixar os palácios suspensos, o arquiteto consegue obter esse efeito especial no Palácio do Planalto. As obras de arte que compõem os palácios de Brasília são a expressão da arte moderna brasileira. Assim como também os móveis, que trazem a marca de seu tempo,

são representações do século XX. Percorrer os palácios de Brasília é percorrer uma grande exposição da arte moderna.

Dentro desta concepção está Brasília, projetada para ser a capital da República Federativa do Brasil, cuja atividade principal é abrigar o governo da nação. Ela reúne em seu conjunto arquitetônico, de destaque nacional e internacional, obras de inestimável valor artístico, estabelecendo um tipo de arquitetura moderna, tipicamente brasileira, a qual procurou o novo, o inusitado, o diferente, sem, contudo, deixar de valorizar o antigo. Saberes foram incorporados à nova arquitetura e urbanismo, pensados para uma sociedade justa e utópica. Contudo, embora tentasse, não conseguiu se livrar das marcas do passado da sociedade brasileira.

Os *pilotis* permitem a livre circulação de pessoas, da luz e do próprio ar, deixando o ambiente fluir por baixo dos edifícios. Este espaço comum seria o ponto de encontro e socialização dos moradores. As *tesourinhas*⁷ permitem reduzir o número de cruzamentos nos eixos (vias largas para o deslocamento de automóveis). A cidade é organizada por setores, de acordo com as funções morar, trabalhar e lazer. As áreas residenciais são definidas com equipamentos que permitem o atendimento local como Unidades de Vizinhança e Comércio Locais.

Uma característica forte, nem sempre percebida por seus moradores, é o fato de Brasília não ter em seu Plano Piloto muros de concreto, ideia que está ligada a um jeito diferente de viver, onde o individual se mescla ao coletivo, pelo menos na concepção de seus criadores. Como diz Calvino (1990, p. 59), “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe ligação entre eles”.

Tal qual a ideia de *Cidades Invisíveis*, apregoada por Calvino (1990), podemos falar em muros invisíveis. Apesar de Brasília não ter muros visíveis em seu Plano Piloto, esses muros estão aí a impor limites aos habitantes da periferia, que não dispõem de transporte adequado e pouco participam da vida cultural da cidade, pela distância de suas moradias, além de outros aspectos. De acordo com Calvino (1990) uma cidade contém muitas cidades.

Lúcio Costa admitia ter bebido em Le Corbusier, arquiteto francês, os princípios da cidade-parque, dos espaços abertos e dos *pilotis*. Algumas experiências de renovação urbana anteriores a Brasília podem ter sido definitivas para a construção da capital modernista. São elas o Parque Guinle, no Rio de Janeiro; o prédio do Ministério da Educação e Saúde, atual

⁷**Tesourinhas:** obra viária típica de Brasília, com retornos em formato de trevo (nota da pesquisadora).

palácio de Capanema, também no Rio de Janeiro, construído em 1936; e o complexo da Pampulha, em Belo Horizonte, entre outras.

Segundo Marcos Lontra, no catálogo da exposição organizada por Mattar (2004, p. 139), na empreitada da construção “JK foi o político do futuro, do sonho e da poesia, acreditando na força poderosa da arte para transformar o mundo e fazendo da Utopia o seu lema e a sua bandeira”. Sobre a utopia, Sandra Pesavento esclarece:

A utopia é este país imaginário, inventado na Renascença por Thomas More, onde se manifesta uma sociedade radicalmente outra, um mundo em tudo melhor que o mundo real [...]. Para Thomas More – que escreveu depois do choque do encontro entre europeus com a América – aquilo que não era mais possível edificar no Velho Mundo era preciso realizar no Novo (PESAVENTO, 1992, p. 16).

Juscelino Kubitschek de Oliveira identificava-se com o ideário modernista e justificava-se pelo compromisso de fazer do passado um efetivo instrumento de transformação do presente, projetando as bases de um futuro mais justo e democrático. Ele sabia que para “se formar uma nova sociedade era preciso uma nova forma, e ele a identificava – talvez até de maneira excessivamente romântica – com a transformação e a modernidade” (LONTRA, 2004, p. 141).

O presidente JK promoveu a modernização do país sem deixar de lado a arte nacional, mas buscando o novo, ao mesmo tempo em que valorizava as tradições. Promoveu a cultura, estimulou a experimentação artística, possibilitando o aparecimento de uma nova poesia, do Cinema Novo e de novas modalidades de samba, conforme expõe Lontra (2004). Para JK modernidade e arte parecem ser sinônimos. Segundo ele:

A arte é uma bandeira de fé e certeza nos destinos supremos do ser humano. É ela que contém a palpitação de suas esperanças mais fundas e de suas aspirações mais eloqüentes. É ela que o induz à meditação e à contemplação e lhe infunde à ação um sentido mais alto e menos contingente, orientando-o para aqueles horizontes mais amplos e para aquele infinito em que o espírito se sente dominado pela emoção do intraduzível, do inarticulado, do que apenas através dos símbolos ganha forma, esplende e se oferece sem permitir que se esgote nunca a sua riqueza comunicativa.⁸

JK reconhecia nas artes papel importante para a formação de uma nação, uma arte em que o caráter da modernidade não poderia deixar de estar presente. Em seu governo o presidente Bossa Nova, como era chamado, promoveu a cultura e estimulou a experimentação artística em todo o território nacional, criando um ambiente favorável para o surgimento do

⁸Fragmento do discurso de inauguração da Exposição Internacional de Arte Moderna de Belo Horizonte, em 1952, proferido por JK, citado por Lontra (2004, p. 142).

novo. Os anos 1950 se caracterizam pela ampla renovação e experimentalismo formal no campo do modernismo.

Malba Tahan desenvolveu, também nos anos 1950, uma pesquisa com professores, abordando a importância de desenvolver a Arte de contar histórias, em várias capitais brasileiras; Luís da Câmara Cascudo (1999), também neste período, desenvolveu pesquisa sobre a importância da oralidade brasileira, resgatando contos, lendas e demais expressões orais. Na Argentina, Dora Pastoriza de Etchebarne (1975), doutora em Filosofia e Letras, exibiu o particular privilégio de ter apresentado sua tese, “*El arte de narrar: oficio olvidado*”, um tema insólito para 1950.

A autora argentina defendeu a narração como uma atitude sentimental não desvinculada do momento presente. Para ela “o presente não é mais do um ponto de contato entre a linha do passado e o do porvir”, de tal modo que ao restituir à palavra oral o seu justo valor, não fazemos mais do que “olhar o antigo com olhos novos, como uma forma de compreender o amanhã” (ETCHEBARNE, 1975, p. 5).

Nos Estados Unidos, atrelado ao projeto de bibliotecas, também na década de 1950, esta arte passa a ser desenvolvida, por meio de cursos destinados a professores, bibliotecários e demais mediadores, abordando a importância da oralidade e do ato de contar histórias, buscando a formação de leitores.

Nessa esteira pressupõe-se também o surgimento do novo contador de histórias, um narrador dos tempos modernos que busca no contador de histórias tradicional as bases para desenvolver esta atividade, saindo do espaço familiar e percorrendo novos espaços, como escolas, feiras do livro, livrarias, bibliotecas, teatros e *shoppings*, saindo do anonimato e passando a desenvolver uma atividade autoral, de certa forma profissional.

A temporalidade também mostra que este assunto não é tão recente quanto parece, pois geralmente ele é referido como sendo do final do século XX, mas estas experiências mostram que o interesse pela formação de contadores de histórias também já era um assunto pesquisado na metade do século XX. Procuo narrar nesta pesquisa as histórias de alguns contadores de histórias, principalmente daqueles que escolheram Brasília como palco/cenário da narrativa de suas histórias, cujo enfoque maior é dado nestes últimos vinte anos.

Benjamin, ao tomar como base os textos de Baudelaire, nas reflexões sobre modernidade “faz com que a cidade torne-se um texto ou o texto torna-se capaz de capturar a cidade. Isso faz da literatura uma fonte importante para conhecimento da realidade social” (BENJAMIN *apud* BARROSO, 2008, p. 54). Assim, a cidade de Brasília, por meio de suas representações, pode ser vista como um texto. É uma obra de arte pelo seu conjunto. As

pessoas vindas dos quatro cantos do país e também do exterior, tornam-se também páginas deste grande texto, ou melhor, tornam-se livros desta grande biblioteca, que reúne conhecimentos, crenças, tradições das diferentes culturas que a compõem, tal qual a Biblioteca de Alexandria que pretendia reunir todos os saberes do mundo.

Desta forma, segundo aponta Pesavento (2008b, p. 79), “tradução sensível da renovação capitalista do mundo, a modernidade, enquanto experiência histórica, individual e coletiva, faz da cidade mais que um *lócus*, um verdadeiro personagem”.

Além da arquitetura inovadora de Niemeyer, do urbanismo de Lúcio Costa, baseado em projetos internacionais, com influências de Le Corbusier, do paisagismo de Burle Marx, Brasília impressiona também pela quantidade de obras de arte que podem ser vistas nas construções e espaços públicos. No próprio *campus* da Universidade de Brasília (UnB) estão *Monumento à Cultura*, de Bruno Giorgi e *India Bartira*, escultura de Vitor Brecheret.

Os principais locais que possuem um vasto acervo cultural são o Palácio do Itamarati; o Congresso Nacional; o Teatro Nacional, hoje chamado de Teatro Cláudio Santoro; a Praça dos Três Poderes; o Palácio da Alvorada; o Palácio da Justiça; o Palácio do Planalto; o Palácio Jaburu, além de tantos outros espaços espalhados também pelas Asas Norte e Sul; as obras de Athos Bulcão merecem destaque pela importância e quantidade de painéis, fachadas, pinturas e azulejos que cobrem um grande número das construções de Brasília.

A arquitetura, originalidade de seu urbanismo e a quantidade de obras de arte fizeram de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade, título que recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 7 de dezembro de 1987.⁹ Esse título lhe garante a manutenção da originalidade de seu projeto, reunindo todos os princípios do Modernismo em seu Plano Urbanístico, Arquitetônico e Artístico.

Muitas das obras de arte que podem ser vistas em construções e espaços públicos de Brasília foram realizadas pelos artistas que participaram da Exposição de Arte Moderna de 1944, ocorrida em Belo Horizonte 22 anos após a Semana de Arte Moderna de São Paulo e 16 anos antes da inauguração de Brasília.

Brasília guarda no interior de seus principais edifícios um acervo de obras de arte até hoje pouco conhecido por seus habitantes. Talvez falem projetos que venham facilitar a divulgação, frequência e reconhecimento, por parte de seus moradores, deste grande museu que é Brasília. O Instituto de Terceiro Setor (ITS), organização não governamental sediada em Brasília, lançou recentemente a coleção sobre os palácios de Brasília, apresentando ao

⁹Lista do Patrimônio Mundial – Inscrição nº 445.

público a coleção *Memória*, de registro histórico, iconográfico, material e imaterial do patrimônio arquitetônico de Brasília, o que não deixa de ser uma forma do público poder “visitar” estes palácios e conhecer as obras de arte neles contidas.

Brasília, nas palavras de Eloísa Barroso (2008, p. 42):

[...] expressa uma tensão constante entre a extrema tradição dada pelas raízes da sociedade brasileira com a modernização global de sua arquitetura. Essa cisão permanente cria na cidade, ao mesmo tempo, a possibilidade de integração internacional, assim como a desigualdade, exclusão econômica e sócio-cultural.

Brasília é apresentada pela pesquisadora como sendo a cidade dos contrastes. Esses contrastes podem ser percebidos pelos dados do documento “Distrito Federal 10 anos” (2010), elaborado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). O documento revela que o quadrilátero passou por grandes transformações no período de 1977/2007 e embora apresente a maior renda *per capita* do Brasil, continua mostrando enormes disparidades nas condições de vida de sua população. Brasília, tal qual outras metrópoles brasileiras, caracteriza-se por grande desigualdade social.

A renda individual do brasiliense decresceu no período analisado, assim como continuou elevada a concentração de renda. No entanto, a população teve consideráveis ganhos sociais no período. Observou-se o declínio nas taxas de analfabetismo e aumento da escolaridade média da população, segundo dados do documento da Codeplan. Segundo este estudo, em 1997 a taxa de analfabetismo da população, de 15 anos e mais, era de 5,7% e em 2007 decresceu para 3,7%, apresentando uma desaceleração marcante, além de ser uma taxa bem menor que a média nacional, que era de cerca de 10% neste último ano. No Distrito Federal a taxa de escolarização na faixa de idade escolar obrigatória é bem próxima dos 100% em todo o período analisado, com menos de 2% das crianças fora da escola. Assim:

[...] esta realidade pode fornecer ao pesquisador uma trama de textos e signos que talvez revele o que é viver na *urbe*. Provavelmente, essa cidade seja, também, um exemplo do que afirma Canclini (2003) quando se refere às megalópoles¹⁰ da América Latina, que com as crises econômicas, financeiras e o atrofiamento dos Estados não foram capazes de mobilizar novos recursos econômicos e culturais com

¹⁰Para Nestor Canclini megalópoles designam as Mega Cidades. Estas Mega Cidades ao mesmo tempo em que parecem permitir a facilidade da vida moderna aos que nela habitam, limitam o acesso a essas facilidades pelos altos custos. Isso faz com que ambigualmente o indivíduo conviva com o público e o privado, com o contraste entre o formal e o informal, com o legal e o ilegal, incluído e excluído. Nas Mega Cidades há uma “magnificação” e celebração do social, mas essa “monumentalização” é fugaz, pois o social está sucumbido a uma lógica comercial. Em verdade a atividade mercantil é responsável por determinar a forma como o cidadão circula e se orienta nessa organização caótica da megalópole que desintegra a racionalidade da ideia de metrópole. Essas Mega Cidades, para Canclini, vivem na tensão entre a expressão extremada da tradição e da modernização global.

vistas a renovar e expandir sua vida e sua projeção externa. Brasília é o “agora”, mas é também o passado, na medida em que não conseguiu impedir a “invasão” da dubiedade da sociedade brasileira (BARROSO, 2008, p. 36).

O Distrito Federal, conforme dados da Codeplan, tinha no ano 2000 uma população de 2.051.146 habitantes, sendo que em 2010 passou a ter 2.562.963 habitantes (DISTRITO FEDERAL, 2010). Um crescimento de 2,25%, o que vem comprovar a hipótese de que a cidade sofre como qualquer outro centro urbano com problemas de infra-estrutura. Percebe-se que embora Brasília não tenha 10 milhões de habitantes, apresenta um crescimento acelerado, uma média de 500 mil novos habitantes a cada 10 anos e se continuar nesta média terá em 2020 mais de 3 milhões de habitantes.

Com a diminuição da oferta de empregos no eixo Rio e São Paulo outras cidades se tornaram atrativas para os migrantes brasileiros. Brasília, por suas características socioeconômicas, chama a atenção daqueles que procuram outra localidade com o intuito de “melhorar de vida”. No final da década de oitenta e início da década de 1990, a cidade teve um aumento significativo em seu contingente populacional. A Codeplan/IBGE (2003) registra que o número de habitantes somou um crescimento de 28%. Uma das explicações talvez esteja no fato de que por vários anos a vertente política responsável por gerenciar a política na cidade tinha como principal meta a criação e a expansão urbana através de moradias para as classes menos favorecidas. Outro fator seria a ampliação do setor de serviços, pois se observa que no mesmo período dessa expansão vertiginosa da população, enquanto outras cidades experimentavam uma desaceleração no setor industrial, crescia na Capital Federal o setor de serviços (BARROSO, 2008, p. 43).

A expansão urbana de Brasília durante as décadas de 1980 e 1990 está longe de ser considerada um exemplo ideal de urbanização. Magda de Lima Lúcio (2007) em suas análises observa que na década de 1980:

as propostas de desenvolvimento urbano foram voltadas para a classe baixa da população e o Estado ainda mantinha um certo controle das áreas destinadas para a criação de novos assentamentos. Mas, na década de 1990, a classe média ocupou grandes faixas territoriais na Capital Federal, originando mais de 350 condomínios irregulares que não contavam com planejamento ou aquiescência pública do Governo Local. Esses condomínios se caracterizam pelo auto-provimento (por distribuição de cotas a cada morador) de infra-estrutura: coleta de lixo, asfaltamento e iluminação pública, água (usualmente vinda de poços artesianos) (LÚCIO, 2007, p. 85).

Percebe-se que quando se pode pagar é possível viver melhor na cidade, enquanto outros terão o seu direito reduzido, por não poderem pagar. Mesmo quando conseguem ter acesso a essa infra-estrutura os mais pobres não conseguem ter outros direitos atendidos, como o trabalho, bons salários, saúde, escola gratuita e de boa qualidade, fazendo com que a

distância entre os dois grupos seja cada vez maior. Enquanto as classes mais abastadas conseguem prover a si mesmas, as classes pobres sempre necessitam do Estado para atender suas necessidades (LÚCIO, 2007).

A paisagem urbana de Brasília faz com que a cidade tenha uma paradoxal convivência entre os valores modernos metropolitanos e as tradições herdadas de um passado rural, organizando assim novas formas de sociabilidade. Nas análise de Barroso (2008) Brasília se apresenta como uma espécie de imagem de um espaço heterogêneo onde estão instaladas as mais diversas práticas sociais, em que as diversidades culturais são responsáveis pelos significados e pela historicidade social do espaço urbano.

Assim, a cidade se apresenta como uma escritura do tempo, uma obra coletiva, onde são percebidas as marcas culturais das sucessivas gerações que por ela passam. A cidade se apresenta como linguagem, mostrando nos signos expostos, como a arquitetura, o mobiliário das ruas, praças, placas e anúncios, monumentos e obeliscos, a visibilidade da *urbis*, que são referências para a interpretação dos espaços (VELLOSO, 1997, p. 279).

Brasília, no início do século XXI, deve ser analisada conjuntamente, levando em consideração as diferenças que a compõem. Diferente daquela imagem pensada na sua concepção Brasília não se dissocia do sonho dos pioneiros que a construíram. No processo de urbanização desse espaço social a utopia, a ordem e o planejamento convivem num conjunto arquitetônico no qual idealização e felicidade criam hoje o passado do futuro (BARROSO, 2008).

No passado ela foi utopia, até chegar às formas que encantam o mundo e que precisaram esperar muito para se tornarem realidade. Sua realização foi garantida pela Primeira Constituição Republicana, editada em 1891. Antes disso vieram bandeirantes e exploradores interessados em conhecer as riquezas do Brasil Central, vieram também pesquisadores, como o cartógrafo italiano Tosi Colombina, que elaborou a Carta Geográfica de Goiás, em 1751, fazendo realçar o valor estratégico do Planalto Central.

As várias disputas políticas entre Minas Gerais e Goiás para sediar a nova capital, marcam o final do século XVIII indo até a metade do século XX. Durante o qual assistiu-se, com Getúlio Vargas, a “Marcha Para O Oeste”. Ainda em 1922, cem anos após a independência, foi lançada em Planaltina a pedra fundamental daquela que seria a futura capital. Após várias missões para mapear a região, na década de 1950 foi definido o sítio que abrigaria a nova capital e, finalmente, na década de 1960, nasceu Brasília.

A interiorização tornara-se realidade. Construída para consolidar a ideia de modernidade de um país periférico, a cidade síntese da melhoria de vida poderia experimentar

a sensação de desenvolvimento pleno. Brasília, cidade planejada e construída, teve como uma de suas justificativas a necessidade de povoamento do Planalto Central goiano. Criar uma cidade no centro do Brasil significava conjugar uma civilização moderna e cosmopolita com o interior tradicional brasileiro, pois um Brasil autêntico e moderno não poderia desprezar os ritos de uma tradição. A cidade surge como possibilidade de ingressar o Brasil na modernidade.

No século XXI observa-se que a capital cresceu para além do imaginado. Atualmente ela enfrenta os desafios impostos às grandes cidades brasileiras, como os de diminuir a pobreza urbana e aumentar a qualidade de vida. Segundo dados do IBGE/ PNAD, o Distrito Federal é a unidade da federação que possui a maior densidade demográfica do Brasil. A concentração de pessoas registra o número de 422,1 habitantes por quilômetro quadrado, seguido do Rio de Janeiro com, 352,9 e São Paulo, com 160,5 (BRASIL, 2010). Isto se deve em parte ao fato de a área física de Brasília ser pequena, essencialmente urbana e densamente povoada.

Em Brasília a propriedade do solo, concentrada nas mãos do Estado desde sua criação, ocasião em que muitas fazendas foram desapropriadas para que o território fosse repassado para a União, determinou a maneira como se processou a ocupação do território em forma de condomínios irregulares, construídos tanto pela classe média, quanto pelos pobres.

Com o crescimento acelerado, causado pela forte migração, a pressão por emprego, moradia e atendimento em equipamentos públicos se torna cada vez maior, acarretando problemas de urbanização nas cidades satélites, com aumento da criminalidade, redução da qualidade de vida e do transporte, desemprego e favelização.

Aldo Paviani afirma que o entorno é uma “periferia pobre, originada da expulsão de contingentes populacionais do Distrito Federal” (PAVIANI, 1997, p. 56). A distância social é marcada de várias maneiras na escrita da cidade. Materialmente, ela está expressa como algo que distingue a cidade na oposição entre centro e periferia.

Não há uma cidade perfeita ou ideal, visto que o espaço urbano é vivido conforme o cotidiano onde se concretiza uma espacialização concreta por onde andam os moradores. Assim, a intensidade da sociabilidade produzida perpassa pelos sonhos e pelas impossibilidades daqueles que ficam circunscritos à periferia, impedidos de chegar ao centro. Assim é Brasília, uma cidade dividida e segregada, uma cidade sem muros visíveis que expressa a crueza de uma “cidade de muros”.

Baseado nas idéias de Thompson (1998, p. 18) as situações sociais se dinamizam na ocasião social e no encontro social. É no cotidiano que as experiências são compartilhadas. As

situações de interação ocorrem em um tempo delimitado e numa rede de relações de poder. Para ele é necessária a negociação constante como forma de construção da realidade social e da interação cotidiana.

Depois de meio século de existência já é possível dizer que há duas gerações de brasilienses. Os primeiros cidadãos nascidos na capital já têm filhos nascidos aqui. Ainda é possível conversar com várias pessoas que vieram na época da construção, verdadeiros documentos vivos que narram a epopéia do surgimento da cidade. Pode-se dizer ainda que parte da população vinda de outros lugares conta a história de suas origens para a outra parte, que também conta a história da sua experiência de nascer e viver na nova capital brasileira. Também é preciso lembrar dos outros habitantes, que já viviam neste território antes dele ter sido transformado em Distrito Federal, e que contam histórias deste período precedente.

O último censo mostra que a população é mais urbanizada, dos 2.562.963 habitantes, 96,62% pertencem à população urbana e apenas 3,38% a população rural. 2.476.249 pessoas estão em área urbana e apenas 86.714 pessoas vivem em zona rural (BRASIL, 2010). Destes, uma média de 15 mil são produtores orgânicos regularizados e possuem um público consumidor consciente, que investe em produtos orgânicos. Brasília já nasceu rural e urbana. Enquanto a cidade era construída os japoneses iniciaram a produção agrícola na região de Brazlândia, em terras cedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); somaram-se a outros tantos produtores que já estavam na região bem antes da construção. O projeto se chamava “5 anos de agricultura para 50 anos de fartura”. Já passados 51 anos podemos constatar que a variedade de produtos horti-fruti-granjeiros produzidos no Distrito Federal, comprova esta fartura.

O Distrito Federal tem 5.789,16 Km² de área e destes, 255,25 Km² são destinados à área urbana e 5.533,91 Km² à área rural, já incluídos os Parques Nacionais, Reservas Florestais e Áreas de Proteção Ambiental. O Parque Nacional pertence à Região Administrativa (RA-1) do Plano Piloto e foi demarcado na época da construção da cidade. São 33 mil hectares de parque. Nele estão as piscinas de água mineral e as trilhas ecológicas, destinadas a repouso e lazer de visitantes. Além da área de lazer, existe uma Zona de Uso Extensivo em que estudantes podem entrar e realizar suas pesquisas e outra Zona Intangível, onde é proibida a entrada do homem. O Parque tem uma grande importância para a cidade, por manter uma área em estado natural, protegida para gerações futuras.

Dessa forma, uma cidade imaginada:

É uma cidade igual um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 1990, p. 44).

Brasília, cidade sonhada e imaginada, foi também construída por desejos e medos. E como dizem os poetas, sonho que se sonha sozinho é apenas um sonho, mas sonho que se sonha junto vira realidade. Da mesma maneira, nossa memória não é uma lembrança de algo acontecido sozinho, é organizada sempre a partir de uma interação com o outro, ou outros seres sociais. As pessoas rememoram a epopéia da construção de Brasília.

Em geral o candango sente-se orgulhoso da obra que ajudou a construir. Neste ato de rememoração pode se perceber que as experiências são responsáveis pela constituição de nossos saberes. E são estes saberes que transformaram o projeto original. O espaço urbano não ficou imune, transformações ocorreram e a cidade modernista não resistiu à passagem do tempo. Hoje os problemas sociais saltam aos olhos do pesquisador, a paisagem urbana denuncia o caos social.

Brasília, nas palavras da socióloga Barbara Freitag:

[...] é a conseqüência das transferências de capitais anteriores e recebeu em seu espaço urbano todos os problemas da sociedade brasileira sem correções prévias. Não é de se admirar que neste verdadeiro “laboratório social” vejamos a olho nu e convivamos de forma mais direta com problemas globais da sociedade brasileira como um todo (FREITAG, 2003, p.75).

Paviani (2010, p. 11) alerta para o fato de que a maioria dos estudos referentes à estruturas das cidades brasileiras tenham negligenciado os aspectos da formação e ampliação de suas periferias. Aspecto este, que o professor dá uma especial atenção no livro *Brasília, a metrópole em crise*, retomando “análises críticas a respeito do processo de urbanização, especialmente sob o modo capitalista de produção, em países subdesenvolvidos”, destacando que:

[...] o espaço urbano passa a ser visto como embutido num movimento geral da sociedade, onde tempo e espaço interagem, dialeticamente, para a construção, consolidação e ampliação dos assentamentos urbanos, ficando em certo descaso os espaços não urbanos, a periferia de Brasília, “os depósitos de mão-de-obra” (PAVIANI, 2010, p. 11).

Paviani (2010, p. 16) propõe ainda que se promovam pesquisas em novas bases multidisciplinares: “[...] a terra foi erodida de sua função social, o valor de uso cedeu ao valor de troca, num mecanismo típico de especulação imobiliária”. Brasília tida “mitologicamente, como paradigma do planejamento urbano”, sofre problemas denunciadores de anti-planejamento e segregação sócio-espacial.

As cidades satélites desequipadas e periferizadas são o lugar de moradia da classe assalariada. O Plano Piloto oferece 60% dos empregos. O pesquisador alerta para a necessidade de estudos e pesquisas que dimensionem o problema e apontem alternativas de distribuição de oferta de trabalho buscando preencher as lacunas de trabalho existente nas localidades periféricas, buscando alternativas para reduzir o alto custo social ocasionado pela distância existente entre o local de trabalho e a residência.

A descontinuidade de política habitacional, educacional e cultural, entre outras, é um fator que contribui para as rupturas e não continuidades apresentadas, conforme denuncia Paviani (2010, p. 90), “pois a decisão de uma administração é abandonada na outra, com sucessivos recadastramentos ou delongas que ampliam a lista de espera para a casa própria.” É necessário um estudo aprofundado e contínuo, diferente deste modelo de descontinuidade apresentado após cada eleição. É preciso que haja ampla participação da população no planejamento das cidades, e de Brasília como um todo, para que a continuidade possa ser atingida e os projetos concretizados.

Brasília também é invisível, ela às vezes se esconde. Ora é apenas a Capital Federal, ora é a Capital Federal e suas Regiões Administrativas. Outras vezes ainda é a Capital Federal, suas Regiões Administrativas e até o seu Entorno. O geógrafo Aldo Paviani divide Brasília em três e as torna também, algumas vezes, indivisíveis, como pode ser observado em sua fala:

Brasília é uma apenas sobre o ponto de vista funcional, mas sob o ponto de vista de organização espacial, a cidade está dividida, com evidente segregação sócio-espacial. O elitizado Plano Piloto passou a se constituir no centro da metrópole, ou, como já o denominamos, Brasília I. Por outro lado, a maior parcela da cidade, que denominamos Brasília II, a mais populosa e a que tem maior potencial humano, não tem merecido as atenções dadas ao centro da metrópole. Por fim, Brasília III, a periferia goiana, saída habitacional para a população empobrecida, não seria problema, ou não seria vista como problema para as sucessivas administrações do DF e, sim do governo goiano (PAVIANI, 2010, p. 86).

O que se percebe é a transposição feita do Plano Piloto projeto para o Plano Piloto espaço. As pessoas vão e voltam do Plano Piloto, que há muito deixou de ser apenas o projeto para tornar-se o espaço preservado e tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade. Segundo Paviani (2010), Brasília é constituída por toda a área urbana do Distrito Federal, pois a cidade é polinucleada, constituída por regiões administrativas, de modo que as regiões periféricas estão articuladas às centrais, especialmente na questão de emprego e não podem ser entendidas como cidades autônomas.

A partir de janeiro de 2011, os Correios passaram a considerar as regiões administrativas como bairros de Brasília. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também trata o quadrilátero de Distrito Federal como se fosse um único município e as cidades como setores habitacionais. Também nas placas dos automóveis todos são de Brasília quando saem e voltam para a capital. Apesar destas constatações a polêmica é grande e muitos estudiosos não aceitam esta ideia, consideram apenas Brasília como o espaço demarcado pela RA-I e as demais regiões administrativas como pertencentes ao Distrito Federal.

O professor Paviani (2010) constata que três quartos da população do Distrito Federal concentram-se nas satélites e em movimentos pendulares gastam horas do seu dia indo e voltando ao local de trabalho ou de estudo nas universidades e cursos superiores em sua grande maioria localizados no Plano Piloto:

A contradição maior, própria do sistema engendrado, está no fato de que são justamente os que menos podem os que mais pagam para ter acesso ao trabalho, aos equipamentos de saúde e de educação formais; são também os que, morando em periferias urbanas, padecem de maior fadiga, física e psicológica, em seus movimentos pendulares, quase sempre sem condições de transporte público: ônibus ou trens que atrasam, mal conservados, caros, que trafegam superlotados e sujeitos. (PAVIANI, 2010, p. 73).

Paviani (2010) conclui seu estudo fazendo um apelo para que se tomem medidas para redistribuir essas atividades por todas as cidades do Distrito Federal, para que não se tornem apenas dormitórios, mas focos de cidadania, onde a população possa aproveitar o espaço urbano de maneira criativa e democrática.

Conforme a abordagem do professor Paviani (2010) percebo a importância desta ação centrífuga e descentralizada como um passo para a autonomia das cidades, para o exercício pleno da cidadania de seus habitantes. Eu penso que um passo importante seria se cada cidade buscasse conhecer a sua própria história, como fizeram os habitantes de “Javé” com testemunhos da memória oral, conforme o assunto é abordado no filme: “*Narradores de*

Javé”, dirigido por Eliane Café, quando estes tentaram escrever a sua história, a história da cidade, para que ela fosse tombada e não fosse invadida pelas águas.

Ouvir as histórias que as pessoas têm para contar, sobretudo as pessoas mais experientes, é uma forma de acessar o passado, consultando estes documentos vivos. Como chegaram? Vieram de onde? Quando chegaram? Como foi sua infância? Ouvia histórias? Quais? São perguntas que devem ser feitas e as respostas serem registradas. É necessário que os habitantes das cidades conheçam as suas histórias. Talvez com participação e consciência, a população das cidades satélites, agora bairros, possa lutar por sua autonomia, por sua voz, pela conquista de verdadeiras cidades, e não apenas cidades dormitórios, pois:

[...] uma cidade que se transforma se apressa para registrar a memória e o conhecimento daquilo que foi um dia: assim é que se elaboram os mitos de origens, se recolhem lendas, se constrói uma história da cidade. Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente (PESAVENTO, 2008b, p. 80).

Talvez ouvir e contar histórias sejam passos para a percepção da importância de ouvir os ensinamentos de vida que as pessoas têm para contar. Segundo Éclea Bosi (2003, p. 208), “o enraizamento é um direito humano esquecido. [...] As chaves do futuro e de utopia estão escondidas, quem sabe, na memória das lutas, nas histórias dos simples, nas lembranças dos velhos.”

Penso que espaços de narração de histórias devem envolver projetos que valorizem também a voz dos velhos, colaborando para a manutenção e ressignificação das tradições. O compartilhamento propiciado pelas sessões de narração de histórias contribui para o não isolamento, eliminando a extrema individualização proposta por estes tempos modernos, além de possibilitar o imprescindível elo entre as gerações.

Nesta pesquisa em que procuro tecer os fios do discurso que conta a história da cidade, procuro seus contadores de histórias, que ajudam a manter viva a história desse espaço selecionado para a construção da Capital Nacional, que desde tempos idos, remonta à saga de um projeto de integração entre o litoral e o interior, o rural e o urbano, o tradicional e o moderno, e nesta esteira, também entre o oral e o escrito. Procuro perceber também o que dizem os contos narrados por antigos moradores deste território.

No universo destes contadores espalhados por todo o quadrilátero do Distrito Federal encontramos contadores de histórias, que tipificamos metodologicamente de tradicionais e modernos. Vale ressaltar que esta separação é apenas analítica, pois mesmo o contador de histórias moderno pode, em sua forma de narrar, ter o estilo tradicional.

O primeiro grupo é formado por pessoas que sempre contaram histórias, não só os velhos, mas as inúmeras pessoas que lembram e gostam de ouvir e de contar, como as mães, pais, avós, avôs, tias e tios, que sempre contaram e contam histórias, aquelas que ouviam em sua infância e que ficaram gravadas em sua memória, permitindo, assim, o acesso a este espaço sagrado, onde cantigas, brincadeiras, trava-línguas, adivinhas e tantos outros elementos mnemônicos ficaram registrados.

Essas pessoas tiveram um aprendizado informal desta arte, a partir da transmissão de experiências sociais ou sabedorias comuns da coletividade, num processo de transmissão de geração para geração, conforme nos lembra Thompson (1998, p. 18): “As tradições se perpetuam em grande parte mediante transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares.”

O segundo grupo é formado por profissionais ligados à educação e à cultura, que desenvolvem suas habilidades procurando tornarem-se contadores de histórias. Pesquisam as histórias da tradição, ouvidas ou lidas e outras encontradas nos livros, participando de oficinas e cursos, buscando as técnicas e o aperfeiçoamento de suas habilidades, enfrentando o público em pátios de escolas, feiras de livros, bibliotecas, hospitais e outros espaços culturais.

Em geral são profissionais, ou estão em vias de profissionalização, e buscam por meio dos cursos aperfeiçoar o seu fazer de contador de histórias. Os dois grupos são reconhecidos entre a comunidade de ouvintes, pois como diz Hassane Koyaté: “Quando falamos de palavra, falamos de ouvido. A palavra pertence metade àquele que conta, metade àquele que escuta e assim se faz a palavra”.¹¹ Não há contador de histórias sem ouvinte. Sem a comunidade de ouvintes, como alerta Benjamin (1994), a narrativa tende a acabar. Talvez até por isso, o professor de um modo geral, seja um contador de histórias, pois tem um público garantido, que todos os dias está ali, pronto para ouvir.

¹¹Citação de memória: ouvi do próprio Hassane, um contador de histórias africano, durante o Encontro Internacional de Contadores de Histórias “Boca do Céu”, São Paulo, 2010.

CAPÍTULO II

HORIZONTE DE HISTÓRIAS: A VOZ COMO NARRATIVA HISTÓRICA

*“Uma História é uma carta
que chega de ontem para nós.
Cada pessoa que a reconta
acrescenta a ela sua palavra
e a envia para o amanhã.”*
G.e H. Papashvily¹²

Acreditando na possibilidade de descobrir uma Brasília contada de modo diferente pelos contos é que procurei compreender o que os contos dizem sobre este espaço. Os contos produzidos após a escuta de pessoas que viviam neste território, antes da demarcação do quadrilátero do Distrito Federal, revelam uma história não contada pela historiografia oficial que insiste em apresentar uma Brasília sem História.

Os contos podem ser tomados como marcas de historicidade e nos permitem reconfigurar o tempo do acontecido. Desta forma, podem ainda, ser vistos como representações construídas sobre si próprios e sobre o mundo na reconfiguração da tradição. As representações, conceito vital para o estudo da cultura, “são presentificações de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento” (PESAVENTO, 2008a, p. 12).

O contador de histórias reapresenta o mundo pela linguagem, pelo discurso, pelo som, pelos gestos, voz, corpo, enfim, pela performance, pois a representação dá a ver e remete a uma ausência. “Ela é em síntese, um estar no lugar de”, conforme esclarece Pesavento (2008a, p. 13), pois a mesma “se caracteriza por sua ambiguidade, de ser e não ser a coisa representada.” Durante uma sessão de contos o contador de histórias representa as personagens, faz ver os lugares da história e segue um fio narrativo mantendo a atenção da audiência. Contar histórias é uma forma de acessarmos o passado representado no presente.

As histórias são meios de acessarmos o imaginário. Nelas tudo pode, a realidade e a imaginação convivem, assim como na realidade, onde o imaginário também é real, pois o

¹²Recontada pelo narrador canadense Dan Yashinsky, a partir do livro *Yes and no stories*. New York: Harper and Brothers, 1946. Apud Gilka Giradelo (2008, p. 113)

imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima, conforme esclarece Pesavento:

O imaginário existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também se apóia sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, isto é, sobre o não tangível nem visível, que passa, porém, a existir e a ter força de real para aqueles que o vivenciam (PESAVENTO, 2008a, p. 13-14).

O imaginário é um conceito que deriva do conceito de representação, pois é a partir da experiência histórica pessoal que as emoções, sentimentos, ideias, temores e desejos são resgatados, historicizados e socializados para os indivíduos de uma determinada época, seja no plano individual, seja nas relações sociais (PESAVENTO, 2007). Assim, é tarefa do historiador, fazer o passado existir no presente, realizando uma tradução, uma representação, recriando a temporalidade onde estão contidas as formas de ver e sentir dos homens de diferentes épocas.

Cabe ao historiador representar o já representado, inscrito nas fontes, onde toda a experiência sensível do mundo, partilhada ou não, precisa ser objetivada em registros que permitam a apreensão de seus significados. Os registros de algo que aconteceu um dia precisam ser organizados e interpretados para dar forma e legitimidade ao discurso historiográfico (PESAVENTO, 2007).

Buscar compreender o que dizem os contos é pensar o passado, é acessar o “mundo escondido e misterioso da temporalidade escoada”, buscando entender como os homens de uma outra época davam sentido ao mundo, como se relacionavam com outros e como pensavam a si próprios (PESAVENTO, 2008a, p. 11). É também buscar descobrir as razões e sentimentos que mobilizaram um outro tempo, dando origem às suas práticas sociais.

Conforme lembra e questiona Pesavento (2008a, p. 11) é necessário “compor tramas, surpreender enredos, supor desfechos de situações outras, distantes no tempo e, por vezes, aparentemente incompreensíveis... Não serão essas, a rigor, as metas de todo aquele que busca tornar-se um historiador?” Fazendo também meu este questionamento, aventurei-me nesta escrita, buscando os contos contados no coração do Brasil por seus contadores de histórias, tanto por pessoas ligadas ao campo, aquele de que nos fala Benjamin (1994), o contador de histórias “agricultor”; como também, o “marinheiro”, aquele que viaja e que por viajar tem muito que contar:

Os tipos fundamentais, exemplares – o camponês sedentário, e o marinheiro, foram os primeiros mestres na arte de narrar. A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico só pode ser compreendido se levarmos em conta a interpretação desses dois tipos arcaicos: o sistema corporativo medieval contribuiu

especialmente para essa interpenetração. O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalham juntos na mesma oficina: se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres da arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram no sistema corporativo associa-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado recolhido pelo trabalhador sedentário (BENJAMIN, 1994, p. 199).

O do lugar e o que chega. Assim se fez Brasília, pois ela é a mistura do passado com o presente, do litoral com o interior, do que já estava aqui com o que chegou de fora, o “agricultor” e o “marinheiro”, os exemplares, como nos ensina Walter Benjamin.

A imagem construída sobre Brasília é de uma cidade *sem passado*, ou com passado muito recente quando comparado a outros estados brasileiros, supostamente antigos. Muita gente continua a dizer que Brasília foi construída sobre o *nada*, *não tem história* e que sua história começa com a construção da nova capital, em 1957. E que antes dessa data, aqui não existia nada. Uma historiografia que insiste em apresentar uma Brasília *sem o peso colonial*, *erguida em solo virgem*, *área despovoada*. Termos que me impulsionaram a questionar: Que Nada é este? Que sem História é essa? Qual é a história do Planalto Central? Por que existe quilombo em um lugar que não teve passado colonial?

Procurando também responder a estas e tantas outras questões que surgem no decorrer da pesquisa, dei continuidade à investigação, buscando ouvir os contos, acreditando na possibilidade das histórias contadas, serem utilizadas para descortinar a história da “capital-que-começou-do-nada”.

Encontrei algumas experiências ocorridas antes da construção de Brasília, anteriores a demarcação do território do Distrito Federal, uma história que de certa forma vem a “contrapeso” da historiografia oficial. As histórias são assim apresentadas como *corpus* significativo e expressivo revelando representações feitas sobre este espaço. Pude constatar também que Brasília, inserida em terras goianas, tem muita história para contar, anteriores aos 52 anos de sua existência, revelando a presença de pessoas que viviam em suas fazendas, dos viajantes e pesquisadores que por aqui passavam, e antes destes, a presença de antigos habitantes nômades e outros que viviam em suas aldeias.

Mudar a Capital federal para o interior foi o que determinou a primeira Constituição da República Brasileira. Minas Gerais ou Goiás? Foi uma disputa de longas datas, interesses políticos e econômicos:

Minas é o estado – síntese do Brasil: por entre as montanhas das Minas de então, pelos vastos silêncios das terras Gerais, perpassa a história do nosso povo. Em cada casa, em cada esquina, em cada canto há uma história contada, um segredo revelado, um amor a ser descoberto. Nessa Minas de silêncio, a morte e a vida convivem no

drama e na paixão, na voz e na palavra dos poetas, no retrato na parede, no risco do bordado, nas crônicas de uma casa assassinada, nos cancioneiros da inconfidência; Minas destila, transpira, conspira e inspira o Brasil (LONTRA, 2004, p. 141).

O Planalto Central goiano, pouco explorado, que mais tarde cederia parte de seu território para o Distrito Federal, pode ser apresentado, como um contraponto a Minas Gerais, com uma tradição bastante conhecida. As histórias que chegavam sobre Goiás falavam de um lugar desabitado, antigamente pouco falado. “Goiano então, ninguém nunca tinha visto um, nem conhecia ninguém que conhecesse”, como é possível perceber através da fala de Ronaldo Costa Couto (2002, p. 88), relatando uma história contada por seu avô:

No início dos anos 50, [...] na pequenina Luz, Oeste de Minas, goiano parecia coisa de lenda. Nunca tinha visto um nem conhecia ninguém que conhecesse. Já Goiás era algo mais concreto, apesar de absolutamente remoto. Diziam Goiaz, com zê, ou então Goiais, bem aberto. Para mim, tinha um quê de magia, porque certa vez meu avô Cândido, que para mim sabia tudo, me contou que lá era lugar de muito ouro, muita onça, muito peixe, muita caça e muito índio. Mas Goiás era, sobretudo, sinônimo de sertão, um onde mais do que longe, quase despovoado, mistério, fim de mundo. Esconderijo certo e seguro dos criminosos de morte de Luz e de outros lugares, um perdido impossível de achar. Na minha imaginação era terra distante, tão inacessível, tão impossível, que eu não entendia como o jovem e rico fazendeiro Eurico Pinto, bravateiro e perigoso quando bebia, conseguira fugir definitivamente para lá, depois de corpo e alma encharcados de cachaça, matar a sangue frio, em pleno meio dia, diante de um rol de apavoradas testemunhas, com seis tiros a queima roupa e muito palavrão, o veterano e pacífico delegado de polícia João Batista, amoroso chefe de família. Por quê? Porque ele, desarmado, evitou-o quando oferecia os bilhetes de loteria que vendia para completar o vencimento magro, quase miserável. O coitado morreu instantaneamente e derramou enorme poça de sangue bem no coração do armazém do Seu Ozório, ali no Refego, a três quarteirões do Santuário de Nossa Senhora de Fátima e a quatro da cadeiazinha quase sempre vazia e do velho Grupo Escolar Sandoval de Azevedo, único de Minas, construído exatamente em cima do cemitério. Zeca Tarro perdeu o pai e meu pai, um amigo. Para toda a meninada, o Goiás de antes de Brasília era um longe onde nem polícia ia. Não adiantava.

Por meio da fala do escritor é possível perceber o que as pessoas, de um modo geral, viam, sabiam ou diziam sobre Goiás. A fala do escritor é emocionada e é um relato a partir do que ouviu de seu avô. As histórias contadas falam das experiências e vivências de seus habitantes, conforme expõe Altimar Pimentel (1995, p. 11):

A permanência em nossos dias da milenar arte de narrar, que nasceu com o homem e o tem acompanhado ao longo de sua existência, revela a importância das narrativas para o ser humano pela necessidade de reviver experiências e conviver com a fantasia.

As pessoas de um modo geral se espantavam com o Goiás, “lugar de muito ouro, muita onça, muito peixe, muita caça e muito índio”, os cariocas então nem se fala, ficavam

sem acreditar na possibilidade de mudança da capital. Era difícil achar carioca que concordasse. Se fosse pelo menos para São Paulo diziam alguns, mas lá pro “fim do mundo?” Essa polêmica até hoje ainda não está resolvida.

Representações da época nos permitem validar a hipótese levantada, como é possível perceber em marchinhas de carnaval produzidas na época da mudança da capital, como esta:

Não vou prá Brasília
Billy Blanco

Eu não sou índio nem nada
Não tenho orelha furada
Nem uso argola
Pendurada no nariz
Não uso tanga de pena
E a minha pele é morena
Do sol da praia onde nasci
E me criei feliz
Não vou, não vou prá Brasília
Nem eu nem minha família
Mesmo que seja
Pra ficar cheio da grana
A vida não se compara
Mesmo difícil, tão cara
Eu caio duro
Mas fico em Copacabana (BLANCO, 1957).

A marchinha é apresentada como representação da insatisfação de parcela da população carioca com relação à transferência da capital para o interior do Brasil, que via neste espaço a possibilidade de enriquecer, mas também a possibilidade não aceita de compartilhar de um espaço com “índios”. Mas cadê o índio que estava aqui?

Entre as histórias selecionadas, que narram acontecimentos neste espaço, que talvez possam também responder um pouco da questão acima, estão as histórias presentes na coleção *Contos, lendas e estórias do Distrito Federal*, de Helena Maria Ribeiro, escolhida por tratar de contos que foram contados por pioneiros, pessoas que já viviam em Brasília antes de sua construção, que nasceram no início do século XX neste território, hoje pertencente ao Distrito Federal.

Encontrei também a *Mãe do Ouro*, de Lucília Garcez, que é uma das histórias tradicionais, que faz parte do acervo de mitos do Centro Oeste brasileiro e que denuncia a presença de escravos por estas paragens e nos faz acessar representações que os homens através dos tempos fizeram sobre si próprios e o mundo.

A literatura oral brasileira, como diz Luís da Câmara Cascudo:

É composta por elementos trazidos pelas três raças para a memória e uso do povo atual. Indígenas, portugueses e africanos possuíam cantos, danças, estórias, lembranças guerreiras. Mitos, cantigas de embalar, anedotas, poetas e cantores profissionais, uma já longa e espalhada admiração ao redor dos homens que sabiam falar e entoar (CASCUDO, 2006, p. 27).

Apresento ainda uma história que recebi de forma oral, contada pelo Cacique Bedjai, chefe do Posto Indígena do Piraçu (MT), que fornece pistas sobre a origem de primitivos habitantes do cerrado brasileiro, no Planalto Central.

Apresento *De Amor e Traição: crônicas brasilienses e outras histórias*, de Maria Cilene Meireles Sales, obra na qual a própria cidade fala, se confessa e se expõe, transformando-se de tema em personagem. “A loura do ministério” é um destes contos, que traz a representação de uma funcionária típica, com a especificidade de aparecer e sumir pela Esplanada dos Ministérios, mistério! Por fim, apresento *O Mito do Calango Voador*, de Tico Magalhães, por se tratar de uma moderna obra de tradição, que tanto tem a ver com Brasília.

A seleção apresentada considera que estas histórias são representativas e podem ser tomadas como fontes. E para fazer com que as fontes “falem” é que busquei a combinação de estratégias metodológicas propostas por Walter Benjamin e Carlo Ginzburg, conforme ensina Pesavento (2008a, p. 17):

[...] trata-se de um método que seguiria a prática da montagem, como aponta Benjamin, a cruzar, a compor e a combinar as marcas do passado, em caprichoso quebra cabeças, ou, então, a contrapor opostos, apostando nas revelações possíveis desse enfrentamento; de um método detetivesco, que sairia do texto para encontrar outros discursos, em diálogo intertextual; de um método que prestaria atenção nos detalhes, nos sintomas e indícios secundários, acessórios, para, posteriormente, voltar ao texto original, com propostas de versões explicativas, como sugere Ginzburg.

História e Literatura. *Clio e Calíope*, próximas, mas sem deixarem confundir-se:

Narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotados de um traço de permanência ancestral: os homens desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não-visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música (PESAVENTO, 2006, p. 13-14).

O diálogo da história com a literatura percorre as “trilhas do imaginário”. Este campo de pesquisa passou a desenvolver-se no Brasil a partir de 1990, uma temática promissora em

termos de pesquisa. História e literatura são narrativas que têm o real como referente. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que podem explicá-la.

A literatura é um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas. Hoje historiadores discutem o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado, admitindo a própria história como narrativa portadora de ficção. Historiadores são também narradores de uma trama, que mediatizam o mundo do texto e o do leitor. Não esqueçamos, como alerta Paul Ricoeur (1994), que os fatos narrados na trama literária existiram de fato para a voz narrativa.

Segundo Ricoeur (1994, p. 68), narrar é contar, é valorizar o humano. É conferir ordem aos fatos, alinhar personagens, tecer uma intriga; é ainda transgredir o discurso oficial em busca da criação. Esta postura de Ricoeur (1994) abre espaço para a criação. Ele vê o historiador como aquele que pesquisa, escreve e cria a maneira de desenvolver a narrativa, a intriga, elemento fundamental para despertar o interesse de quem lê ou ouve o fato narrado.

Conforme reflete Eloísa Barroso, com a qual comungo nesta idéia:

A literatura ao comportar uma dimensão de verdade torna-se um registro de acontecimentos, não que isso seja tarefa sua, mas essa correlação com a realidade mantém um compromisso do texto literário com o real, dando credibilidade ao relato (BARROSO, 2008, p. 66).

Ao refigurar o tempo, como diz Ricoeur (1994), o discurso literário dá voz ao passado e faz erigir o presente, permitindo que essa intensidade temporal reinscreva a realidade em outra instância, o que torna possível ao pesquisador detectar fragmentos dessa realidade rerepresentada pelo escritor, na medida em que essa justaposição do tempo e do espaço atribui sentidos às ações cotidianas vivenciadas pelo ser social na cidade.

Brasília, uma espécie de microcosmos da modernidade, desperta um imaginário capaz de suscitar a imagem espacial da dialética entre modernidade e tradição. As leituras feitas pelo texto literário buscam para a cidade outras leituras da realidade que comungam modernidade e tradição. O espaço é um produto histórico e ao surgir como um ambiente construído o espaço é também social. Portanto, conforme aborda Eloísa Barroso,

O estudo da política de urbanização de uma cidade passa, necessariamente, pelo estudo da ocupação do espaço da cidade. Entende-se aqui que a estrutura urbana da cidade desenha relações em um conjunto sob os quais os processos de ocupação espacial estão sendo delineados desde a sua fundação. Entender a produção do espaço como obra coletiva é reordenar, no estudo da cidade, a visão do seu discurso fundante. Nessa perspectiva, no circuito da produção do espaço urbano, toda cidade procura sua realização urbana (BARROSO, 2008, p. 53).

Assim, pode-se pressupor a literatura como uma fonte importante para o conhecimento do mundo social. A cidade de Brasília, construída no coração do Brasil, representou inicialmente a busca de uma trajetória épica e redentora, onde se tentou apagar um passado de atraso dando um “salto para o progresso” (BARROSO, 2008). A negação deste passado ou simplesmente sua não visibilidade dada pela historiografia oficial pode ser descortinada a partir da leitura dos contos produzidos após a escuta de pessoas que vivenciaram situações neste espaço.

Partindo do pressuposto de uma história que parte do presente e busca sua historicidade nos documentos e fontes é que estou buscando as representações feitas sobre este espaço, a partir dos contos aqui contados, com o intuito de contar as histórias de Brasília, antes mesmo da sua construção.

A produção literária de Helena Maria Ribeiro, na coleção *Contos e lendas e estórias do Distrito Federal*, traz uma contribuição significativa para quem queira debruçar-se sobre o universo simbólico da população que habitava o território do atual Distrito Federal. A autora narra histórias que foram contadas por pessoas que viveram neste espaço antes da transferência da capital, tais como Dona Castorina Braz Oliveira e o Senhor Benjamin Cristiano de Oliveira, ambos antigos moradores de Brazlândia, e também as histórias contadas pelo Senhor Olímpio Pereira Neto, um pesquisador das histórias do Distrito Federal e de Goiás. Por meio das falas destes narradores é possível conhecer um pouco dos costumes de uma temporalidade escoada, suas tradições, medos e anseios.

Histórias como “A lenda do Lago”, “O ferreiro que plantou uma cidade”, “A lenda do Paranauá”, “Coluna prestes: Os revoltosos na região do atual Distrito Federal”, “A penteadeira”, “A lenda do Santo Antonio do Descoberto” e “Aula só para homens”, entre outras, presentes na coleção *Contos, lendas e estórias do Distrito Federal*, de Helena Maria Ribeiro, denunciam a presença de personagens tradicionais, pessoas e suas histórias ocorridas nos tempos de outrora, anteriores a construção da nova capital.

O quadrilátero foi demarcado e assentado sobre as *Oréades*, no dizer do naturalista Von Martius¹³, o cerrado do Planalto Central brasileiro, assentado sobre terras goianas, após terem sido desapropriadas pelo governo local, antes de serem doadas à União. As terras desapropriadas pertenciam aos municípios de Luziânia, Formosa e Planaltina. Neste espaço

¹³Carl Friedrich Philipp Von Martius, o grande naturalista, concluiu sua viagem de três anos pelo país, em 1820, às vésperas da independência do Brasil, reconhecendo e denominando pela primeira vez os nossos domínios ecológicos (BERTRAN, 1994, p. 15-16).

demarcado já existiam as cidades de Brazlândia, hoje com 73 anos, e Planaltina, com 152 anos, sendo que o quadrilátero demarcado as incorporou.

O Planalto Central de Altitude assenta-se sobre algumas das rochas mais antigas do planeta e nele foi demarcado em 1892 o quadrilátero Cruls¹⁴, de 14.400 quilômetros quadrados, conforme estabelecido pela Primeira Constituição da República, em 24 de fevereiro de 1891; e sobre este, em 1955, foi definido o Sítio Castanho, de 5.789.16 quilômetros quadrados, que deu origem ao atual Distrito Federal.

Fonte geradora de análise, a cidade encerra diversas possibilidades de discursos, dentre eles, seus contos. Os contos, como um discurso sobre a cidade, organizam uma prospecção para análise tanto do espaço social urbano quanto do espaço rural, que foi gradativamente perdendo terreno para o espaço urbano. No início do século XX o Brasil era praticamente rural, sendo que na passagem da década de sessenta para a de setenta houve a transição e hoje o Brasil é praticamente urbano.

Os contos revelam uma realidade pouco difundida pela historiografia. Os conflitos encerrados nos contos expõem a subjetividade e a convivência entre indivíduos nos mais variados locais. Os seres da cidade, personagens da ficção moderna, se contrapõem aos seres do meio rural, personagens da tradição em vias de modernização.

O conto “Aula, só para homens” de Helena Maria Ribeiro, faz uma retrospectiva da ‘Aula de Primeiras Letras’ para o sexo masculino até a criação da primeira escola desta região, a Escola Normal Olívia de Campos Guimarães, trazendo informações importantes sobre a história de Planaltina e sobre a história da educação do Distrito Federal:

Há mais de cem anos, precisamente em 31 de julho de 1882, o Alferes Mathias de Oliveira Barreto foi ao Rio de Janeiro, na época a capital do Brasil, e, com muito entusiasmo, apresentou ao Conselho Provincial a ideia da criação da Aula de Primeiras Letras para o sexo masculino na freguesia de Mestre D’Armas, atual cidade de Planaltina. A idéia foi aprovada e, quando a notícia chegou ao arraial de Mestre D’Armas, as sete famílias que ali moravam se reuniram para comemorar o fato. Rezaram e agradeceram ao padroeiro São Sebastião a graça de terem a autorização para criar a aula, hoje denominada escola, para os seus filhos, homens. (RIBEIRO, 2005a, p. 32).

O conto traz uma historicidade, anterior mesmo à Proclamação da República e mostra costumes de uma época em que a mulher não tinha direito a frequentar a escola, que ainda nem se chamava escola, mas “Aula”:

¹⁴A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, denominada Comissão Cruls, chefiada por Luiz Cruls, fez a primeira demarcação da área do futuro Distrito Federal em 1893, uma área de 14.400 quilômetros quadrados, entre os paralelos 15 e 16 graus de latitude sul (nota da pesquisadora).

As meninas, como era costume naquela época, não aprendiam a ler nem a escrever. Recebiam da mãe e das escravas todo o ensinamento necessário para cuidarem bem de uma casa, do marido e dos filhos, quando se casassem. Deveriam ser esposas preñadas e nada mais (RIBEIRO, 2005a, p.33).

Costumes de outros tempos são revelados nas representações presentes no conto, pois somente no século XX, com a chegada da modernidade, é que a mulher passa a assumir outro papel na sociedade, após anos de luta.

Durante os primeiros 40 anos a Aula de Primeiras letras acontecia na Vila de Mestre D'Armas, para o sexo masculino, com um professor vindo de fora, que ensinava para todos os alunos reunidos em uma única sala. Essa situação ainda se faz presente em algumas escolas rurais de turmas multiseriadas, um modelo bem antigo e que continua a ser seguido ainda hoje. Somente em 1921 é que chegou à região o primeiro professor formado:

O nome dele era Tibúrcio Gomes Rabelo, um homem sério, exigente. Ensinava muito bem e era muito respeitado por todos, tendo-se tornado uma autoridade para a população do vilarejo. Lentamente o progresso foi chegando, mudando os costumes, o modo de pensar e a vida da vila, que crescia sempre com a chegada de novos moradores. Muitos automóveis já circulavam pelas ruas. Havia energia elétrica, banda de música, serviço postal com o auxílio de automóvel e, agora, professor formado (RIBEIRO, 2005a, p. 35).

A historiadora relata por meio do conto “Aula só para homens” a história de Planaltina e também os primórdios da História da Educação do Distrito Federal, quase sempre contada somente a partir de 1960, denunciando preconceitos e tornando visível, mais uma vez, uma história não mostrada. Vale lembrar que em Planaltina, em 1922, cem anos após a independência do Brasil, foi assentada a pedra fundamental marcando a construção da futura capital. Durante esta mesma data acontecia a exposição de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. E acabava de chegar o primeiro professor formado em Planaltina.

Com o passar do tempo a Vila foi crescendo e, em 1926, a Aula de Primeiras Letras passou a ser chamada de Escola. A primeira escola a usar a nova denominação foi a Escola Rural do Torto, com o professor Carolino de Souza Só. Três anos depois, já com o nome de Vila de Alta-Mir, criou-se o Grupo Escolar Municipal na casa do Coronel Salviano Monteiro. No início, o grupo teve como diretor o Dr. Joaquim Câmara, e, quando ele saiu, quem assumiu a direção foi a Professora Maria América Guimarães. O fato de ser uma mulher formada e, ainda por cima, ocupando um cargo de diretora do grupo, contribuiu para mudanças importantes na vida das meninas da vila e das redondezas: as meninas também iam aprender a ler e a escrever. [...] Quando, em 1951, criaram a Escola Normal Olívia de Campos Guimarães, Planaltina já era uma cidade com muitas escolas primárias e com estrutura para formar seus próprios professores. Já estando inaugurada Brasília, muitos professores e professoras formados nas escolas da cidade de Planaltina passaram a lecionar nas escolas oficiais e particulares da rede de ensino do Distrito Federal (RIBEIRO, 2005a, p. 36).

Quem diria que o Distrito Federal, dez anos antes da inauguração de Brasília já formava seus próprios professores! O povoado de Mestre D'Armas, antiga denominação de Planaltina, surgiu em data incerta ao longo de uma extensa estrada do Brasil colonial, que desde 1731 ligava Salvador, na Bahia, às minas de Goiás e posteriormente a Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Em 1859 criou-se o Distrito de Mestre D'Armas, pertencente ao município de Formosa, data oficial da fundação da cidade de Planaltina, que em 1891 foi elevada à condição de município (BERTRAN, 1994).

Planaltina, com seus 152 anos de existência, é bem mais antiga do que Brasília. Planaltina já tinha 91 anos quando foi incorporada ao Distrito Federal e pode até ser considerada a “avó de Brasília”. Foi um dos municípios de Goiás que teve seu território dividido, ficando sua sede dentro da área do Distrito Federal. Planaltina perdeu, então, a condição de município e passou a funcionar como cidade satélite. A outra parte, que ficou fora do quadrilátero, passou a chamar-se Planaltina de Goiás, conhecida como Brasilinha. Em 1964, foi denominada Planaltina, Região Administrativa (RA-VI). Sua população urbana foi estimada em 2011 em 164.939 habitantes. A taxa de crescimento anual é de 2,3%, idêntica à do Distrito Federal, conforme o censo 2010/2011, realizado pelo IBGE.

O conto “O ferreiro que plantou uma cidade” (RIBEIRO, 2005a, p. 24-28), traz uma temporalidade anterior há 150 anos, época em que muitas minas de ouro foram descobertas na região de Crioulos, hoje cidade de Formosa, de cujo município foram desmembradas terras que passaram a pertencer à União, para depois serem cedidas ao Distrito Federal. As minas de ouro encontradas foram denominadas Minas de Santo Antônio:

Houve uma corrida louca. Pessoas chegavam de todos os lugares. Querendo explorar o rico minério ou explorar o comércio de alimentos, de vestuário e de produtos de primeira necessidade que, a partir daquele instante, passavam a ser tão importantes quanto o ouro (RIBEIRO, 2005a, p. 24).

Fins do século XIX e a modernidade já anunciando sua presença, com suas ofertas de “vestuário e de produtos de primeira necessidade”. A corrida pelo ouro também se fez presente no Planalto Central, atraindo grande número de pessoas, aventureiros em busca de fortuna. Modernidade e tradição convivendo neste espaço, vivenciada nos acampamentos onde viviam os mineradores, escravos, comerciantes e tantas outras pessoas que permaneciam enquanto existisse ouro a ser explorado.

Quando as minas se esgotaram um ferreiro resolveu que iria arrumar um lugar fixo para viver e trabalhar:

Ferreiro, como gostava de ser chamado, se instalou precariamente com sua mulher num sítio, às margens de uma picada que ficava entre o arraial de Couros (antigo Crioulos) e o arraial de Santa Luzia de Goiás, [...] O sítio tinha uma vista maravilhosa, com lagoas, buritizais, montes, vales, [...]. Instalado num local que era passagem obrigatória para todas as pessoas que se movimentavam do norte para o sul, dos currais de gado da Bahia para Minas Gerais, ou de um arraial para outro, o ferreiro conhecia com detalhes as condições de todas as trilhas antigas, abertas com facão pelos bandeirantes, das trilhas reais utilizadas pelos fiscais viajantes e das picadas novas e antigas. Era um verdadeiro guia (RIBEIRO, 2005a, p. 25-27).

Trilhas abertas a facão por bandeirantes, picadas antigas, trilhas reais, são temporalidades diferentes reveladas pelo conto. O início da cidade de Planaltina, entre o arraial de Couros e o de Santa Luzia, nas primeiras décadas do século XX, também é aqui exposto. Diz o conto que quando as minas se esgotaram a pobreza e a miséria se fizeram presentes, os assaltos, desentendimentos e mortes, fizeram com que viajantes necessitassem andar armados:

Foi nesta ocasião que o ferreiro, mestre no conserto de armas, começou a ser denominado Mestre d'Armas, pois consertava com invejável habilidade as armas de fogo dos soldados das escoltas, dos comerciantes, dos mercadores e de outras pessoas. [...] Lentamente, o número de moradores foi aumentando e o sítio passou a ser arraial e, depois, Vila de Mestre d'Armas. Em 1910 o nome da vila passou a ser Vila de Alta-Mir (alta miragem) devido à visão maravilhosa oferecida pela natureza à sua volta. Sete anos depois seu nome passou a ser Vila Planaltina. Nessa época, o Brasil já se preparava para mudar a capital para o centro do país (RIBEIRO, 2005a, p. 27).

A atual região administrativa de Planaltina já pertenceu a Formosa, depois à Santa Luzia de Goiás, antes de transformar-se de Vila de Mestre d'Armas em Vila de Alta-mir, e depois em Vila de Planaltina. Cidade plantada às margens de uma antiga picada, por onde passavam muitos viajantes, fazendeiros, gado, cavalos; depois carroças, até chegar ao automóvel, o carro, que já não era mais o de boi. As marcas da colonização se fazem presentes na história do Distrito Federal, denunciando a presença de portugueses, escravos, comerciantes e viajantes de todas as espécies. O Distrito Federal sempre foi região de migração, de passagem de viajantes, pesquisadores e desbravadores.

A historiadora e geógrafa Maria Helena Ribeiro ouviu também o Sr Benjamin Cristiano de Oliveira, nascido em 26 de janeiro de 1908, na Fazenda Curralinho, Comarca de Santa Luzia de Goyás, depois transformada em Luziânia, da qual foi desmembrada a cidade de Brazlândia em 1933. Seu Beija, como era conhecido, faleceu em 16 de novembro de 1997, em Brasília. As terras da fazenda Curralinho, com a transferência da capital passaram a fazer parte do Distrito Federal.

A historiadora ouviu o Seu Beija durante várias visitas, ocasião em que trabalhava como professora em Brazlândia, e afirma que 60% das histórias de sua coleção *Contos e Lendas do Distrito Federal*, foram escritas a partir das histórias contadas por ele. Segundo a pesquisadora, Seu Beija, além de farmacêutico da “Farmácia Verde”, construída por ele “foi, durante muito tempo, delegado e administrador da cidade, considerado, por isso, um dos valentes pioneiros que viveram, de fato, a história desta terra, participando ativamente de seu progresso.” (RIBEIRO, 2005c, p. 45)

O povoado de Brazlândia estava localizado às margens da antiga rodovia Goiânia-Planaltina e a referência mais antiga que se tem quanto à sua criação é datada de 1932. Hoje com 78 anos de existência, Brazlândia tinha 12 anos - uma pequena cidade com seus 1000 moradores, que viviam nas fazendas: Curralinho, Almécegas e Chapadinha, entre outras - quando a construção de Brasília começou, em 1957.

Brazlândia é uma das maiores produtoras agrícolas do Distrito Federal e conta com a presença da colônia agrícola japonesa instalada no mesmo período da construção de Brasília. Tornou-se Região Administrativa IV, em 1964. Sua população atual é estimada em 53.874 habitantes. A taxa de crescimento anual é de 2,9%, superior a do Distrito Federal, que é de 2,3%, segundo dados da pesquisa Distrito Federal por Amostra de Domicílios (PDAD), 2010/2011.

Em 1957, 12.283 pessoas moravam em Planaltina, Brazlândia e fazendas próximas, constituindo os primeiros habitantes do Distrito Federal.¹⁵ O trabalho de desapropriação das fazendas que existiam neste local foi realizado pela Comissão de Cooperação para Mudança da Nova Capital, no período de 1955 a 1958, por solicitação do governador goiano Pedro Ludovico, antes de ceder o território à União.¹⁶

Seu Beija, um grande contador de histórias, nasceu e sempre viveu neste território, que hoje pertence ao Distrito Federal. Ele contou, entre tantas outras, a história do Santo Antônio do Descoberto, um santo que insistia em sumir da paróquia e aparecer na capela construída em sua homenagem, até ser transferido de vez para este local. Esta narrativa também envolve o famoso padre da região, o Padre Bernardo. A escritora deixou uma descrição interessante da religiosidade vivenciada pela população interiorana, seus medos, seus sonhos:

¹⁵Segundo informações do Censo Experimental realizado em 1957, conforme mostra o documento Distrito Federal 10 Anos, da Codeplan, baseado em censos do IBGE, 1997-2007.

¹⁶Esta é a temática da dissertação de Darcy Dornelas de Farias, UnB, 2006, Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriação em Goiás (1955-1958).

Há muito tempo, na igreja do Rosário, em Santa Luzia de Goiás, hoje Luziânia, existia uma imagem, muito bonita, de Santo Antônio. [...] A igreja foi construída pelos escravos da fazenda, num local alto e bonito, à sombra de um majestoso pé de angico. A inauguração, marcada para o dia treze de junho, dia de Santo Antônio, seria feita pelo Padre Bernardo, que, aproveitando a ocasião, faria a primeira desobriga do ano (RIBEIRO, 2005d, p. 23).

A igreja construída pelos escravos denuncia uma temporalidade anterior a 1888. Provavelmente essa foi uma das histórias que o Seu Beija ouviu de seus pais. A desobriga do padre é um costume antigo, ainda praticado no interior, onde o padre percorre as fazendas, fazendo atendimento religioso, celebrando missas, casamentos, batizados, entre outros ofícios. De tanto a imagem do santo sumir da paróquia e aparecer na igreja construída em sua homenagem, o padre, constrangido, resolve deixá-la na igreja. Realidade e ficção se mesclam nesta narrativa, conforme mostra o trecho a seguir:

Não demorou nem uma semana e o Santo Antônio fugiu outra vez para a igreja. Os devotos da região, felizes e eufóricos, começaram a espalhar a história fantástica da imagem de Santo Antônio que fugia da igreja do Rosário, em Santa Luzia e era descoberta sempre dentro da pequena igreja construída para ele. Padre Bernardo, perplexo, não conseguiu explicar o milagre. Preocupado com a repercussão do fato, resolveu deixar a imagem de Santo Antônio no lugar onde toda a vez era descoberto (RIBEIRO, 2005d, p. 29).

Mais uma vez a historiadora retoma a representação do imaginário de uma população rural fortemente marcada pela tradição. A Represa do Rio Santo Antônio do Descoberto e a formação do Lago do Santo Antônio do Descoberto, que antes faziam parte de antigas fazendas da região, hoje são responsáveis pelo abastecimento de mais de 60% da água de todo o Distrito Federal. Esta história é do “tipo explicativa”, pois de alguma forma, explica o porquê do nome “Descoberto”, para a cidade de Santo Antônio, hoje no Entorno¹⁷, da represa localizada em Brazlândia e do seu principal rio o Santo Antônio do descoberto.

A tradição se faz presente, sendo ela o próprio ato de transmitir um conhecimento de idade em idade, de geração em geração, de boca em boca. Contar histórias representa a manutenção da tradição. Segundo Cascudo (2006) entende-se por tradição, “*traditio, tradere*, entregar, transmitir, passar adiante o processo divulgativo do conhecimento popular ágrafo.” Apesar de aparentemente a modernidade negar a tradição, ela a traz em seu bojo. As histórias, cantigas e anedotas que compõem a oralidade brasileira, são compostas por elementos trazidos pelas três raças, indígena, portuguesa e africana, para a memória e uso do povo atual.

¹⁷ **Entorno:** região limítrofe ao Distrito Federal, com mais de vinte cidades, em Goiás e Minas Gerais (nota da pesquisadora).

Segundo o dicionarista Morais, edição de 1831, citado por Cascudo (2006, p. 27), “tradição, notícia que passa sucessivamente de uns em outros, conservada em memória, ou por escrito”.

Outra história narrada por Seu Beija é “Um sonho destruído” (RIBEIRO, 2005c, p. 33-44), que trata da Coluna Prestes e sua passagem pelo Planalto Central, saqueando fazendas e deixando os fazendeiros em “maus lençóis”. Esta história narra os episódios da vida de seu Beija e seu sonho de ser médico e ter que abandonar o curso de medicina para auxiliar o pai a reconstruir a fazenda, totalmente destruída, após a passagem da Coluna pelas terras da família:

Quando parecia que tudo ia bem, Benjamin foi chamado à direção da escola. [...] Seu pai havia sido assaltado pelos revoltosos da Coluna Prestes e precisava de sua presença na fazenda. [...] Ao entrarem nas terras da fazenda Desterro, Benjamin percebeu as mudanças ocorridas na região. Árvores cortadas por todo o lado, o pasto destruído, pisoteado, nenhum gado pastando [...]. Apenas um silêncio pesado de destruição (RIBEIRO, 2005c, p. 34-36).

O Sr. Tota, pai do Seu Beija, que nesta narrativa ainda era jovem e conhecido como Benjamin, cabisbaixo, começou a falar:

Nos poucos dias em que ficamos em nossas terras, mataram todo o gado, inclusive os bois dos carros de boi, para alimentar os soldados. Cortaram as árvores que existiam nos pastos e usaram as madeiras dos currais para assarem a carne e se aquecerem à noite. Acabaram com todo o mantimento e com nossas plantações. Não sobrou sequer uma galinha, um grão de milho ou de feijão. A tropa de burros e cavalos foi toda levada pelos revoltosos para ser usada como montaria ou cargueiro (RIBEIRO, 2005c, p. 40).

Marcas da tradição se apresentam por meio dos objetos e costumes de tempos idos. Tempo de fazendas, roças, carros de boi, plantios de milho e feijão, assuntos do meio rural se contrapondo a estes tempos de urbanidade que a cidade se propõe a representar por meio de sua arquitetura monumental.

Esta história é confirmada também por Dona Castorina Braz Oliveira, nascida em 1923, na Fazenda Capivara, em Mineiros de Goiás. Filha do Sr. Ponciano Braz de Oliveira e de Dona Ambrosina, “pioneiros que vieram tentar a vida no Planalto Central, ela viveu desde a infância na região de Brazlândia, tendo, por isso, participado de momentos importantes da história da cidade e das redondezas” (RIBEIRO, 2005c, p.45).

Castorina Braz Oliveira tinha apenas 6 anos de idade, quando seus pais se mudaram do Mato Grosso para a região chamada Sumidouro. Era um lugar bonito, ficava à beira do Rio Descoberto. Seu pai, Ponciano Braz Queiroz, mineiro de Carmo do Paranaíba, e sua mãe, Dona Ambrosina Martins de Souza, mato-grossense, de

Cochinhos, construíram uma pequena casa de adobe e buriti no lugar mais elevado e firme do terreno. Levaram muitos dias trabalhando duro, amassando o barro, carregando terra e água, cortando folhas de buriti e dormindo no relento. Poucos dias antes de a casa ficar pronta, Dona Ambrosina escreveu a seus pais, pedindo que mandassem os pertences da família. Eram roupas, uma máquina de costura, alguns móveis e apetrechos que haviam deixado em Cochinhos. Informado por um amigo de que a mudança já havia chegado Seu Ponciano partiu para Santa Luzia. Fez umas compras, trocou um dedinho de prosa com os amigos e foi apanhar os seus pertences na estação. Quando voltava feliz para casa, com o cargueiro transportando os mantimentos e sua mudança, Seu Ponciano foi preso pelos revoltosos. Todos os seus pertences, inclusive a roupa que vestia, foram confiscados e divididos entre os homens da Coluna Prestes. Seu Ponciano, só de ceroulas e com as mãos amarradas, foi colocada sobre a égua velha, arreada apenas com um arreio pontudo e bem pequeno, conhecido por cutuca. Levado junto com a tropa, ele não conseguiu acreditar no que estava lhe acontecendo. Pensava tristemente: “Estou tendo um pesadelo. Isso não pode ser verdade!” (RIBEIRO, 2005c, p. 19-20).

A história narrada por Dona Castorina vem de encontro à história narrada por Seu Beija, refletindo um período de muito sofrimento, perdas, torturas, humilhações e saques causados pelo bando de revoltosos da Coluna Prestes. Depois de ter apanhado muito, Seu Ponciano conseguiu escapar e retornar à sua casa onde era aguardado pelo negro Severo, que contou sobre um amigo da família que havia levado Dona Ambrosina e as crianças para sua fazenda, no pé do morro, distante da trilha que liga Santa Luzia a Planaltina, o possível caminho usado pelos revoltosos. Após alguns dias Dona Ambrosina retornou à sua casa. E lentamente tudo voltou ao normal.

A transmissão oral de fatos ocorridos é realizada pelos narradores, transmitindo conhecimento muito antigo, que se deixa ver a partir dos relatos que podem ser colocados em confronto. Experiências diferentes que revelam a mesma situação de constrangimento e medo pelos quais passaram os narradores e demais pessoas envolvidas no acontecido:

Em noites claras, em que a família se reunia para prostrar, Castorina pedia para o pai contar a triste aventura que ele viveu, quando a Coluna Prestes passou por esta região. Ela gostava principalmente da parte que seu pai narrava como havia fugido, corajosamente, de 1.500 homens armados (RIBEIRO, 2005c, p.31).

A filha pedia ao pai que contasse trechos que demonstravam sua coragem e bravura, enfrentando tantos homens armados. O pai é então representado como o herói da narrativa. O narrador que conta sua própria experiência. Mais uma vez Walter Benjamin se faz presente nesta ideia, pois ouvir histórias é uma forma de acalantar, consolar e curar, para que, fortalecido, o ser humano siga sua jornada. A tradição se faz presente também nas noites em que a família se reunia para ouvir histórias. As antigas trilhas, que ligavam fazendas e povoados, são igualmente representações que denunciam o tempo escoado, também trazem uma historicidade anterior à construção da capital.

Em 1922, quando o mineiro Arthur Bernardes assumiu a Presidência da República, houve insatisfação da jovem oficialidade do Exército. Os tenentes, combatidos pelas forças do governo, fugiram para o sul do país, onde se uniram aos oficiais gaúchos, formando a Coluna Prestes.

Em 1924, os revoltosos começaram uma campanha contra o governo, percorrendo os sertões brasileiros. Tentaram esclarecer a população sertaneja sobre a exploração de que eram vítimas e levá-la a aderir ao movimento contra as instituições oligárquicas que a esmagavam. A Coluna Prestes andou mais de 25 mil quilômetros do nosso território e chegou a contar com mais de 1.500 guerrilheiros. Retomando as palavras da historiadora e geógrafa Helena Maria Ribeiro:

A Coluna Prestes, segundo sua trajetória rumo ao Planalto Central, chegou ao município de Santa Luzia de Goiás. Para alimentar 1.500 guerrilheiros e suprir a tropa com armas, munições e montarias, o comandante da Coluna utilizou o sistema de confisco, obrigando os fazendeiros que moravam na região por onde passavam a ceder suas moradias para alojar os líderes do movimento e entregar todos os bens que pudessem ser úteis para mantê-los: alimentos, roupas, dinheiro, montarias, além de informações sobre as trilhas que levavam a outras fazendas da região, em que pudessem conseguir novos suprimentos. Para os habitantes da pequena Santa Luzia, bem como para os fazendeiros, cujas terras se localizavam na rota dos revoltosos, a Coluna Prestes passou a ser a própria imagem da desgraça: por onde passava, deixava a marca da destruição. Ela provocou a morte e falência de muitos fazendeiros, que, sem entenderem os motivos do movimento e sem chances de reagir, viram seus sonhos e tudo o que haviam construído durante uma vida inteira desaparecer (RIBEIRO, 2005c, p. 17).

Como diz Walter Benjamin (1994, p. 201), “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. A narrativa sensível, apresentada tanto pelo Seu Beija, como por Dona Castorina, certamente carregam as marcas da traumática experiência vivida por estes sujeitos em 1927, data da passagem da Coluna Prestes pela fazenda Currealinho e pela fazenda Sumidouro, ambas pertencendo hoje ao Distrito Federal. Esta passagem ainda hoje é lembrada por antigos habitantes de Brazlândia. Muitos não sabem explicar a história, mas lembram que era preciso fugir para o mato, até ter certeza que os revoltosos tinham passado.

Retomando as palavras de Benjamin (1994, p. 15), “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que um acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”. Estas lembranças registradas pela escrita da historiadora, a partir da fala dos narradores, hoje podem ser consultadas e transformadas em chave, abrindo um leque de possibilidades para novas descobertas.

Estas, com certeza, são marcas da história colonial e republicana, presentes neste espaço, hoje pertencente ao Distrito Federal, que foram negadas pela historiografia oficial. Esta história e tantas outras podem ser resgatadas a partir dos relatos orais, vinculados à tradição. Daí a importância de ouvir e de contar histórias, como forma de reconstrução da História. Estas narrativas são fragmentos que deixam ver o quanto da História pode estar velado, pelos não ditos, calados e silenciados.

A “Farmácia Verde” foi um espaço criado durante o governo do José Aparecido de Oliveira, que veio de certa forma reconstruir o sonho do Seu Beija de ser médico. O seu Beija atendeu a comunidade de Brazlândia e Entorno durante vários anos, com remédios produzidos na própria farmácia e colhidos no cerrado, por ele próprio. Neste espaço recebeu pesquisadores e médicos, que vinham aprender um pouco da sua sabedoria.

Eu tive o privilégio de também conhecer o Seu Beija em 1987, quando ele implantava a “Farmácia Verde” enquanto eu implantava o Projeto “Mãos ao Barro”, uma olaria comunitária. Ambos foram projetos implementados em Brazlândia durante o governo José Aparecido de Oliveira, pelo Instituto de Tecnologias Alternativas (ITA-DF).

Conversando com Seu Beija, numa ocasião, 24 anos atrás, ouvi-o dizer com toda sabedoria que “no Distrito Federal as terras são muito antigas e muito lavadas, por isso as pessoas têm problemas de garganta frequentes, pela falta de certos elementos minerais já não presentes no solo”.¹⁸

Este pressuposto pode ser confirmado a partir das hipóteses levantadas por historiadores, arqueólogos e outros pesquisadores. Os relatos orais trazem sabedorias, estão vinculados a tradição, revelam o peso da história colonial e republicana neste espaço, daí a importância desta tradição na reconstrução da historiografia.

Helena Maria Ribeiro acredita que o folclore do Distrito Federal é um dos mais ricos do país. Segundo a pesquisadora, um dos motivos que a levou a este estudo foi o fato ter ouvido que o Distrito Federal não tem tradição cultural, nas inúmeras reuniões que participou na extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, hoje Secretaria de Estado de Educação, onde assumiu vários cargos. Sua pesquisa e estudos deram origem a este importante documento, que é a coleção de livros de *Contos, Lendas e Estórias do Distrito Federal*. As histórias contadas pela historiadora são pérolas, porque tiveram início a partir do exercício de escuta, para depois serem escritas e recriadas em seus livros.

¹⁸Informação verbal colhida pela pesquisadora.

Lowenthal (1998) afirma que são três as principais fontes de conhecimento sobre o passado: a memória, que é introspectiva e inerente ao ser humano; a história, que é contingente e empiricamente verificável; e os fragmentos, que são construções realizadas pelo homem e que se transformam em relíquias, resíduos, marcas, patrimônio. O próprio homem, construtor do processo histórico, é também quem constrói as fontes e os documentos que orientarão e subsidiarão a construção da história na qualidade de saber.

O filme *Hollywood no Cerrado*, dirigido pela professora Tânia Montoro, também pode ser tratado como fonte (MONTORO, 2010). O filme trata da ocupação do Centro Oeste nas primeiras décadas do século XX e das transformações culturais, econômicas e midiáticas ocorridas em Anápolis, após a chegada dos imigrantes motivados pelo ideal de fortuna e felicidade.

Trata-se de outra história pouco contada pela historiografia oficial e que vem a debate a partir desta pesquisa, baseada em documentos e em depoimentos de pessoas que vivenciaram esta época e que a recontam por meio deste documentário. Uma época em que existia em Anápolis um cinema com 600 lugares, que ficavam lotados com frequência. Na hora da fila eram os flertes, as paqueras. Durante a projeção o escurinho do cinema levava o imaginário para mais longe e não raros eram os encontros de mãos silenciosas. Após o cinema sempre tinha a domingueira, e aí se concretizavam as investidas anteriores. Hora do baile, das danças, dos ritmos ora lentos, ora rápidos.

Anápolis representou a chegada da modernidade no interior do país, ela recebeu o primeiro trem, o primeiro cinema, o primeiro rádio e o carro, trazidos das cidades litorâneas; além dos inúmeros artefatos, trazidos pelos mascates desde o final do século XIX, e, principalmente no início do século XX

Seu Beija, em suas narrativas, também conta episódios da chegada da modernidade, sendo que um deles é sobre a chegada da penteadeira, que deu de presente à sua esposa, Dona Cecília e que quase matou de susto a sua empregada, a negra Conceição. Isso porque quando Conceição viu sua própria imagem refletida no espelho da penteadeira, assustou-se, pois nunca tinha visto alguém tão feia:

“— Dona Cecília, me acode! Tem uma muié feia no seu quarto! Dona Cecília socorro! A muié ta gritando pra mim! Deve de sê assombração! Valha-me Deus!” (RIBEIRO, 2005d, p. 9).

A notícia da existência da penteadeira com espelho, na casa de Dona Cecília, correu de boca em boca e, logo, muitas pessoas passaram a visitar a fazenda Curralinho para

conhecerem este novo objeto, anunciando o advento de novos tempos, que vinham chegando cada vez mais rápido, pelo interior do Brasil. Era a modernidade se inserindo no espaço da tradição.

Outro episódio, também narrado por Seu Beija, é sobre a chegada do automóvel, numa época em que as pessoas nem imaginavam que estas coisas existiam. Naquele tempo a Região Administrativa de Brazlândia ainda pertencia ao município de Luziânia, uma região habitada por fazendeiros e produtores rurais. Esta história ocorreu com o Seu Pedatela, morador de uma fazenda em Anápolis que sempre comprava milho, arroz, feijão e café da fazenda Curralinho pertencente ao Seu Beija, como era conhecido por todos da região.

Seu Pedatela, percebendo que seu suprimento estava chegando ao final, foi até a fazenda Curralinho, fez a compra e retornou, aguardando a entrega marcada, como de costume, para três dias depois, no carro de boi, cuja cantiga costumava ouvir de longe. Preocupado com o atraso no horário costumeiro, Seu Pedatela, após tragar um palheiro, resolve tirar uma soneca:¹⁹

Mal havia começado a sonhar, foi acordado por um barulho estranho. Assustado, olhou na direção do barulho e avistou uma coisa preta, esquisita, que vinha pela trilha, fazendo estardalhaço. [...] Em pouco tempo, todos os cachorros latiam para aquilo que chegava fazendo tanto barulho, enquanto os bezerros, correndo, se amontoavam no canto escuro da coberta que existia no curral. Seu Pedatela não conseguia entender que aparição era aquela. Mais assustado ficou, quando a coisa preta parou, bem diante da casa, e, lá de dentro, desceu o compadre Beija, todo sorridente (RIBEIRO, 2005b, p.21).

O espanto causado pela aparição da modernidade foi uma realidade que atingiu a enorme população rural brasileira na primeira metade do século XX, que de uma ora para outra viu a energia elétrica chegar e junto com ela uma série de aparelhos e artefatos de toda a espécie.

Segundo Delgado (2006, p. 59), “O homem é um ser histórico tanto na dimensão de sua vida individual quanto na de sua vida coletiva e uma das experiências coletivas mais relevantes no processar da História é exatamente a da transmissão de experiências”. Seu Beija transmitiu suas experiências, contou os episódios de sua vida, e possibilitou-nos embarcar nesta aventura, que se tornou possível pelo fato delas terem sido narradas e registradas, possibilitando que um grande número de pessoas possa ter acesso a este documento tão significativo que traz as marcas da chegada da modernidade, que causou o espanto e trouxe a velocidade que acelera cada vez mais com o passar do tempo.

¹⁹Fumar um cigarro de palha e dormir um pouco (nota da pesquisadora).

Seu Beija mostrou o caminhão ao amigo, a novidade que tinha comprado na cidade. Quando mostrou a buzina foi um tal de menino chorando, cachorro latindo e galinha correndo pelo terreiro:

Seu Pedatela, após desatada carreira, trepou na cerca do curral. Tinha levado um susto tão grande que seu corpo tremia dos pés a cabeça, e seu coração parecia que ia saltar pela boca (RIBEIRO, 2005b, p. 25).

Depois de ter resolvido a situação, seu Beija se despede do compadre e parte,

dirigindo seu caminhão sobre a pequena trilha, ia assustando a natureza ao seu redor, deixando um rastro de corações acelerados e um brilho de medo nos olhos dos matutos (RIBEIRO, 2005b, p. 25).

Esta história, escrita a partir de depoimentos do Sr. Benjamin Cristiano de Oliveira, pode ser considerada um documento por meio do qual é possível perceber como as pessoas viviam em outra época, sem televisão, energia elétrica, nem carro. As relações estabelecidas eram diferentes. As pessoas encomendavam as mercadorias nas fazendas, em vez de irem buscá-las nas cidades. Estas também não deixam de ser marcas do período colonial, presentes na história do Distrito Federal. Daí a importância da história oral, revelando aquilo que a historiografia oficial teima em continuar ocultando, pois sem ela seria impossível reconstruir este passado mostrado pelos fragmentos presentes nos contos narrados.

Walter Benjamin (1994) nos diz que, “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros anônimos.” E é assim que a História de Brasília se faz visível, com marcas da tradição, que o seu lado novo totalmente imbuído de modernidade, “sem história”, tentou silenciar.

Assim, é possível perceber que a tentativa de começar do zero, do novo, em alguns aspectos fracassou. Pois já havia habitantes no Planalto Central antes da transferência do Distrito Federal do Rio de Janeiro para Brasília. O Distrito Federal migrante mudou-se de Salvador para o Rio de Janeiro, pela proximidade do Rio com as Minas Gerais e seu fácil escoamento para a Europa. E deste para o Planalto Central, com a inauguração da Capital Federal.

Pode-se ver então, que Brasília também tem o seu lado não visível, ocultado, pouco falado e pouco estudado. A historiografia oficial conta uma história, mas Brasília merece ser recontada a partir de novas pesquisas, que levem em conta a sua historicidade. Não se pode

esquecer que não existe o hoje sem o ontem. Então o que antecedeu ao Distrito Federal, que hoje ocupa uma região que pertenceu ao estado de Goiás, fazendo também divisa com Minas Gerais?

Na leitura dos contos e na produção historiográfica é possível perceber que por estas terras desde os séculos XVIII e XIX circulavam homens e mercadorias: tropeiros que vinham da Bahia passavam por Formosa e seguiam em direção a Cuiabá ou, tropeiros que vinham do Rio de Janeiro passando por Formiga e Paracatu. Viajantes ilustres, cientistas também passaram por aqui, no início do Século XIX, como Pohl e Saint-Hilaire, que são os mais conhecidos.

Antes deles, ainda no século XVII, as terras do Planalto Central já eram percorridas por bandeirantes paulistas, como André Fernandes e Sebastião Paes de Barros, no período anterior às viagens dos Anhanguera, pai e filho, e por criadores de gado vindos do sertão do Rio São Francisco. E anteriores a estes, nossos indígenas, que durante muito tempo guardaram o Planalto Central, evitando, por sua fama, a chegada de exploradores, conforme informações de Bertran (1994).

Este antigo habitante, responsável pela guarda do Planalto Central era o índio, mas... Onde ele está? Quem era e quem é ele? Perguntas que pouca gente sabe responder. Parece uma coisa tão antiga, que já não tem a ver com este espaço. Perguntei para amigos, para funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ninguém soube direito responder. Então parti na busca detetivesca, como sugere Ginzburg²⁰ e, buscando fontes, encontrei pistas nas pesquisas de Bertran (1994) e nos contos pesquisados, principalmente naqueles baseados em relatos orais.

Muito antes do Distrito Federal ter sido assentado sobre fazendas, que foram desapropriadas para a transferência da Capital para o Planalto Central do Brasil, havia por aqui uma raça indígena forte, desde muito antigamente “senhora dos cerrados brasileiros”, pertencente ao grupo Jê. Entre eles, os Kayapó. Os primeiros, os antigos pré-cerâmicos, nômades, os quais faziam seus acampamentos sazonalmente em função de extrativismos e caças; tribo temida e respeitada pelas inúmeras tropas que algumas vezes fugiram com medo dos bravos índios, que usavam borduna²¹ e eram exímios caçadores.

²⁰Carlo Ginzburg, fala do paradigma indiciário, método onde o historiador é equiparado a um detetive responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo. Enfrenta o desafio do passado: vai em busca de traços, de pegadas como um caçador; de vestígios, como um policial, retomando as palavras de Pesavento (2008b, p. 63).

²¹**Borduna:** Termo genérico atribuído a todas as armas contundentes feitas de madeira dura usadas para bordoar. [...] A extremidade distal varia entre arredondada, afilada, cavada. É levada para matar ratos, cobras, onças e, sobretudo, nas investidas guerreiras. [...] levam-se em conta algumas características marcantes que dizem

Os índios Kayapó, denominação esta que receberam do homem branco em contato com os Guarani, significa “cara de macaco”, e é considerada por estes pejorativa. Eles se auto-nominam: Mebêngôkre. Receberam também dos Juruna a denominação de Txucarramãe, que significa “índio sem arco e flecha”, pois sua principal arma é a borduna dura e pesada, usada para caçar²²; e que pela chegada de antigos bandeirantes, também serviu para afugentá-los e conquistarem a fama de “quebrar-lhes o crânio”.

Na “Lenda do Paranauá” também pode-se perceber a presença de antigos habitantes no Planalto Central:

Há muitos e muitos anos, quando o Planalto Central era habitado apenas pelos indígenas, a tribo dos Araés, que vivia na região do Torto, começou a guerrear com a tribo dos Tocantinitins. A luta entre as duas tribos foi sangrenta e durou vários dias. Enquanto os índios lutavam uma jovem índia da aldeia dos Araés, chamada Iaracuí, deu à luz um lindo menino e colocou nele o nome de Paranauá. [...] Iaracuí ficou gelada, ao ouvir o grito de vitória dos guerreiros inimigos, pois sabia que, segundo costume, a tribo perdedora seria morta e a aldeia totalmente destruída! (RIBEIRO, 2005c, p. 9)

O trecho do conto denuncia a presença dos antigos habitantes que guerreavam entre si antes mesmo da presença dos brancos. Só que, após a chegada destes, as lutas se tornaram desiguais, bordunas e flechas contra armas de fogo. Mesmo assim, a conquista do Planalto Central não foi fácil, graças à fama dos ferozes guerreiros.

Provavelmente o Distrito Federal, como território de coleta, caça e agricultura de índios Jê, pode ter sido palco de conflitos em princípios do século XVIII, quando da chegada de mineradores paulistas e portugueses, conforme expõe Bertran,

Os Jê dividiam-se em diversas nações individualizadas e, não raro, rivais entre si. Para lembrar apenas o mais antigo e impactante desses povos - do ponto de vista histórico - o primeiríssimo que nos ocorre é, sem dúvida o Caiapó, índio que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação contumaz, “o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América”, no dizer de João de Mello, governador de Goiás em 1760 (BERTRAN, 1994, p. 32).

As informações prestadas pelo pesquisador nos levam a perceber que esta história tem muitas lacunas, muitos talvez, muitos não ditos, e nos fazem refletir sobre a pouca importância dada à historiografia indígena e nos levam a questionar: a quem interessaria esta história sobre os primitivos habitantes do Planalto Central? Os que não foram nem

respeito à forma e à decoração. Dentro deste critério distinguem-se os seguintes tipos de bordunas: 1) circular estriada; 2) circular lisa; 3) circular semi-estriada; 4) côncavo-convexa; 5) cuneiforme espatulada; 6) losangular prismática; 7) ovalada; 8) quadrangular (RIBEIRO, 1988, p. 218).

²² Informações prestadas pelo indigenista Nelson Cesar Destro Junior, engenheiro agrônomo, funcionário da FUNAI, que viveu durante dez anos entre os Mebêngôkre (Kayapó).

indenizados e nem lembrados pela historiografia oficial, que prefere repetir a ideia de um lugar sem história e sem passado. Na verdade, esta história ainda está por ser escrita, recolhe-se farrapos, fiapos de um porvir, onde talvez um dia os povos indígenas sejam de fato respeitados.

O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio (PESAVENTO, 2007, p. 21). No Brasil o saber do passado, de quem há muito já vivia nestas terras antes de serem descobertas, vem das tribos indígenas que ainda vivem em aldeias nas florestas, compartilham experiências, vivem em comunidades. Contam suas histórias, preservam suas tradições e desenvolvem todo tipo de atividade artesanal.

Dentre eles, está o grupo indígena Kayapó, com o qual tenho algum contato, pois já participei, como professora, do curso de formação de professores indígenas Mebêngôkre, Panãra e Tapajúna Goronã. Na ocasião fui convidada a produzir jogos com estes professores indígenas, utilizando imagens, temática e palavras selecionadas pelo grupo participante do curso. Os jogos foram produzidos nos dois idiomas, indígena e português, e foram construídos por estes professores não brancos. Estão sendo utilizados nas escolas indígenas, que hoje alfabetizam primeiro na língua materna, para depois ensinar o português, preservando e fortalecendo a cultura indígena.

Em determinada ocasião recebi em minha casa o Cacique Bedjai (Kayapó), da aldeia Piraçú, localizada entre o Norte do Mato Grosso e Sul do Pará, nos limites do Parque Indígena do Xingu. Ele estava com sua esposa Warê e a neta Maiky. É comum entre indígenas, após o jantar conversar e contar histórias, tradição esta que continua a ser mantida, e que entre os brancos, de um modo geral, foi substituída pela narrativa da televisão e não mais por um membro da família, como era feita até princípios do século XX. Conforme esclarece Ong:

Ler em voz alta ante a família e outros grupos pequenos era comum, todavia a princípios do século XX, até a cultura eletrônica reunir tais grupos ao redor dos aparelhos de rádio e televisão, em lugar de como fazia antes, em torno de um membro do grupo (ONG, 2011, p. 77).

Foi numa noite de Natal de 2008, que o Cacique Bedjai me contou a seguinte história, que fala da origem do povo Mebêngôkre, e de como eles chegaram ao Planalto Central, e conheceram o cerrado brasileiro:

Antes não tinha fruta, peixe, bicho; tudo surgiu depois. O povo Mebêngôkre vivia lá no céu, em uma aldeia grande, grande, como São Paulo. Um dia um índio correu atrás de um tatu, determinado a pegá-lo. O tatu era enorme e corria muito, e o índio corria atrás dele. Depois de certo tempo, o tatu começou a cavar um buraco e o índio cavava atrás, o tatu cavava mais e o índio continuava, seguindo sua determinação. Ele nunca tinha visto um buraco tão fundo. O tatu continuava cavando e o índio, persistente atrás. De repente o índio avistou um clarão no fundo do buraco e ficou assustado. Continuou descendo bem devagar para não cair, e viu lá embaixo pela primeira vez o cerrado, avistou o Brasil, e ficou encantado. Olhou admirado, e determinado a descer até lá. Voltou até a aldeia e conversou com seu povo, disse o que havia acontecido e o que ele tinha visto. Ficaram todos impressionados. O índio, em sua determinação, começou a tecer uma grande corda, com todas as fibras que pôde encontrar. Quando achou que já tinha o suficiente, falou com o seu pessoal e foi até a beira do buraco. Amarrou a corda em uma árvore próxima e falou: Eu vou descer! Vocês conhecem a minha história e qualquer coisa que aconteça, continuem a contá-la. E desceu. Desceu, desceu, desceu muito; quanto mais descia, mais enxergava e mais apaixonado ficava pelo que via. A corda acabou e ele estava muito longe da terra e voltou. Ficou mais um tempão procurando fibras, roupas, e tudo o que encontrasse para tornar a corda maior. Ficou durante dias e noites tecendo, e quando achou que já tinha tecido o suficiente para chegar até a terra, foi novamente até a entrada do buraco acompanhado do pessoal e falou a mesma coisa que já tinha dito: Qualquer coisa que aconteça, vocês tratem de contar a minha história! E desceu, e conseguiu chegar até o Brasil. Outros que ficaram olhando, também admirados com o que viam, resolveram também descer. Desceu mulher, homem, velho e ‘memprire’, (que é como são chamadas as crianças). Um índio ficou preocupado, por que muita gente já havia descido e resolveu cortar a corda antes que todos descessem. Por isso, até hoje durante as noites escuras, quando os Mebêngôkre olham para o céu, e veem muitos pontos brilhantes, sabem que são as fogueiras das tribos que não desceram e que ficaram por lá.
- E foi assim que aconteceu Alda, e foi assim!²³

Quando o Cacique Bedjai falou e repetiu, “foi assim que aconteceu Alda, foi assim”, ele estava afirmando que isso não era apenas uma história, era uma verdade que estava sendo narrada; era a origem do povo Mebêngôkre, uma história que vem sendo contada por muitas gerações e que chegou até mim de forma oral. Eu não encontrei essa história escrita, mas a recebi através da oralidade. Este mito mostra, entre outras coisas, que os Kayapó também migraram para o Planalto Central, também vieram de algum lugar, vieram de um universo paralelo. Cada vez que eu conto essa história fico imaginando a beleza de ver uma floresta de buritis lá do alto. Talvez, por isso, os Mebêngôkre são conhecidos como o povo que veio do olho d’água. Para mim, o grande olho d’água brasileiro está no Planalto Central, nas águas emendadas, de onde vertem para as principais bacias hidrográficas.

Podemos então constatar que não só o Distrito Federal migrou como também os seus primitivos habitantes e seus habitantes mais recentes, que migraram dos diversos cantos do país, atraídos pela possibilidade de enriquecer, ter uma moradia própria e de ter condições de cidadania digna. Delgado (2006, p. 59), citando Lowenthal, (1998, p. 75), diz que “toda consciência do passado está fundada na memória. Por meio das lembranças recuperamos a

²³Narrada pelo cacique Bedjai para Aldane, em 24 de dezembro de 2008, escrito de memória.

consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje e confirmamos que já vivemos um passado”.

A oralidade é mantida pela tradição. Tradição presente no ato de transmitir. Segundo Benjamin:

A verdadeira narrativa tem sempre em si, às vezes uma forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida - de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos (BENJAMIN, 1994, p. 200).

O Cacique Bedjai, ao contar a história da origem de seu povo, compartilha sabedorias que foram repassadas desde sempre e cumpre seu papel de guardião desta sabedoria e de transmissor dos ensinamentos que lhe foram repassados. Os Kayapó, primitivos nesta região do Planalto Central, já há muito migraram para o norte, onde possuem suas terras demarcadas entre o norte do Mato Grosso e o sul do Pará.

A familiaridade com o cerrado é perceptível entre os Kayapó. Sempre que o Cacique Raoní vem a Brasília, gosta de andar pelo cerrado buscando raízes e folhas que encontra por aqui. Eu mesma já o levei várias vezes para buscar plantas, em locais que ele aponta e diz: *“para o carro que eu vou procurar por aqui”*. Ele explica que as plantas são espíritos jovens que estão na natureza e que fazer uso delas em chás e banhos propicia uma juventude mais longa. O que também é possível perceber na sua figura, já de aproximadamente 80 anos, e com a força de um jovem guerreiro.

Outra nação antiga também encontrada por aqui foram os Crixá ou Quirixá. A historiadora e geógrafa Maria Helena Ribeiro conta as histórias deste grupo indígena, primitivos habitantes de Planaltina, os quais deram origem à cidade de Crixás, que hoje mantém viva por meio de seu nome, a lembrança da passagem dos valentes indígenas pela região:

Os registros feitos pelos bandeirantes que estiveram na região do atual Distrito Federal, desde o ano de 1592, em busca de ouro e de índios para usarem como escravos, revelam que mais ou menos 600 índios Quirixá viviam na região de Planaltina, antes conhecida como Mestre d’Armas.[...]. Usavam ferramentas como o arco, a flecha e o porrete, fabricadas com materiais encontrados na região. Cultivavam milho, batata e armazenavam a colheita. Andavam acompanhados por uma multidão de cães e criavam muitos outros tipos de animais (RIBEIRO, 2005b, p. 9).

Este fragmento do conto mostra a presença deste grupo indígena que parece trazer traços de grupos guarani vindos do litoral, provavelmente fugindo do colonizador. Já eram

agricultores e ceramistas, e criavam animais domésticos, como o próprio cão, costume que aprendeu com o colonizador. Este trouxe cães, galinhas e gatos, bichos que não faziam parte da fauna original brasileira:

Com a chegada dos bandeirantes na região do Planalto central, os índios Quirixá, trabalhadores valentes, tiveram que lutar para defender o território onde viviam e não se tornarem escravos. A luta era sempre desigual uma vez que o homem branco usava armas. [...] Quando os bandeirantes descobriram ouro na região onde estavam os Quirixá, novamente eles foram obrigados a abandonar suas terras, suas plantações e partir em busca de um outro lugar para viver (RIBEIRO, 2005b, p. 11).

A historiadora também narra a lenda do Lago Paranoá, segundo histórias que ouviu de pessoas mais antigas. Conta que aqui viviam grupos indígenas já quase extintos, durante a construção de Brasília:

Conta-se que, em tempos passados, os índios Guayases viviam nas terras onde hoje é o Distrito Federal e que muitos deles se mudaram para regiões onde havia florestas maiores e mais densas para se protegerem dos Bandeirantes. [...] Entre os índios que aqui ficaram, estava o pequeno Paranoá. [...] Paranoá gostava muito do velho cacique. Sempre o acompanhava na caça, na pesca e à noite, sentado ao lado do fogo, ele ouvia as histórias do seu povo contadas pelo velho chefe (RIBEIRO, 2005a, p. 9).

Paranoá ouviu muitas histórias narradas pelo cacique e aprendeu com as experiências do velho chefe a caçar e a pescar. Foi um dos primeiros solitários do Distrito Federal:

Todos dormiam, enquanto o sábio cacique conversava com as estrelas e com Tupã, deus do seu povo. [...] Pela manhã, ele chamou Paranoá e foi para um local onde pudessem conversar a sós. [...]. Nossa gente, os Guayases, existia há muitos e muitos anos nesta região. Vieram de terras muito distantes. Eram em grande número e, por muitas gerações, viveram neste lugar. Hoje, muitos já foram para outros lugares e, pouco a pouco, os que ainda restam também estão indo embora! Meu desejo é ver a nossa tribo se multiplicar e crescer nestas terras onde habitaram nossos avós; mas se existe um meio de, em parte, realizar meu desejo, é você ficar aqui e dar continuidade a nossa raça, mesmo que todos partam para outras terras. Porém, preste atenção: você não se deixará seduzir pelas índias da nossa tribo. Você se preparará para a jovem que Tupã lhe trará. Ela chegará no momento e dia certo e viverá com você, renovando, assim, o sangue da nossa raça, por meio dos filhos que nascerão (RIBEIRO, 2005a, p. 11)

Segundo a lenda, Paranoá era o índio escolhido por Tupã para casar com Brasília que estava para chegar. Ele ouvia os conselhos e determinações prescritas pelo cacique:

Não se esqueça Paranoá, de que você não deverá gostar de nenhuma outra mulher e que jamais poderá afastar o seu pensamento de sua noiva. Ela foi prometida a você por Tupã. Cuide para que tudo se realize conforme está previsto (RIBEIRO, 2005a, p. 12).

Paranoá recebeu os conselhos do cacique e procurou segui-los. A Lua ficava a namorar Paranoá, pois tinha pena de sua solidão:

Sempre que ele dormia serenamente sobre as pedras da cachoeira, acariciava-o com seus raios prateados e colocava muitos sonhos em sua mente. Sempre que sentia o toque acariciante da lua, o índio se escondia, pois se lembrava das recomendações do cacique para não se render às tentações. Porém uma vez por mês, na noites de lua cheia, Paranoá era atormentado pelos raios de Jaci, que o perseguiam por toda a parte, até o dia clarear (RIBEIRO, 2005a, p. 13).

No momento da chegada de sua prometida, a jovem Brasília:

Paranoá parecia flutuar de tanta felicidade. Encantado pela beleza de Brasília, sequer percebeu Jaci, enciumada e sentindo que estava perdendo para sempre o amor da sua vida, tentava com seus raios prateados destruir aquele momento tão sublime, concentrando toda sua luz nos olhos de Paranoá. Ofuscado pela forte luz da lua, não mais via Brasília, mas sim Jaci, com sua imagem bela e brilhante, que lhe sorria meigamente e despertava as lembranças das carícias suaves que ela lhe fazia com sua luz prateada, durante as noites solitárias (RIBEIRO, 2005a, p. 13).

Paranoá ficou em dúvida entre seus dois amores, pois já havia se acostumado com os carinhos da lua. Tupã ficou furioso:

Um relâmpago azulado rasgou o céu e uma voz, que mais parecia um trovão, ecoou pelo espaço e penetrou na alma de Paranoá: “— Infeliz guerreiro, jamais deveria existir tal dúvida em seu coração. Você não merece a mulher que lhe prometi e, por isso, como castigo, vou transformar você num lago de braços abertos, que contemplará para sempre a bela Brasília, porém nunca a tocará.” No mesmo instante o corpo do índio começou a se derreter [...]. Paranoá transformou-se no grande lago, olhando apenas a distância a linda Brasília, que permaneceu no Planalto Central, atraindo os corações pela sua majestade e beleza. Jaci, ainda hoje, cheia de remorso e dor beija e acaricia com seus raios o corpo molhado do jovem guerreiro (RIBEIRO, 2005a, p. 15).

Hoje é possível ver o grande Lago Paranoá, de braços abertos, vendo Brasília sem poder tocá-la, com seu abraço eternizado. Enquanto a lua, lá de cima, continua a acariciá-lo com seus raios prateados. E Brasília, com suas asas abertas, também eterniza seu abraço ao Lago Paranoá. O mito traz elementos comuns à gênese indígena. A lua que namora o índio é um elemento que se repete em muitas narrativas. A promessa, a espera também são elementos comuns em outras narrativas.

Helena Maria Ribeiro reconta “A Lenda do Lago”, a partir da história que ouviu contada pelo pesquisador Olímpio Pereira Neto. Este mito recente, próximo da construção de Brasília, tem provavelmente influências de mitos Tupi-Guarani. Faltam, no entanto, pesquisas a respeito. Ainda sobre o Lago Paranoá, existem outras histórias, bem antigas:

Brasília e o Distrito Federal situam-se no leito de um mar (ou um lago interno?) que há um bilhão de anos, formava como uma grande baía na região. [...] Esse mar interno, por 300 milhões de anos, acumulou em seu fundo areias aglomeradas que se enrijeceram, transformando-se nas rochas que vemos aqui hoje, denominadas pelos geólogos de grupo Paranoá. Na marca de 700 milhões de anos ocorreu a grande orogênese brasílica, quando o mar Paranoá foi erguido de seu fundo e tornou-se nas altas terras e chapadas que o cercam, deixando lagoas e depressões (BERTRAN, 2003, p. 38).

Conforme informações de Bertran (1994, p. 38), o Dr. Hussak, geólogo da Comissão Cruls, que explorou a região em 1891, achava que um desses lagos residuais ocupasse aproximadamente a área do atual Lago Paranoá e sugeriu que este fosse feito novamente, não por saudosismo geológico, como esclarece o historiador, mas para garantir o abastecimento de água da futura capital e para diminuir os rigores da seca brasiliense.

Tal indicação ficou guardada e nada foi feito por mais de meio século, até que em 1958, após a construção da Barragem do Paranoá, o lago começou a encher. Quando o concurso urbanístico de Brasília foi lançado, o lago já estava no mapa, fornecido aos concorrentes, assim como também a Ermida Dom Bosco e o Palácio da Alvorada, estavam previamente estabelecidos no projeto antes mesmo do concurso.

O homem primitivo perambulou pelo Planalto Central antes de 10.000 anos, conforme atestam sítios arqueológicos. Os bandeirantes paulistas buscavam por aqui, primeiramente, o lago Eldorado, mito de uma riquíssima região no centro da América do Sul. Os mitos sempre movimentaram os homens ao longo da história na busca por conquistar seus sonhos, crenças, vencer seus medos.

Desde fins do século XVI, como aponta Bertran, expedições vieram dar nas nascentes do Distrito Federal:

Com a mineração de ouro em Goiás ocupou-se territorialmente o Distrito Federal, desde antes de 1734, quando já havia menções ao sítio Sobradinho, ao Monteiro e ao de Três Barras (Parque Nacional). E, em meados do século XIX, espalham-se por aí quase 300 fazendas rústicas, remontadas sobre velhas sesmarias coloniais emitidas para os ditos “Sertões do Campo Aberto”- atual Distrito Federal (BERTRAN, 1994, p. 234).

A narrativa do historiador comprova a mineração de ouro neste território, assim como também o conto “Mãe de Ouro” escrito por Lucília Garcez é baseado em histórias sobre a descoberta do ouro. Trata-se de uma narrativa que traz elementos de tempo e espaço que remontam ao desbravamento do Centro Oeste por portugueses e seus escravos de origem africana, que seguiam para o interior do país em busca de ouro e pedras preciosas,

confirmando a premissa de que as histórias atravessam gerações e têm ligações íntimas com as origens da formação de um povo.

Segundo a escritora, sua narrativa partiu de pesquisas e consulta a outros pesquisadores²⁴, os quais lhe encorajaram a focalizar uma história que relacionasse a formação das comunidades negras, a busca do ouro e as lendas do garimpo:

Quem anda pelas margens do rio Paranã tem muita história para contar. Entre outras entidades que guardam a mata e o rio e assombram os viajantes, pescadores ou garimpeiros, aparece, em algumas horas da noite, uma luz deslumbrante, vinda das profundezas das águas. Como um fecho de estrelas, entidade com feição de uma linda mulher sai da água multiplicada em milhares de pequenas pétalas de fogo, num movimento encantador que deixa o observador ora maravilhado, ora assustado. Ninguém sabe ao certo de onde vem essa luz. Há mil e uma versões para sua origem. Vou contar uma delas. E como quem conta um conto aumenta um ponto... (GARCEZ, 2005, p. 6).

Conforme lembra Delgado (2006, p. 59), “O homem é um ser histórico tanto na dimensão de sua vida individual quanto na de sua vida coletiva, e, uma das experiências coletivas mais relevantes no processo da História é exatamente a da transmissão de experiência”. Experiências são transmitidas no ato de contar histórias, este representa a ligação com raízes culturais e sócio-econômicas entre narradores e ouvintes.

O conto “Mãe do ouro” narra a fuga de negros durante a noite pelo rio. Seguem “na direção do pôr do sol, cortando a mata até encontrar sinais do cerrado”. Depois de muitos dias avistam a fumaça do quilombo. Param para descansar. Januário resolve seguir mais para o Centro Oeste, de onde vinham notícias de muito ouro. Depois de muitos dias andando conseguiram chegar a vila dos negros fugidos, perto do rio Paranã:

Numa manhã iluminada pelo sol do planalto central, a terra foi generosa. Januário encontrou as maiores e mais belas pepitas de ouro. Depois de entregar todos os dias uma parte para os companheiros, o felizardo passou a guardar, numa pequena caverna por trás da cachoeira maior, o tesouro que libertaria seus amigos a salvaria sua família da pobreza e do sofrimento. Ali, onde ninguém suspeitava que houvesse uma reentrância na pedra, foi acumulando a liberdade, o futuro (GARCEZ, 2005, p. 18).

Januário, após encontrar ouro e estar rico, foi tomado por uma febre. Era malária e Januário não resistiu:

²⁴A professora e pesquisadora Gloria Moura, da Universidade de Brasília, tem um trabalho desenvolvido com comunidades quilombolas e coordenou o projeto para o Ministério de Educação sobre a vida e a história do povo Kalunga. A professora Leila Chalub Martins, da mesma instituição, trabalha com histórias orais de comunidades rurais próximas à Capital Federal.

Desde então todos os garimpeiros que se aproximam daquele ponto do rio são atraídos por um brilho intenso que vem das pedras no fundo das águas. Enlouquecem de ambição, mas, quando sacodem as pedras na bateia, tudo o que fica é cascalho sem valor. Muitos deles, animados pelos reflexos que vêm das pedras do rio, mergulham em busca do ouro e não voltam mais. Ficam presos para sempre nas profundezas (GARCEZ, 2005, p. 21).

Esta história, contada por Lucília Garcez, fala de uma época de escravidão, portanto anterior a 1888. Fala da presença de negros por esta região do planalto central e de quilombos. A idéia de uma região “sem história”, que “começou do nada”, continua a ser questionada. Além desta história, outras chamam a atenção, como a Mina do Urbano, que pode ser percebida inclusive na atual carta de ecoturismo do Distrito Federal, onde se pode constatar a presença da “Trilha do Urbano”, da “Trilha do Delírio” e da “Trilha do Córrego do Ouro”, entre outras. Os rios têm nomes que geralmente guardam a história de sua denominação, a toponímia dos lugares.

Sobre ouro enterrado em garrafas também existem várias outras histórias, e nem poderia ser diferente numa região que foi cortada pela estrada colonial que ligava o interior à capital São Salvador. Rota onde muito ouro em pó foi transportado em garrafas, em lombo de animais. Este fragmento da lenda do garrafão de ouro mostra um dos inúmeros tesouros encontrados,

Quando já pensava em desistir de procurar por algo que ele nem sabia o que era, ouviu um som estranho. A enxada havia batido em alguma coisa. A emoção tomou conta do persistente Adelino. Seus olhos, que já estavam ficando mortiços por causa do esforço e do desânimo, voltaram a brilhar de expectativa. Jogando longe a enxada, ele se abaixou [...] e começou a cavar a terra com as próprias mãos. [...] Com gestos cautelosos ele inclinou o garrafão, derramando um pouco do seu conteúdo na mão. [...] Era ouro em pó. Ouro tirado de alguma mina da região e escondido ali (RIBEIRO, 2005b, p. 30).

Este fragmento contém pistas do passado colonial presente na história da cidade, que já existia no sonho e anseio de inúmeros brasileiros que há séculos aguardavam a mudança da capital para o interior.

A partir das histórias narradas é possível perceber o peso da história colonial presente na história da cidade, apesar de sua negação. Os contos apresentados, além de despertar o imaginário de leitores, propiciam uma leitura da cidade, onde comungam tradição e modernidade. A voz do passado vem ressignificar o presente e trazer as marcas do período colonial, que se mostra em cada fio tecido pelas narrativas apresentadas pelos contos selecionados e pelas memórias ouvidas daqueles que não olvidam a tradição.

A tradição oral conservada pela memória é recriada nas narrativas dos contadores de histórias e as narrativas escritas, via texto literário, chegam até Brasília e criam a partir de absorção e enxerto os elementos provenientes de diferentes culturas. A presença dos contos e das narrativas orais fazem com que o vazio cronológico seja preenchido por uma história rica, que vem dar significado e trazer informações sobre o longo passado do Distrito Federal, remontando aos primórdios da colonização.

A exemplo de Brasília, única cidade do século XX que foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, “Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro” criado em 2004, foi premiado em 2007 pelo Ministério de Cultura como Grupo de Cultura Popular Tradicional, apenas três anos após seu surgimento, pelo mérito dos trabalhos que desenvolve em todo o Distrito Federal. Vale ressaltar o caráter moderno e tradicional deste maracatu, que se apresenta no Planalto Central, com características diferentes de seu local de origem, Pernambuco. Outro espaço e outro tempo exigem ressignificação, inclusive a música, que é um samba pisado, foi inventada para esta brincadeira. Os participantes são músicos, artistas e brincantes da cidade, que se divertem enquanto criam este espetáculo, capaz de reunir tradição e modernidade, por isso tão brasiliense.

Tico Magalhães, do grupo do “Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro”, veio de Recife, onde participava de grupos de Maracatu. Ao ser convidado para coordenar oficinas da tradição pernambucana em Brasília, percebeu que faltavam elementos e fatos referentes à história e ao ambiente do Planalto Central, para que esta brincadeira tivesse sentido neste espaço. Partiu então para a pesquisa junto com seu grupo e decidiu criar um mito repleto de figuras e elementos do cerrado, buscando novas formas de manifestações artísticas, procurando explorar o imaginário popular, pois como ensina Michel de Certeau (2006, p. 32), toda pessoa fala do seu lugar social, ancorada em seu tempo histórico e cultural, com seus valores, ideias, significações e regimes de verdade.

O Calango Voador, filho do sol e da terra, “vem para mostrar ao seu povo e ao país a verdadeira vocação de Brasília, a de uma cidade nascida para a invenção e a utopia, guardiã da diversidade cultural brasileira.”²⁵ Deste modo, reinventando tradições, o grupo traz um novo circo de rua, unindo o terreiro e o picadeiro numa singular e modesta brincadeira - uma brincadeira original de grande importância para a preservação da cultura popular.

O mito completo do Calango Voador é apresentado em três partes: I Parte – O dia que a Mata cantou Laiá; II Parte – O nascimento do Calango Voador e as novas criaturas do

²⁵Informações colhidas no site do grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro: <<http://www.seuestrelo.art.br>>.

cerrado; III Parte – A Mata e a triste criatura comedora de homens, que narra os episódios da chegada da “Grande Coisa” das terras de além mar, após terem atravessado o oceano:

Desembarcaram em terras alheias sem nenhuma cerimônia. E como fizeram nas Terras Além-Mar chegaram com a coisa engolindo os homens que aqui existiam e destruindo tudo. Mas diferente dos homens de lá, aqui os homens dançavam e cantavam. Diferente de lá, os homens daqui se misturavam com a natureza e tudo era uma coisa só. Os homens daqui então tocaram e dançaram para a Grande Coisa e por incrível que parece ela parou. Nunca tinha visto tal dança, nem muito menos escutado tal som. Encantada com os homens daqui ela se deitou e ficou sem engolir mais ninguém. Por alguns instantes foi possível acreditar que os homens e a Coisa pudessem viver em harmonia. [...] A Grande Coisa foi crescendo, destruindo tudo e engolindo os homens. A coisa vinha abrindo caminho pela floresta, rasgando a terra, entrando à força em suas entranhas. Do corpo da Grande Coisa saíam duras máquinas, piche, luzes, enormes tentáculos mecânicos, que onde tocavam ficavam grudados. Estava tão imensa que para chegar de um lado para o outro da Coisa, os homens inventaram máquinas voadoras, pássaros mecânicos. Não parava de crescer, era um monstro em evolução. E assim, vinha arrastando-se direto para o cerrado (MAGALHÃES, s.d.).²⁶

A chegada da “Grande Coisa” pode ser entendida como a chegada da cidade, da modernidade, e é narrada neste mito com grande liberdade e criatividade. Reflete a maneira brutal com que a civilização foi chegando e desconsiderando o modo como os “que cantavam e dançavam” viviam em suas próprias terras. A chegada da cidade é brusca. Na continuidade do mito, “Seu Estrelo” chama o “Calango Voador” e convoca a “Mata” e os homens de tudo que é lado para se juntar na batalha contra a Grande Coisa. Inicia-se então a criação de Brasília, que pretendia ser uma cidade diferente. No mito, tal qual Brasília, a cidade foi construída com a participação de pessoas de todas as partes:

Veio gente de tudo que era canto. Homens que largaram suas famílias para tentar segurar o tal monstro. Cada homem trazia consigo a fé, as riquezas e os saberes de seu lugar. [...] junto com Seu Estrelo, a Mata e o Calango, inventaram de construir uma nova Coisa, uma fabulosa criatura. Uma nova cidade que abrigaria todos os homens que para o cerrado vierem para enfrentar a Criatura Comedora de Homens que estava para chegar. A esperança enchia o ar e no meio do cerrado, em um lugar marcado com X, começou a construção dos homens. Os homens decidiram dar asas a sua Criatura em homenagem ao Calango Voador, filho do sol e da terra. [...] E assim, rapidamente cercada de sacrifícios, estava pronta a fabulosa Construção. Uma criatura Moderna, que levava dentro dela a esperança dos homens (MAGALHÃES, s.d.).

Brasília é apresentada pelo mito como possibilidade de vir a ser uma cidade diferente, capaz de abrigar a todos os que vieram para o cerrado. “A Cidade Alada que leva dentro a esperança dos homens, o lugar marcado com X”. Tradição e modernidade, em constante enfrentamento.

²⁶Folheto de cordel, s.d.

Maria Cilene Santos também traz em seus contos representações sobre Brasília, seus habitantes e seu modelo exemplar, como a funcionária pública, que neste conto ganha ares de assombração. “A louira do Ministério” é uma história de assombração, com certo humor, que fala de uma funcionária pública, a louira que reinava na noite com seu passo cadenciado. Uma personagem característica deste espaço urbano marcado pelo funcionalismo. Pode ser considerada uma lenda urbana, como o é a da ‘mulher de branco’ que muita gente viu; quem não viu conhece alguém que viu, ou que já ouviu contar:

E nesse caminhar silencioso percebia-se apenas sua silhueta marcante: vestia uma saia curta e *blaser* acinturado, calçava sapatos altos, que lhe davam elegância ao andar e precisão aos passos apressados. Os bêbados que por ali se escondiam e os pedintes que se abrigavam nas proximidades já haviam notado sua presença e espalhavam: tem assombração na Esplanada, uma louira caminha toda noite entre os Ministérios (SANTOS, 2000, p. 20).

Aos poucos a cidade ouviu falar de tal assombração. E o estranho era que ao se aproximar alguém, ela sumia, sempre pelas bandas do Ministério da Agricultura, “[...] aparecendo aqui, sumindo ali, mas caminhando firme entre um e outro, apressada e decidida.” Alguns tentaram ver qual era a dela, pararam o carro seguiram em sua direção, mas num instante ela sumiu e eles, perplexos, retornaram a seus veículos, “ligaram o motor e ainda estupefatos aceleraram o carro, quebrando o silêncio que cerca os prédios esvaziados e faz a madrugada mais fria. [...] Toda cidade tem seus medos.”

Na capital do Brasil, com seu moderno traçado, temos nossa mais simbólica assombração, e como não poderia deixar de ser, trata-se de uma elegante funcionária: a louira misteriosa do Ministério da Agricultura. Não tenho dúvidas de que Brasília vai se condoer de seu eterno caminhar e começar, qualquer dia desses, a lhe acender velas (SANTOS, 2000, p. 22).

São representações feitas sobre esta personagem típica de Brasília, uma funcionária pública com as vestimentas próprias, com seu passo apressado, que surge na Esplanada dos Ministérios e some bem ali em frente ao Ministério da Agricultura. Um conto como tantos outros de assombração, típicos do interior, só que com a especificidade de ser uma funcionária pública da capital federal. Real e imaginário, juntos na mesma narrativa.

Cascudo (1999) defende a ideia de o conto popular ser um rico, amplo e expressivo material de estudo. Considera-o pouco divulgado, examinado e argumenta que:

Nenhuma ciência possui maior espaço de pesquisa e de aproximação humana do que o Folclore. [...] O valor do conto não é apenas emocional e delicioso, uma viagem de retorno ao país da infância. [...] Constitui elemento indispensável para ciências afins.

[...] Ligado, um pouco confundido com a etnografia, o Folclore ensina a conhecer o espírito, o trabalho, a tendência, o instinto, tudo quanto de habitual existe no homem. Ao lado da literatura, do pensamento intelectual letrado, correm águas paralelas, solitárias e poderosas, da memória e da imaginação popular (CASCUDO, 1999, p. 9).

Esta escrita, do início do século XX, ainda é atual. Essas águas paralelas, da memória e da imaginação popular ainda se fazem presentes na contemporaneidade, pois o conto é um vértice do ângulo da memória e da imaginação. A memória conserva os traços gerais da história e a imaginação os modifica e amplia, enxertando ou retirando pormenores da narrativa (CASCUDO, 1999, p. 9-10).

A partir da fala de Cascudo (1999), podemos perceber a importância da memória para a manutenção desses traços gerais, desse esqueleto que precisa ser conservado, para que o conto não se perca no esquecimento. “O conto popular revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social. É um documento vivo, denunciando costumes, idéias, mentalidades, decisões e julgamentos” (CASCUDO, 1999, p. 10).

Por isso ele é tão estudado pela sociologia, antropologia, história e outras ciências afins. Por meio do conto podemos perceber como pensam os homens de determinada época, quais os seus hábitos, crenças e tradições. “Para todos nós é o primeiro leite intelectual. Os primeiros heróis, as primeiras cismas, os primeiros sonhos, os movimentos de solidariedade, amor, ódio, compaixão, vêm com as histórias fabulosas, ouvidas na infância” (CASCUDO, 1999, p. 10).

Assim, estudar Brasília por meio de seus contos é ter acesso a uma história rica em detalhes, uma história construída com a participação de seus habitantes, de historiadores e pesquisadores da realidade social e cultural, os quais souberam ouvir e contar as histórias recolhidas na memória de quem ouviu ou vivenciou o acontecido. Essa complexidade de reconstrução das relações estabelecidas pelo viés da linguagem metaforizada é o que permite captar a formação da ordem social da cidade, bem como os processos relacionais inscritos no espaço e no tempo definidos pelas pretensões modernistas e redefinidos pelas práticas sociais de seus habitantes. O desafio é criar uma estrutura interativa de pesquisa, na qual a literatura seja mais um elemento para compreender a história e decifrar os processos de mudança cultural e social.

E afinal de contas,

As histórias têm sentido?

Um homem ouvia as histórias que um sábio profissional contava e percebia como eram interpretadas ora num sentido, ora noutro. Ele reclamou: se é assim, de que serve então contar histórias?

O contador de histórias respondeu:

– Mas é justamente isso que as torna preciosas! Que importância você daria a uma xícara na qual só se pudesse beber água, a um prato em que só pudesse comer carne? E ainda lembro o seguinte, repare bem: o conteúdo de uma xícara ou de um prato é limitado. Que dizer então da linguagem, que parece nos oferecer uma alimentação infinitamente mais farta, mais rica, mais variada!

Calou-se por um instante, depois acrescentou:

– A verdadeira pergunta a ser feita não é: “Qual o sentido dessa história? De quantas maneiras posso compreendê-la? Podemos reduzi-la a um único significado?”. A pergunta é: “Este indivíduo com quem falo pode tirar algum proveito daquilo que eu vou contar?” (CARRIÈRE, 2004, p. 413-414).

CAPÍTULO III

CONTADORES DE HISTÓRIAS, TRADICIONAIS E MODERNOS: AGENTES DA PALAVRA

“É preciso tecer na trama do presente os fios da tradição que se perderam durante séculos.”
Walter Benjamin

3.1 O Contador de Histórias ao Longo da História e da Historiografia

Na primeira parte deste capítulo inicio a busca pelo contador de histórias, um personagem que sempre esteve aí, porém poucos foram os registros sobre sua presença e atuação. Busquei estes fragmentos na certeza de que o homem, desde que é homem, sempre contou histórias e deixou rastros sobre esta prática. Neste exercício procuro seguir pistas, como ensina Ginzburg com o método indiciário, no qual o pesquisador tal qual um detetive procura pistas:

Por milênios o homem foi caçador. [...] Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. [...] O caçador teria sido o primeiro a “narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos (GINZBURG, 1989, p. 151-152).

A história sempre reuniu e continua a reunir pessoas que contam e ouvem. Em Brasília não é diferente, pois contar a história desta terra é sentar e ouvir as narrativas expressas nas memórias daqueles que aqui porventura habitaram e também daqueles que vieram de outras terras e trouxeram suas histórias guardadas na memória.

Refletindo sobre todo aquele que busca tornar-se historiador, cuja meta é chegar à “verdade do acontecido”, Pesavento (2008a, p. 18) esclarece que “o máximo que poderá atingir será sempre a construção de versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria ocorrido.” O passado em si já é uma invenção, quando o buscamos, é por meio da memória que buscamos o acontecido. A memória também é criação, recriação de algo acontecido. Segundo Pierre Janet (*apud* LE GOFF, 1990, p. 424) o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo que se caracteriza, antes de mais nada, pela sua função social.

O comportamento narrativo é um comportamento que nasce e existe em função do social que o gera e o mantém. A narrativa oral implica em ter alguém que conta e alguém que ouve; é um comportamento diferente do comportamento leitor, no qual o indivíduo se isola enquanto lê. Ler é uma atitude individual. O exercício de escuta é um exercício social. O exercício de escrita é individual e quase sempre se justifica por sua função social.

Memória e história são narrativas e estão ligadas ao decorrer do tempo. Sendo narrativas, são representações discursivas que reconstroem o passado para dar entendimento ao presente. Em Brasília esta premissa é mais do que significativa, na medida em que é preciso o tempo da rememoração.

Diante disso é que busco contextualizar historicamente na história da cidade o lugar do contador de histórias. Assim, evidenciar o deslocamento de olhar entre o particular e o geral, entre o tempo presente e o tempo transcorrido, entre Brasília e os diversos rincões brasileiros e inclusive entre o Brasil e o mundo onde ele está inserido. A música “Ora bolas”, de Tatit e Derdyk, da coleção Palavra Cantada, evidencia esta espécie de metodologia possível, que pode ser percebida na letra da música:

Ora bolas

PauloTatit/EdithDerdyk

Oi Oi Oi
 Olha aquela bola
 A bola pula bem no pé
 No pé do menino
 E quem é esse menino
 Esse menino é meu vizinho
 E onde ele mora
 Mora lá naquela casa
 Onde está a casa
 A casa está na rua
 Onde está a rua
 Tá dentro da cidade
 E onde está a cidade
 Tá do lado da floresta
 Onde é a floresta
 A floresta é no Brasil
 Onde está o Brasil

Tá na América do Sul
 No Continente Americano,
 Cercado de oceano
 E das terras mais distantes
 De todo o planeta

E como é o planeta
 O planeta é uma bola
 que rebola lá no céu

Oi oi oi

Olha aquela bola...
(CD Canções de Brincar – Palavra Cantada)

Penso que a relação entre diferentes temporalidades e diferentes espaços pode auxiliar o pesquisador na montagem desta história, que apesar de muito antiga tem evidências consubstanciadas no mundo social. Procurar os contadores de histórias ao longo da história é como um passeio em “cemitérios do passado” onde este personagem estava presente, mas pouco se falou a seu respeito.

Neste estudo, alcançar estes contadores foi contribuir para estabelecer uma história do presente enraizada nas memórias destes sujeitos que, muitas vezes, ficaram esquecidos pela historiografia. Vale salientar que não só eles, mas as suas lembranças, tão importantes para se evidenciar um passado olvidado em nome de um projeto de modernização que tentou excluir as tradições que aqui se fizeram presentes.

Porém, as histórias são como as sementes, é preciso que alguém guarde e redistribua para que ela se mantenha viva e continue a alimentar sua comunidade. Em Brasília o contador de histórias pode ser encontrado nas entrelinhas, nas lacunas desta história oficial, que pouco valor deu aos sujeitos anônimos e secundários.

As histórias foram transmitidas e se mantiveram intactas em sua estrutura, admitindo roupagens diferentes que foram sendo construídas e transmitidas em seu tempo. Isso aconteceu não só em Brasília, visto que no Brasil o ato de contar histórias é uma atividade que remonta, também, ao início da colonização.

Com a chegada dos portugueses, no período do descobrimento, o mundo que se apresentava era totalmente novo. Outras terras, outro mar. Os portugueses ficaram encantados com o que encontraram nestas terras de além mar. A partir do descobrimento as histórias passaram a ser contadas entre os dois continentes, quem ia e quem vinha trazia e levava histórias. Levava na bagagem um imaginário repleto de histórias para contar e assim o Brasil passou a ser contado na voz, na escrita e no desenho dos que aqui vieram e retornaram, porque alguns não quiseram voltar.

No livro, *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg (2006), por meio da literatura utopista, numa época marcada pela chegada da imprensa, encontrei algo que intimamente eu pretendia encontrar – buscava a visão do europeu sobre o mundo novo. Em um trecho da carta escrita por Américo Vesúcio, dirigida a Lorenzo di Pietro de Medici, que se intitulava *Mundus Novus*, podemos perceber as notícias, histórias que chegaram do além mar:

Alguns anos atrás eu te escrevi longamente a respeito da minha volta daquelas regiões novas [...] que se podem chamar novo mundo, uma vez que delas os nossos antepassados não tiveram nenhum conhecimento e para as pessoas que nos ouvem é uma coisa totalmente nova. Não as Índias, como Colombo acreditara, e muito menos novas terras, mas um mundo até agora desconhecido (GINZBURG, 2006, p. 133).

A literatura utopista desloca a metáfora do “mundo novo” do contexto geográfico para o social. “Trata-se de uma entre as muitas variações do antigo tema do país da Cocanha [...], localizado aqui entre as terras descobertas para lá do oceano” (GINZBURG, 2006, p. 134-136):

Navegantes do Mar Oceano acharam
há pouco tempo um divinal país,
um país jamais visto nem ouvido...

“Mas esse ‘mundo novo’ não é só o país da abundância. É também um país que não conhece os vínculos das instituições sociais. Não existe família, porque lá vigora a mais completa liberdade sexual”:

Não é preciso saia nem saíote
lá, nem calça ou camisa em tempo algum,
andam nus todos, homens e mulheres.
Não faz frio nem calor, de dia ou noite,
vê-se cada um e toca-se à vontade:
oh que vida feliz, oh que bom tempo...
Lá não importa ter-se muitos filhos
a criar, como aqui entre nós;
pois quando chove, chovem raviólis.
Ninguém se preocupa em casar as filhas,
que são posse comum e cada qual
satisfaz os seus próprios apetites (GINZBURG, 2006, p. 134-136).

“Não existe propriedade, porque o trabalho não é necessário, e tudo é comum de todos”:

Todos têm o que querem facilmente
e quem jamais pensasse em trabalhar
pra força iria e o céu não o salva...
Lá não há camponês nem citadino,
Todos são ricos, têm o que desejam,
que de frutos os plainos se carregam.
Não se dividem campos nem herdades,
pois recursos abundam para todos
e o país vive plena liberdade (GINZBURG, 2006, p. 134-136).

Por meio da literatura podemos perceber como estes relatos e suas imagens/representações alimentavam o imaginário do povo europeu. Imagino que ao

retornarem à terra natal, uma multidão aguardava as notícias e as histórias do além mar. Alguns curiosos vieram para ver, outros tantos ficaram aguardando novas notícias, cartas, desenhos, crônicas, enfim, as histórias do lado de cá. Segundo a concepção de Walter Benjamin (1994, p. 199), podemos encontrar aí o contador de histórias marinheiro, aquele que por viajar tem histórias para contar, e o povo então “imagina o narrador como alguém que vem de longe”, que traz o saber de terras distantes. O contador de histórias quando conta faz ver imagens, ouvir sons e alimenta o imaginário de seus ouvintes.

Conforme nos afirma Lauerhass (2007, p. 132-134), durante o século XVII imagens precisas ainda eram raras. As mais antigas descrições, feitas com base em observações diretas, eram ilustradas na Europa com base em suas descrições por escrito:

Certos temas como o canibalismo e a existência de monstros em território brasileiro eram popularizados em álbuns de viagem, pelas imagens de Théodore de Bry, o qual difundiu a fantasia de que o Brasil era habitado por criaturas monstruosas na terra, no mar e no ar (LAUERHASS, 2007, p. 132).

Esta imagem me inquieta desde criança e fico pensando, como teria sido a reação do outro lado do oceano...

No imaginário medieval o medo, os pesadelos e o fascínio do homem pelo desconhecido faziam com que o “mar tenebroso” (Oceano Atlântico) fosse povoado por monstros e seres fantásticos que, ao lado de abismos sem fim, ameaçavam os navegadores que por lá se aventurassem. “Do mar tenebroso ao paraíso terrestre: a extravasão do imaginário medieval”. [...] Desde cedo, [...] as narrativas de viagens alinhavam fantasia e realidade, tornando fluidas as fronteiras entre real e imaginário: aventuras fictícias [...] continham elementos extraídos do mundo terreno, aventuras concretas, como as de Marco Pólo, se entremeavam com relatos fantásticos, com situações inverossímeis, que tendo ouvido de alguém, o mercador acreditava ter vivido (PESAVENTO, 1992, p. 21-22).

Marco Pólo, o famoso viajante veneziano, tal qual Scherazade, foi um grande contador de histórias. Marco Pólo descreve para Kublai Khan as incontáveis cidades do imenso império do conquistador mongol:

Não se sabe se Kublai Khan acredita em tudo o que diz Marco Pólo, quando este lhe descreve as cidades visitadas em suas missões diplomáticas, mas o imperador dos tártaros certamente continua a ouvir o jovem veneziano com maior curiosidade e atenção do que a qualquer outro de seus enviados ou exploradores (CALVINO, 1990, p. 9).

O imperador adora ouvir a narrativa das viagens de Marco Pólo, e conhecer, por meio de suas histórias, uma infinidade de lugares, as cidades que são descritas por Ítalo Calvino, em *As cidades invisíveis*. As cidades, diz Marco Pólo ao Khan:

[...] como os sonhos são construídos por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.
 — [...] De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.
 — Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge (CALVINO, 1990, p. 44).

Kublai Khan pergunta para Marco Pólo:

— Quando você retornar ao Poente repetirá para a sua gente as mesmas histórias que conta para mim?
 — Eu falo, falo – diz Marco –, mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja. [...] Quem comanda a narração não é a voz é o ouvido (CALVINO, 1990, p. 123).

No entender de Tzvetan Todorov,

[...] a descoberta da América, ou o encontro dos europeus com os americanos, foi o fato mais surpreendente da história. Enquanto que para as demais partes do mundo nunca houve de fato um desconhecimento absoluto, com o encontro da América, o mundo se fechou em sua totalidade. [...] o mundo nunca mais foi o mesmo após a descoberta da América.
 [...] Entre sonho e pesadelo, o imaginário europeu povoou a América de estranhos personagens, como as temíveis guerreiras amazonas ou a lenda do Eldorado, que alimentava os anseios mercantilistas dos europeus de encontrar riquezas. Que dizer então da célebre fonte da juventude, nunca encontrada, mas por certo desejada com ardor por todos? (TODOROV, 1988, *apud* PESAVENTO, 1992, p. 29).

Quando aqui chegaram os estrangeiros encontraram tribos indígenas que tinham uma cultura distinta do europeu. Eram mansos, também guerreiros, gostavam de ouvir e de contar histórias, mas o homem branco não conseguia entender e até hoje não entende direito o que ele fala e pouco conhece sobre sua mitologia (divulga as lendas indígenas no sentido plural, quase sempre sem citar e nem conhecer as especificidades de cada tribo, etnia ou tronco linguístico). Se entendesse, compreenderia suas histórias, sua mitologia e sua sabedoria. Os mais velhos sempre foram respeitados entre os indígenas e são reconhecidos como guardiões da sabedoria.

Por uma espécie de memória social, como que herdada, o brasileiro, sobretudo na infância, quando mais instintivo e menos intelectualizado pela educação européia, se sente estranhamente próximo da floresta viva, cheia de animais e monstros, que conhece pelos nomes indígenas e, em grande parte, através das experiências e superstições dos índios. [...] O menino brasileiro do que tem medo não é tanto de nenhum bicho em particular, como do bicho em geral, um bicho que não se sabe bem qual seja. [...] Um bicho místico, horroroso, indefinível (FREIRE, 2005, p. 200-201).

O próprio passado, como afirma Koselleck (2006, p. 174), “passa a ser problematizado como tal, de forma que só hoje somos capazes de perceber suas peculiaridades, sob uma configuração completamente diferente. A mera narração de um presente do passado torna-se uma presentificação refletida do passado.”

Inventamos o passado, criamos realidades nos pensamentos ao evocar o que não pode mais ser verificável. Falar ou supor fatos sobre o período anterior ao atual é falar de ficção, de recriação. Segundo Pesavento (2008, p. 42) “a realidade do passado só chega ao historiador por meio das representações”. Quando temos documentos para consultar, fica mais fácil atribuir veracidade ao fato narrado. Porém muitas vezes estas fontes, estes documentos produzidos, não chegam a ser significativos e não falam sobre o sujeito em questão e quando falam colocam-no na situação de oprimido, acusado por mortes, fugas ou roubos, como mostra, por exemplo, a historiografia do século XIX, ao tratar dos negros escravizados.

Os negros, assim como os indígenas, têm por tradição a atividade de contar histórias, porém, para a historiografia tradicional pouco importa se os negros gostavam ou sabiam contar histórias. Muitos brasileiros foram embalados pelas amas de leite, que cuidavam, acalentavam e contavam histórias, alimentando-os com o “primeiro leite literário” de suas vidas. Gilberto Freire, em *Casa Grande & Senzala*, aborda vários aspectos da cultura brasileira e de como se deu sua formação:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra (FREIRE, 2003, p. 367).

As canções de berço e as histórias portuguesas sofreram consideráveis modificações na boca das negras velhas ou amas de leite, alterando palavras e adaptando-as às condições regionais:

Novos medos trazidos da África, ou assimilados dos índios pelos colonos brancos e pelos negros, juntaram-se aos portugueses, da côca, do papão, do lobisomem; ao dos olharapos, da cocaloba, da farranca, da Maria-da-Manta, do trangomango, do homem-das-sete-dentaduras, das almas penadas (FREIRE, 2003, p. 411).

E como disse Gilberto Freire (2003, p. 411) “e o menino brasileiro dos tempos coloniais viu-se rodeado dos maiores e mais terríveis mal assombrados que todos os outros meninos do mundo”:

Nas praias o homem-marinho – terrível devorador de dedos, nariz e piroca de gente. No mato, o saci-pererê, o caipora, o homem de pés às avessas, o boitatá. Por toda parte, a cabra-cabriola, a mula-sem-cabeça, o tutu marambá, o negro de surrão, o tatu-gambeta, o xibamba, o mão-de-cabelo. Nos riachos e lagoas, a mãe-d’água. À beira dos rios, o sapo-cururu. De noite, as almas penadas. [...] Um outro grande perigo: andar o menino na rua fora de horas. Fantasmas vestidos de branco, que aumentam de tamanho – os “cresce-e-mingua” –meram muito capazes de aparecer ao atrevido. [...] E havia ainda os papa-figo – homem que comia fígado de menino. [...] E o Quibungo? Este então veio todinho da África para o Brasil. Um bicho horrível. Metade gente, metade animal. Uma cabeça enorme. E no meio das costas um buraco que se abre quando ele abaixa a cabeça. Come os meninos abaixando a cabeça: o buraco do meio das costas se abre e a criança escorrega por ele. E adeus! Está no papo Quibungo (FREIRE, 2003, p. 411).

Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias. A obra de Gilberto Freire tem um olhar especial para a cultura, para as coisas da vida das pessoas, seus objetos, crendices, usos, costumes e histórias.

A história dos brincos de ouro, trazida pelos portugueses é uma das histórias que pode comemorar os 500 anos de Brasil. Ela é uma história muito antiga e pode ser encontrada também nos contos populares portugueses e nos contos populares espanhóis, assim como também em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, entre outros.

É a história de uma menina que esquece os brincos de ouro na beira de um rio e volta para buscá-los, quando é pega pelo homem do saco, que a faz cantar sob ameaça de levar uma bordoadada. O homem colocava o surrão no chão aonde chegava, e dizia:

Canta, canta meu surrão,
Se não eu te dou com a força do bordão.

E a menina, presa dentro do saco, com voz doce, respondia assim:

Neste surrão me meteram
Neste surrão morrerei
Por causa de uns brincos de ouro
Que lá no rio deixei.

E a voz do surrão era tão terna e suave que as pessoas, emocionadas, davam dinheiro ao homem do saco, que seguia o caminho com o seu surrão que cantava. Um dia o homem passa pela casa da menina, a mãe e as irmãs reconhecem sua voz, convidam o homem para

comer e beber e, aproveitando a distração, tiram a menina e colocam um monte de porcarias dentro do saco. O homem segue e quando pede para o surrão cantar, este não atende. Bate furiosamente no surrão que esparrama toda a porcaria no homem, que envergonhado vai embora. E quem até hoje não tem, ou já teve medo, do homem do saco?...

Esta história é contada em várias versões, mantendo a estrutura básica, que não pode ser perdida nem deve ser quebrada. Esta versão acima foi escrita por mim, baseada nas que já ouvi. Assim, o contador de histórias, ao contar uma história, faz a sua interpretação e apresenta-a para um público, que fará diferentes interpretações e leituras.

Por meio de uma fala emocionada, Luiz da Câmara Cascudo rememora e traz os elementos de sua infância no sertão e afirma que:

A velha negra fazia deitar as crianças, aproximando-as do sono com as histórias simples, transformadas pelo seu pavor, aumentadas na admiração dos heróis míticos da terra negra que não mais havia de ver. [...] conquistava com a moeda maravilhosa, um canto na reminiscência de todos os brasileiros que ela criava. [...] Os ouvidos brasileiros habituaram-se às entonações doces das mães pretas (CASCUDO, 2006, p. 165).

E assim, a velha ama de leite acalentava, cuidava, acariciava e alimentava a infância brasileira branca, com sua poesia, suas histórias, sua música, sua religiosidade e seu carinho. Sentimentos puros, a meu ver, de uma gente simples e culta.

No livro de Mary Karash, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*, em um capítulo que trata das funções dos escravos e das “profissões especializadas que os escravos libertos exerciam nos primórdios do século XIX”, a autora comenta que os estrangeiros, com seus preconceitos, ficavam impressionados ao encontrar escravos africanos que eram músicos, pintores e escultores habilidosos:

Era comum que trabalhassem diariamente como exigiam seus donos e usassem seus talentos artísticos para ganhar um dinheiro extra. Maria Graham conheceu um cativo desses, cujo emprego regular era vender frutas para seu senhor, mas que depois de fazer as vendas do dia ganhava mais dinheiro dançando, cantando e contando histórias nas ruas (KARASH, 2000, p. 281).

O contador de histórias, ao contrário do historiador, faz uso do tempo do “era uma vez”, um tempo atemporal, não localizado cronologicamente, que magicamente faz com que o ouvinte seja transportado para um “tempo sem tempo”.

O tempo é um dos conceitos fundamentais da história. A história é o ofício do historiador, “é um discurso em constante transformação, [...] não se deduz uma interpretação única da existência do passado”, conforme diz Keith Jenkins (2009, p. 35): “mude o olhar,

desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações”. A história, assim como as histórias, pode ser reescrita e contada muitas vezes, será sempre a mesma e sempre outra.

Hoje é comum dizer que quando o contador de histórias narra uma história, assume uma co-autoria, pois dá vida a ela, quando passando por sua experiência e usando sua voz, seu olhar e seu corpo para narrá-la, imprime aspectos de si mesmo. Concordo com Walter Benjamin quando diz que a narrativa é uma forma artesanal de comunicação que floresceu durante tanto tempo num meio artesão, no campo, no mar e na cidade. Para o autor a narrativa “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1994, p.205).

Guardadas as especificidades, podemos perceber uma aproximação entre o trabalho do historiador e do contador de histórias e afirmar que ambos são contadores de histórias. A História, como diz Pesavento (2008b, p. 112), “é sempre um dizer como, que diz de outra forma, que tenta traduzir um outro tempo.” Tanto o contador de histórias como o historiador reinventam o passado. O conto, sendo uma representação de seu tempo, tem historicidade:

É preciso que o conto seja velho na memória do povo, anônimo em sua autoria, divulgado em seu conhecimento e persistente nos repertórios orais. Que seja omisso nos nomes próprios, localizações geográficas e datas fixadoras do caso no tempo (CASCUDO, 1999, p. 11).

É possível perceber a presença do conto em determinados lugares e em épocas distintas, mas é muito arriscado tentar atribuir a origem de documentos tão antigos como o próprio homem. O homem sempre contou histórias e estas sempre foram contadas por meio da oralidade e escritas em vários períodos. O documento mais antigo que se tem registrado data de mais de três mil anos, como esclarece Cascudo,

O mais antigo conto que se conhece é a história dos “Dois Irmãos”. Encontrou-a na Itália Mrs. D’Orbiney, em 1852, escrita num papiro que o visconde de Rougé examinou e proclamou sua antiguidade veneranda. Todos os egiptólogos estão de acordo. É uma história escrita pelo escriba Anana para o príncipe Seti Memeftá, filho do faraó Ramsés Miamum, há três mil e duzentos anos! É uma história para criança, um conto popular, reunindo os elementos sugestivos dos enredos miraculosos, acreditados na época (CASCUDO, 1999, p. 15-16).

É ainda Cascudo (1999, p. 17) que comenta: “Os elementos do conto dos ‘Dois Irmãos’, escrito há trinta e dois séculos, estão vivendo nas histórias tradicionais do Brasil.” É impossível saber exatamente a idade de um conto e sua origem, os documentos dão pistas de que este fora registrado em determinado momento, pode-se perceber sua presença em

determinada região, detalhes do ambiente, hábitos desaparecidos. Mas a sua origem é sempre duvidosa, pois o conto se reapresenta em vários momentos e em lugares distintos, assim como também trajando roupagens diferentes.

O importante é que a mensagem continue a ser repassada, quer de forma oral ou escrita, como sempre aconteceu com os contos, que em determinado momento foram registrados, ouvidos e contados novamente. Uma coisa é certa: os contos nasceram na oralidade, nela sobreviveram e sobrevivem até hoje, apesar de terem sido registrados de forma escrita, ressignificados e reapresentados em vários momentos e lugares diferentes. São “as águas paralelas da memória e da imaginação”, como bem coloca Cascudo,

Ao lado daquele mundo de clássicos, românticos, naturalistas, independentes, digladiando-se, discutindo, cientes da obtenção fixa do auditório, outra literatura, sem nome em sua antiguidade, viva e sonora, alimentada pelas fontes perpétuas da imaginação, colaboradora da criação primitiva, com seus gêneros, espécies, finalidades, vibração e movimento, continua, rumorosa e eterna, ignorada e teimosa, como rio na solidão e cachoeira no meio do mato (CASCUDO, 2006, p. 25).

Assim sendo, transmitir experiências do outrora no presente significa estabelecer vínculos para que as histórias não sejam apagadas da memória das novas gerações.

3.1.2 Antecedentes: a pesquisa com contos populares de Brasília (1983)

No início dos estudos eu julgava não terem sido feitas pesquisas com contadores de histórias na região. Encontrar a pesquisa de Altimar Pimentel sobre os contos populares foi uma das descobertas de meu trabalho. São os fragmentos recolhidos que permitem recompor o passado para melhor compreensão do presente. Considero este fato de extrema importância, pois os momentos significativos da pesquisa são as descobertas que abrem os horizontes.

Altimar de Alencar Pimentel realizou em 1983 uma pesquisa sobre contos populares no Distrito Federal. A ideia partiu da perspectiva instigante da diversidade cultural da área a ser abordada, “em virtude das condições excepcionais da construção e do povoamento de Brasília e das cidades satélites”, além da possibilidade de registrar as manifestações folclóricas de que já participaram os seus habitantes (PIMENTEL, 1998, p. 13). Participaram da pesquisa 69 narradores, 49 participantes do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e 20 da Legião Brasileira de Assistência (LBA), tendo sido recolhidos 200 contos no Distrito federal – 154 no Mobral e 46 na LBA.

Segundo o pesquisador, a construção de Brasília jamais causaria o impacto tão forte na vida nacional se não tivesse sido envolvida por uma atmosfera de epopéia, de aventura, de sonho de riqueza. Conforme destaca o pesquisador:

A esperança de um Brasil novo, que se pretendia construir, aliada aos altos salários anunciados, alimentaram o espírito aventureiro. Daí a presença dos muitos Brasis, representados por homens vindos com seus sonhos do extremo Sul ao extremo Norte, reunidos, unidos na construção do mito. Brasília nasceu do mito que se corporificou em pedra e cal. Não como conquista de riqueza para os candangos construtores que se deixaram guiar pelo sonho, mas multiplicidade de aspectos que modificaram o Brasil e o induzem na busca do crescimento econômico e social (PIMENTEL, 1998, p. 13).

Os candangos, somados às levas que lhes vieram depois, concedem ao Distrito Federal a condição de contar com uma população que é uma síntese étnica e cultural do Brasil. Segundo observações do pesquisador, os narradores, mesmo destribalizados, permanecem ligados culturalmente à terra de onde emigraram (PIMENTEL, 1998, p. 14).

A pesquisa foi realizada 23 anos após a inauguração de Brasília, buscando uma avaliação de estratos sociais com relação à cultura popular e também ter uma visão de como os condicionamentos do meio interferiam na reelaboração do material folclórico.

A pesquisa revelou que os alunos do Mobral-DF eram um estrato bastante representativo, pois em sua maioria provinham de zona rural e de vertentes migratórias diversas. Buscando atingir as várias comunidades, para obter uma amostragem significativa dessa realidade cultural, a equipe foi à LBA, para gravar contos populares narrados pelos idosos assistidos pela instituição. Optaram pelo Núcleo Bandeirante, como local de coleta dos contos populares, pois este foi o primeiro agrupamento habitado pelos primeiros candangos que vieram construir Brasília.

Os pesquisadores perceberam que houve certa resistência por parte dos jovens em contar as histórias. Estes eram oriundos da zona rural e ao serem inseridos em um novo contexto, esforçavam-se por omitir sua origem. “O ato de contar histórias representa uma ligação com as raízes culturais e socioeconômicas de que desejavam libertar-se” (PIMENTEL, 1998, p. 15). E esta experiência pode ter contribuído para o enraizamento, pela possibilidade de reviver tradições, valores e lembranças que dão sentido a vida.

O acervo recolhido revela grande abrangência temática, com exemplos de contos pertencentes às mais diferentes categorias. Maravilhoso, encantamento, religioso, divino, fantástico, metamorfose, assombração, etiológico, natureza denunciante, extraordinários, de

exemplo, de sagacidade, facécias e fábulas, confirmando expressivamente a presença de contos de origem européia, em sua maioria via Portugal, em transmissão de povo a povo.

Dentre os contos recolhidos, esta é a única narrativa em que a ação ocorre no Distrito Federal e talvez não se adeque dentro da classificação de fantástica, se consideramos haver o fato ocorrido com uma pessoa comum:

Um *causo* realmente impressionante destaca-se entre os contos do maravilhoso fantástico, narrado por Arnô Cardoso dos Santos, Escola Classe 05, Sobradinho, que lhe deu o título de Assombração, é a história da fuga do narrador através de um cafezal e a perseguição que sofreu embrenhado no mato, vagando como um sonâmbulo por vários dias (PIMENTEL, 1998, p. 21).

O que me chamou a atenção neste trecho selecionado foi a possibilidade da história ter acontecido durante a passagem da Coluna Prestes, que espalhou medo e desespero na população que vivia nestas terras, conforme narrado no segundo capítulo. Fato que fez muita gente fugir, sem saber nem direito por quê. Só sabia que tinha que fugir, ficar era perigoso. Neste recorte é possível perceber também a circunstância do narrador se encontrar em lugar que fora invadido pela força repressiva, trazendo o medo.

Após realizar a pesquisa Pimentel conclui:

Que os contos registrados no Distrito Federal, por sua abrangência temática e pela ocorrência de versões das estórias mais conhecidas no Brasil, em Portugal e em vários outros países europeus, assumem a condição insuspeitável de síntese do que foi conservado como herança do colonizador e da criação e/ ou recriação de narrativas em todo território nacional. As modificações sofridas são naturais do processo de transmissão oral e da adaptação das narrativas a condições sócio-culturais. Mas o que se evidencia é a permanência de valores morais, éticos, de crença e práticas mágico-religiosas que nos chegam da Europa, via Portugal, e que ainda permanecem na cultura do povo brasileiro (PIMENTEL, 1998, p. 22).

A pesquisa de Pimentel foi de grande importância, pois confirma a hipótese de Brasília ser a síntese da cultura brasileira, uma verdadeira biblioteca viva. Uma pesquisa que teve como *corpus* o conto popular no Brasil e a permanência da cultura européia na formação do povo brasileiro. Este documento guarda um enorme número de contos que foram recolhidos por pessoas vindas das mais diversas regiões.

Brasília não se constituiu apenas por pessoas que vieram de fora. Ela já tinha, antes de começar a ser construída, mais de 10 mil habitantes, fazendeiros e seus empregados que viviam por aqui, que guardavam suas histórias e as histórias que vivenciaram neste território quando ainda era goiano, pertencente aos municípios de Formosa, Planaltina e Luziânia, sobre os quais o Distrito Federal foi assentado.

3.2 Vozes do Cerrado: Os “Contadores de Histórias” do Distrito Federal

Em Brasília podemos perceber que as coisas acontecidas antes da construção criam outro universo para aquém da modernidade. Nesta terra vermelha a tradição não pode ser apagada, pois as narrativas dos contadores “pioneiros”, conforme abordado no segundo capítulo desta dissertação, evidenciam uma outra experiência de viver esta terra. Porém, há que se ressaltar que o ato de rememorar não significa recuperar o passado intacto, pois esta atitude seria logo frustrada pela impossibilidade de viver o passado tal qual acontecido.

“Assim como a história é a narrativa que presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido” (PESAVENTO, 2008a, p. 15). Essas imagens podem ser evocadas por meio de objetos, cheiros, músicas e pela própria narrativa, que dá visibilidade ao acontecido. As lembranças estão relacionadas a coisas acontecidas. Cabe ao historiador saber que a lembrança, a recordação, é sempre recriação, resignificação do acontecido. Tanto a história como a memória são ficcionais. A memória é seletiva, pois lembra-se o que foi selecionado e seleciona-se o que foi significativo, o que tocou a emoção.

Na construção da memória existe um jogo entre lembrança e esquecimento. Selecionamos algumas lembranças, abandonamos outras, outras tentamos abandonar, mas elas nos perseguem. Existem os silêncios e os vazios por parte do sujeito que evoca, que precisam ser compreendidos pelo historiador, aquele que escreve. E como diz Ecléa Bosi (1994, p. 20), “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição.”

Neste estudo em tela a história de Brasília, para além dos seus cinquenta e dois anos, empurra o pesquisador a pautar-se nas narrativas de quem lembra, para que ele investigue, confronte e busque, nos testemunhos orais ou escritos, novas possibilidades de leitura para a realidade social aqui instaurada. Assim, “[...] as reminiscências do eu são trabalhadas com o auxílio das rememorações dos outros, tal como a escrita da história, enquanto escrita no tempo, dá-se em palimpsesto com outras escritas precedentes” (PESAVENTO, 2008a, p. 16).

Nos últimos anos, indivíduos, subjetividades, trajetórias pessoais, histórias de vida, passaram a ter espaço na historiografia, a qual narra uma história não oficial, nem celebrativa, “cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos” (BOSI, 1994, p. 19). Nesta pesquisa busco uma história que se preocupa com pessoas simples, com pessoas que quase nunca tiveram espaço na historiografia oficial.

Conforme esclarece Pesavento (2008a, p. 16-17):

Cultura, representação, imaginário, sensibilidades, memória e subjetividade, em associação com uma atitude hermenêutica, são, pois, conceitos de que se apropriam os investigadores do passado no terreno da cultura, os quais, nesses últimos vinte anos, construíram uma corrente historiográfica consolidada. Tais conceitos formam como que um marco e um guia para a percepção do historiador, pois estão a iluminar seu olhar sobre o acontecido e a possibilitar que ele construa seu tema enquanto objeto, ou seja, que o problematize, lançando perguntas e questões ao passado, empenhando-se em encontrar possíveis respostas.

Foi nesta esteira que busquei construir a pesquisa sobre os contadores de histórias do Distrito Federal e como suas histórias podem suscitar uma outra história desta cidade de terra vermelha. Procurei ainda buscar conhecer estes personagens, suas histórias, as histórias que contam e as que ouviam quando crianças a respeito desta cidade e das suas cidades de procedência.

Brasília é constituída, ainda hoje, por uma população nascida neste território e outra vinda de outros lugares. Procurei perceber a influência das histórias ouvidas durante a infância pelos contadores de histórias entrevistados, vindos de diversas partes do país. Assim como dar-lhes voz dentro da historiografia, utilizando como fio condutor a metodologia da história oral. Segundo Lucília Delgado (2006, p. 15-16):

A história oral é um procedimento metodológico que busca pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões, interpretações sobre a História e suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.

Sendo assim, a história oral é um caminho para produção do conhecimento histórico. O depoimento é produzido no tempo presente, sobre um tempo passado. O contador de histórias trabalha com representações, uma vez que ao contar as histórias está representando, apresentando-as outra vez de forma recriada. Assim, faz de sua apresentação uma performance, busca no imaginário outros espaços, outras temporalidades. Nesta pesquisa com a metodologia da história oral o contador de histórias conta sua história, sua trajetória, seus desejos, emoções e atuações na capital Federal.

De acordo com Paul Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula a professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Leva a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, especialmente os idosos, a conquistarem dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilham das mesmas

intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 1992, p. 44).

Verena Alberti (2004) lembra que no ensino de história, alguns recursos oferecidos pela história oral podem ser úteis:

Uma entrevista pode tornar o aprendizado mais fácil, porque trata de experiências concretas, narradas de forma direta e coloquial, e os alunos também podem fazer entrevistas sobre a história da comunidade e das famílias. Além de passar a conhecer essas histórias, o estudante desenvolve várias habilidades: o planejamento do trabalho, a prática de pesquisa e a capacidade de falar com pessoas desconhecidas (ALBERTI, 2004, p. 28).

Buscando a voz dos contadores de histórias e a possibilidade de um aprendizado concreto dentro do ensino da história foi que eu e minha orientadora resolvemos desenvolver uma experiência do uso da história oral em sala de aula. A pesquisa foi realizada durante o meu Estágio Docente. Os catorze anos de experiência atuando na formação continuada de professores no curso “A Arte de Contar Histórias” foram fundamentais na definição do objeto da pesquisa e encorajamento aos estudantes, que num primeiro momento julgavam que não existiam contadores de histórias no Distrito Federal, como demonstra o levantamento de conhecimentos prévios e o levantamento de expectativas, realizado em um dos primeiros dias de aula (14/05/2010):

“Tenho muita vontade de aprender sobre os contadores de histórias e de adquirir uma perspectiva histórica com relação a oralidade.”

“Acredito que todos nós temos um pouco do contador de histórias dentro da gente, se eu conto para minha mãe sobre o meu dia, ou a um amigo o que aconteceu em uma festa, acredito que já mereço o título.”

“E mesmo a vizinha fofoqueira seria uma contadora de histórias?”

“Como historiador, gostaria de aprender as características e metodologias da história oral, para enriquecer pesquisas que realizo.”

“Gostaria de saber: Como se desenvolve hoje esta prática de contar histórias? Quais os seus objetivos? Com que frequência são contadas as histórias e para quem? Onde? Existem técnicas para prender a atenção do público?”

Após o levantamento de expectativas e de conhecimentos prévios dos alunos envolvidos, iniciamos o estudo teórico e metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, buscando responder aos questionamentos. A história oral possibilita a construção de fontes, de depoimentos de pessoas e suas histórias de vida, reflexo de suas experiências. Esta metodologia procura os significados, os sentidos, a simbologia das experiências e retoma a narrativa, onde acontecimentos e espaços aparecem em ordem descontínua e temporalizados,

além de permitir a interpretação do registro feito a partir da fonte oral. A história oral recupera os espaços de subjetividade e aponta para contrastes, fazendo comparações e analogias entre o passado e o presente.

Assim, procuramos estudar a história da cidade para além dos 52 anos, na tentativa de recuperar uma outra possibilidade de leitura do espaço urbano desta cidade, lugar de vivência e de fala dos contadores de história. Buscamos uma interpretação que possibilitasse apagar o discurso da cidade sem história, tão comum nas pesquisas que refletem sobre o espaço urbano de Brasília.

Em Brasília existem vários grupos de contadores de histórias e várias pessoas que sempre contaram e admitem gostar de contar e de ouvir histórias. Alguns esporadicamente, outros de forma sistematizada, paralelo a outra profissão. Existem vários outros grupos que estão atuando na área da narrativa de histórias, sejam sertanejas, populares ou eruditas e que não foram entrevistados.

Enquanto alguns nem sabem direito se são contadores de histórias, outros sonham em se tornar contadores profissionais e apenas desenvolver esta atividade, como é possível perceber na fala de Adriana de Oliveira Maciel, 37 anos, do grupo “Matrakaberta”:

Minha vontade era fazer disso uma profissão, não queria que fosse um *bico*, como até hoje; sou professora na Secretaria de Educação e conto histórias no final de semana, à noite, nas feiras e quando dá. Mas eu tenho um sonho de reduzir a Secretaria de Educação para 20 horas e ser contadora de histórias (Entrevista concedida a Érica Taiane Pedrosa de Melo, em 2010).

A Adriana adora contar, seu sonho é viver exclusivamente desta atividade, sente que aí está a sua cura, física, psíquica e emocional.

O Sr. Nonato admite gostar muito de contar as suas histórias Quando foi questionado sobre a questão de se reconhecer como contador de histórias, respondeu:

Não..., só depois que você falou isso é que eu me toquei um pouco que gosto de conversar e contar histórias. Alguma coisa sempre desperta em mim, reminiscência, brincadeira, uma piada, uma história propriamente dita. Eu acho que tenho muito disso devido àquele meio ou àquela tradição familiar em que eu fui criado. Meu avô era um contador de *causos* que aconteciam com ele mesmo (Entrevista concedida a Clara Ramthum do Amaral, em 18/07/2010).

O Sr Nonato fala sobre suas reminiscências e sua vontade de repassar as experiências, como pode ser observado neste trecho da entrevista:

[...] vou completar 70 anos, e tenho uma bagagem de acontecimentos aqui que ficaram na minha memória. E às vezes eu tenho anseios de passar essa experiência prá frente contando um caso que aconteceu comigo mesmo. Uma experiência minha. Porque eu acredito que essas experiências servem para ajudar as pessoas mais jovens. Como aquela história da águia [...], Aquela quando a águia fica velha, as penas ficam duras. Mas existe a possibilidade de ela arrancar as penas e nascer uma pena nova ali nas asas dela. Mas acontece que ela está com outro problema, porque o bico ficou velho demais e ela precisa arranjar um jeito de mudar aquele bico, porque ela tem que arrancar as penas com o bico e tem que voar para pegar a presa e comer. Mas o bico criou uma crosta assim meio petrificada. E o que que a águia faz? Ela vai morrer de fome? É possível que ela morra de fome, porque não voa mais, o bico está empedrado. Que ela faz? Vai para perto do rochedo e começa a bater com o bico no rochedo até quebrar aquela crosta que criou. E então o bico com uns trinta dias volta a ser um bico normal. Então ela arranca as penas duras pouco a pouco. À medida que ela vai arrancando as penas, as novas penas vão nascendo, renascendo. É interessante que as pessoas dizem: ‘oh, uma nova águia’. Não, é aquela velha águia que passou por esta provação, com a força dela mesma quebrou todas as amarras que ela tinha e agora ela vai dar um voo, outro voo inaugural! Então ela pula lá de cima do rochedo e dá aquele voo, tranqüilo e sereno de olho na presa que será a compensação por tanto tempo sem poder voar, sem poder comer. E ela merece! Com seus olhos que enxergam quilômetros de distância ela pega a sua presa e começa a se alimentar de novo. E aí é mais, não sei, 30 anos de existência, 40 (Entrevista concedida a Clara Ramthum do Amaral, em 18/07/2010).

Percebo que o Sr Nonato ao contar a história da águia conta a sua própria história. Os contadores de histórias contam histórias escolhidas, constroem um repertório com as histórias que consideram significativas. Ele conta que ouviu histórias durante a sua infância, narradas por seu avô. Histórias ouvidas se transformam em experiências vividas, plenas de sentidos e significados. Estas experiências a qualquer momento podem despertar como sementes adormecidas, guardadas na memória.

Ele sabe o quanto suas experiências podem auxiliar aos mais jovens e menos experientes. Ele lembra muito das histórias que ouviu em sua infância, como a dos *Doze pares de França*, das personagens que hoje são pouco faladas, e de *Camões*, muito apreciado em sua região, o interior do Ceará. Nonato narra a história de sua infância no interior do Ceará, na fazenda do seu avô, hoje chamada Carqueja dos Alves, onde teve as primeiras referências na arte de contar histórias. Ele diz que as histórias mais contadas eram acontecidas na Europa, especialmente as histórias de Camões. Foi assim que Nonato conheceu, entre outras obras, *Os Lusíadas*, conhecida pelo meio cultural de Nonato à época com a pronúncia *Lusiádas*.²⁷

Provavelmente alguém leu errado Lusíadas, pronunciando *Lusiádas*, os outros que ouviam continuaram a pronunciar do jeito que ouviram. Era comum na primeira metade do século XX, principalmente no interior, ter um número maior de analfabetos do que de leitores.

²⁷Não se conhece a data certa nem o local do nascimento de Camões. Teria ele nascido por volta de 1524 ou 25, provavelmente em Lisboa. [...] Viveu Luís de Camões em Lisboa até 1553. Tendo participado de uma expedição a Ceuta, foi ferido e perdeu um dos olhos (PIVA, 1983, p. 13-15).

Cascudo, com certo espanto e emoção, fala da “presença camoniana” entre homens rudes, pelos idos de 1616:

Alcântara Machado revelou a existência do LUSÍADAS no alto sertão brasileiro seiscentista. Em 1616 o escrivão Francisco Rodrigues da Guerra escreve o inventário do bandeirante Pero de Araújo em troços de papel, no sertão de Parauapava. Nesses troços de papel, no anverso, estavam algumas estrofes do canto quinto. É a menção única, mas emocional, da presença camoniana, viva, entre os rudes homens que empurravam para o oeste o meridiano de Tordesilhas (CASCUDO, 1999, p. 15).

Os Lusíadas é uma obra que provavelmente chegou de forma escrita e que também deve ter vindo na memória dos portugueses que para cá vieram. Ela continuou a ser contada com pequenas interferências no interior do Brasil, pois como diz o prólogo: “quem conta um conto, acrescenta um ponto”, às vezes subtraindo outros, mas é importante que o narrador tenha consciência de que a história para se manter, precisa ser contada em sua estrutura básica, permitindo, como é de praxe na oralidade, tomar cenários, e outros aspectos específicos do local onde está sendo narrado.

Segundo narrativa do Sr. Nonato, os Lusíadas se manteve vivo no interior do Ceará, até pelo menos a década de 1940, período em que o narrador viveu a infância na fazenda do avô. As histórias de Camões também foram encontradas na pesquisa de Altimar de Alencar Pimentel, realizada em Brasília, em 1983, citada. Sobre este personagem Pimentel tece seus comentários:

O vate português Camões empresta seu nome a um pícaro da estirpe de Pedro Malazarte, João Grilo, Cancão de Fogo, Pedro Quengo e outros, ora sendo nomeado corretamente, ora pela corruptela Camonge. Grande é o número de contos de sagacidade que tem como protagonista este herói, cuja característica principal é a elevada “cultura”, demonstrada na solução de enigmas impostos pelo rei, além da sagacidade comum aos seus iguais. Ele une, portanto, as qualidades do pícaro a um “conhecimento superior”, erigindo-se como um exemplar mais acabado do herói popular brasileiro, embora até seu nome seja do poeta português ou dele derive, e não goze da mesma popularidade de Pedro Malazarte. Ele protagoniza os contos *Camonge e o rei* (I), *Camonge e o rei* (II), *Estória de Camões* e *Camonge* (PIMENTEL, 1998, p. 22).

Percebe-se, então, que este personagem, citado por Cascudo em 1957, sobre sua aparição e permanência em 1616, se manteve presente por muito mais tempo, como é possível perceber na pesquisa de Pimentel (1998, p. 22), pois dentre os 200 contos recolhidos em Brasília, 4 são de Camões e 7 contos são de Pedro Malazarte, o que vem atestar a popularidade deste personagem de origem peninsular, presente em toda a iberoamérica e que, segundo informações de Pimentel, “no Brasil, assume foros de herói popular nacional, pelas

qualidades aqui adquiridas e por sua presença em coletâneas de narrativas folclóricas de todas as regiões do País.” Mais uma vez é possível perceber a presença e permanência na cultura brasileira e na cultura brasiliense de personagens europeus vindos via Portugal,

O Sr. Nonato fala de um senhor chamado Seu Chico Mateus, que era padeiro, não o sujeito que faz pão, mas o que vende, como era reconhecido em seu meio social:

Ele morava no interior do município, perto de Capistrano e ele ia todos os dias a Capistrano, na parte da tarde, buscar os pães. E na trajetória que ele fazia de retorno de Capistrano, ele ia vendendo os pães de porta em porta, nas bodegas e nas fazendas. Ele usava prá isso um jumentinho com duas malas de madeira, dois caixotes de madeira, ao lado da cangalha do jumento. A última casa que ele chegava já 6 horas era lá na casa do meu avô paterno. O nome do meu avô é Pedro Alves, o da minha avó era Raquel. Ai ele parava e a gente ia tomar café com pão e ele contar a história. Agora as histórias que ele contava, eram histórias acontecidas na Europa, os doze pares de França, o gigante Adamastor de Camões e daquilo que ele chamava de romance, que são a literatura de cordel. Tudo isso aí ele tirava da literatura de cordel. Como é que era a rotina dele? De manhã ele ficava lendo. Ele lia muito mal, mas lia. Ou pedia uma pessoa prá ler prá ele. Naquele tempo era difícil encontrar alguém que lesse assim. E de tarde ele ia comprar os pães e de noite ia contar história e a gente ali em volta dele escutando. Eu lembro dos grandes personagens que ele falava, Roldão, os, os... como é que chama? Aquele... ô meu Deus... As histórias de Camões. Nossa! Camões ele tinha piadas de Camões [né?] A sabedoria de Camões. Camões era um personagem muito conhecido lá no nosso meio. Interessante é que eles não sabiam a pronuncia correta de Lusíadas, eles chamavam Lusiádas (risos). Era Lusíadas. Lá no seminário foi que eu aprendi a chamar de Lusíadas. (risos) Detalhe importante esse né? (entrevista concedida a Clara Hamthum do Amaral em 18/07/2010).

A leitura, neste caso, não deixa de ser também uma forma de “viagem”, e podemos dizer que temos aí o “marinheiro”, um dos narradores modelares apregoados por Benjamin, “aquele que por viajar tem muita história para contar”. O padeiro, também não deixava de ser um pouco “marinheiro”, pois, todos os dias viajava, não no mar, nem no rio, mas no lombo do burro até Capistrano, indo e voltando, e trazendo além de pães, notícias e histórias de onde passava.

No interior do Brasil a figura do mascate representou em determinado momento histórico, um pouco também daquele que vinha de longe e trazia para perto os produtos desejados por quem morava longe das cidades e, junto com estes, sonhos de consumo popular de panelas, utensílios e coisas fabricadas pela indústria, obras do progresso. Trazia também notícias e alguns contavam histórias vindas do litoral. E também é possível perceber na figura do avô de Nonato, “o agricultor”, aquele que conhece o seu lugar, e também tem muita história para contar. A respeito do avô Nonato diz: “Meu avô era contador de casos que aconteciam com ele mesmo.”

Por meio da narrativa de Nonato é possível perceber a história acontecida na década de 1940, no interior de um Brasil ainda rural em sua maior parte, onde muitas pessoas ainda não eram alfabetizadas e poucos sabiam ler, sendo comum a leitura em voz alta. Alguns que ouviam continuavam a contar. Outros tantos, que nunca aprenderam a ler, eram e continuavam a ser grandes contadores de histórias. Conforme expõe Cléria Botelho da Costa:

As narrativas são documentos vivos, que denunciam costumes, mentalidades, diferenças sociais e poderes de uma época; oferecem informações históricas, sociológicas e antropológicas.[...] Os contos populares são formas de reconstituição do coletivo anônimo, que atestam detalhes de ambiente, frases, hábitos desaparecidos, a mentalidade de uma determinada época; que faz despertar o poder da imaginação adormecida em cada um de nós, levando-nos a evocar vínculos afetivos com o passado. Nesse sentido, a narrativa oral dá um contorno afetivo ao mundo, aproxima-nos uns dos outros e faz-nos valorizar os nossos antepassados. (COSTA, 2001, p. 77).

Pimentel também registra em sua pesquisa uma grande contadora de histórias, inclusive no subtítulo do segundo livro ela é chamada “*A maior contadora de estórias do mundo.*” trata-se de Luzia Teresa dos Santos, narradora paraibana, que nas palavras do pesquisador, “preservou para o futuro um conjunto de contos que abarca todas as categorias de qualquer classificação, o que significa dizer, uma obra completa, síntese do conhecimento universal na área da narrativa oral popular” (PIMENTEL, 1995, p. 14).

Assim foi Luzia Teresa dos Santos – sobretudo uma artista! Morreu aos 74 anos de idade, depois de haver gravado 236 contos populares, alguns dos quais, por suas características, inclinam-se a acreditá-los de sua própria criação. No seu leito de morte anunciou que ainda teria muitas histórias para contar. Morreram com ela essas estórias que não deixou gravadas, como tantos outros narradores semelhantes a Luzia Tereza – levam para o túmulo a sabença adquirida, toda a cultura acumulada ao longo de uma vida, sem que tenha sido transmitida, documentada, preservada (PIMENTEL, 1995, p. 13).

O alerta do pesquisador é de grande importância. Uma história não registrada poderá cair no esquecimento. As histórias contadas por Helena Maria Ribeiro, analisadas no segundo capítulo desta dissertação, a partir das que ouviu, são hoje documentos de extrema importância, representam vozes que foram registradas para serem preservadas e continuarem a ecoar a presença de uma história acontecida neste território, antes mesmo da construção de Brasília, pouco contada pela historiografia:

A permanência em nossos dias da milenar arte de narrar, que nasceu com o homem e o tem acompanhado ao longo de sua existência, revela a importância das narrativas para o ser humano pela necessidade de reviver experiências e conviver com a fantasia (PIMENTEL, 1995, p. 11).

Perceber a presença de contadores de histórias e de suas histórias guardadas na memória é um exercício de escuta, que foi proposto a esta turma da graduação da Universidade de Brasília, que prontamente aceitou o desafio e partiu para o estudo, o preparo, e o enfrentamento da pesquisa.

Na pesquisa encontramos Dona Maria Consuelo, 82 anos, que em suas memórias, ao referir-se a sua ancestralidade, fala da importância dada à festa do Divino; esquece de alguns detalhes, mas lembra da importância desta festa e do quanto seu bisavô e sua avó, descendentes de negros gostavam desta festa muito antiga:

Eu sou descendente de pessoas da Bahia, de Minas Gerais, mas meu bisavô [...] ele era descendente de negros. Inclusive ele gostava muito daquelas festas, que tem do Divino Espírito Santo, eu já esqueci como que é o nome dela, mas era uma festa assim que vinha um guerreiro a cavalo com aquelas roupas bem vestida, [...] ele era o rei, e do outro lado vinha a princesa, e havia casamento [...]. (Entrevista realizada em 21/07/2010, concedida à Karoline Lima Siqueira).

Dona Consuelo, rememorando sobre sua ancestralidade, traz traços de sua cultura, de uma tradição que aqui fincou raízes, tornou-se parte do calendário da cidade. Em seu relato Dona Consuelo ratifica a existência da história de Brasília anterior a construção. A festa do Divino é mais antiga do que parece e era considerada a maior e mais concorrida da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX. Luís da Câmara Cascudo a registra, em seu Dicionário do Folclore brasileiro de 1954:

Os grupos precatórios que alegremente e cantando pediam esmolas para o Divino – possuíam origem nobre. Teriam começado em Portugal, no início do século XIV, muito antes da reforma católica, por iniciativa da Rainha Dona Isabel (1271-1336), casada com o Rei Dom Diniz de Portugal (1261-1325). [...] chegando ao Brasil juntamente com o início da colonização (CASCUDO *apud* ABREU, 2002, p. 245).

Hoje, esta festa tradicional de todo o Brasil também é uma das festas tradicionais do Distrito Federal, praticada principalmente em Brazlândia e Planaltina, além de outras cidades goianas desde bem antes da construção da capital. Durante as Folias da roça e da cidade, práticas desta tradição podem ser vistas. A catira é outra manifestação que acompanha toda a festa, que dura mais de um mês. Podemos perceber, também aqui, os traços da tradição colonial presentes na cidade modernista.

O migrante que veio para Brasília chegou com o intuito de ajudar a construir um sonho. Um sonho que se acreditou e se viveu junto. A meta foi cumprida. Muita gente boa participou deste grande mutirão que foi construir urbanizar e embelezar uma cidade em três anos e meio. A busca pelo Eldorado, a crença na terra prometida, a esperança de que melhores

dias viessem, fez com que um enorme número de pessoas largasse tudo para trás e viessem construir Brasília. Assim fizeram, também, Dona Maria Consuelo e seu marido, que veio com o seu próprio caminhão, ajudar a abrir as estradas de Brasília.

Dona Maria Consuelo, veio de São Paulo na década de 1960. Atualmente moradora de Sobradinho, é contadora de histórias. Conta que já teve um lote na W3, seu marido participou da construção da cidade, ela fala sobre a situação que viveu no período da construção:

[...] o meu marido tinha um lote na W3 sul, mas num podia construir, pobre, sem dinheiro, com um caminhão velho trabalhando assim foi e pego serviço para a construção da estrada que vai de Brasília – Formosa, pra fazer este asfalto aí, foi na ocasião que o engenheiro não pagou para os que trabalharam. Pegou o nosso dinheiro e foi embora! Meu marido chegou em São Paulo, sem dinheiro, sujo e com fome. [...] Mais tarde a gente veio pra cá de mudança. (...) Ai chegando aqui ele trabalhava transportando as madeiras dos barracos que eram obrigados a sair da W3. A capital começava a ser levantada, os pobres sempre vão saindo pra fora, aí de lá, o que herdamos, foi só as madeiras da W3, o lote ficou para os “ricasso” construir, assim como até hoje são né! (Entrevista realizada dia 21/07/2010, concedida a Karoline Lima Sirqueira).

Dona Maria Consuelo e seu marido representam um dos casos, dos inúmeros trabalhadores que tiveram o mesmo destino – deixar o Plano Piloto e levar somente as tábuas do acampamento para as distantes cidades satélites. Fragmentos ficam pelo caminho, detritos de sua alma, cultura e memória também, mas não pode o migrante livrar-se de seu passado, pois junto com ele vêm as suas lembranças, vivências, costumes, saberes e fazeres do local de origem, os quais são gradativamente miscigenados no novo habitat. Representações são ressignificadas e mantidas em sua memória, fruto de suas experiências, conforme é possível observar na fala dos narradores entrevistados.

Diferentemente de Seu Beija e de Dona Castorina, pioneiros que já viviam por aqui – antes mesmo do “quadrilátero” ter sido assentado sobre estas terras que hoje pertencem ao Distrito Federal – os contadores de histórias entrevistados durante esta pesquisa são, em sua maioria, migrantes que vieram para Brasília em busca de um futuro melhor. Apenas o Breno e a Adriana nasceram em Brasília, os demais vieram trazendo suas histórias, as que ouviram e viveram em seus locais de origem e construíram outras enraizadas neste espaço urbano.

O Sr. Antônio Carlos Muniz, filho de funcionários públicos do antigo Distrito Federal, quando este funcionava no Rio de Janeiro, veio, junto com seus pais, com apenas um ano de idade e construiu sua vida junto com Brasília, quando esta já estava inaugurada e a capital já havia sido transferida. Antônio Carlos Muniz, 48 anos, é bancário, mora no Guará e atua como contador de histórias no Hospital Regional da Asa Sul (HRAS), é voluntário do grupo

“Viva e deixe viver”, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A partir de sua fala é possível perceber a satisfação com que desenvolve esta atividade:

Há uns três anos atrás resolvi fazer um trabalho voluntário. [...] estava procurando alguma coisa relacionada a leitura e achei o curso do “Viva e deixe viver”, acabei fazendo este curso. [...] Hoje eu acho que sou formado em ciências contábeis, o que me deixa “contador”, mas eu acho que eu sou contador de história. Ciência contábil foi uma coisa passada. [...] Mensalmente a gente faz um sarau de contação de história, faz um no “Viva” e outro na “Biblioteca Demonstrativa.” O público lá é adulto, e às vezes tem criança. No “Viva” tem toda uma rotina, toda uma metodologia que a gente segue. Então a gente chega inicialmente aqui, vem nessa sala aqui que é o centro de convivência, onde nós temos um armário, onde tem livros e tem os diários do contador. [...] Sempre que a gente acaba de contar a gente anota as crianças que nós atendemos, os familiares que estavam acompanhando, a quantidade de crianças, as histórias contadas e algumas observações [...]. O “Viva” tenta inculcar na criança a curiosidade pelo livro. [...] Há uma pesquisa até que foi feita, de que isso leva a criança a conhecer livros e a forçar a leitura. Eu conto histórias com o livro e algumas, às vezes, sem o livro. [...] Com o tempo, quer dizer, muitas delas você nem lê mais, você olha e vai contando a história mostrando o livro, mas... já sabendo o que está escrito (Entrevista realizada em 04 de agosto de 2010, concedida a Wemerson C. da Fonseca Fraga).

A partir da fala do Sr. Antônio podemos perceber algumas características básicas de um contador moderno. O Narrador atua de forma sistematizada, toda quarta-feira à noite, conta suas histórias em um hospital, fez cursos de formação para tornar-se um contador de histórias e realiza esta atividade junto com o seu grupo em hospitais. Utiliza livros para contar as histórias, anota a quantidade de crianças atendidas e faz algumas observações; são comportamentos não observados na atuação de contadores tradicionais.

Buscando registrar os depoimentos sobre a história vivida pelos contadores de histórias em Brasília, procuramos conhecer um pouco mais a história desta cidade e da população que de certa forma a compôs. Nesta pesquisa, além de dar visibilidade aos contadores de histórias do Distrito Federal, procuramos fazer na medida do possível, um entrelaçamento entre a história local e a nacional.

A presença em Brasília, da história colonial brasileira, pode ser percebida a partir das falas de seus contadores de histórias, quando estes narram as histórias que ouviam no outrora e que foram trazidas em suas memórias. Assim também como quando estes pesquisam a história local e percebem a presença de uma história bem mais antiga do que os 52 anos de inauguração de Brasília.

Segundo Alberti (2004, p. 27), a metodologia da história oral é bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado. O Sr. Filomeno gosta de contar histórias que ouvia quando criança, no interior do Maranhão, e que estão em sua memória e não gosta de utilizar livros:

No Maranhão é cultura contar histórias. Minha avó contava para mim na hora de dormir e eu adorava as histórias que ela contava. A Mangina, uma negra do tempo do *Ventre Livre* também contava algumas histórias. Tem um neto dela, ainda vivo até hoje, o Edson Pereira, que também contava muitas histórias. Havia a tradição de sentar e ouvir. A maioria das vezes eu ouvia a história deitado, nem sempre eu escutava até o final... Meu avô contava imitando pássaros, imitando aves de lá, até eu dormir. Mas depois adoeceu e terminou por falecer; eu era bem garoto ainda. Em festas de aniversário, encontros da família eu faço mais recitar do que contar história. Outra coisa que eu gosto, mas só para a família, não sou profissional nem nada, não tenho técnica nenhuma. Só procuro decorar as poesias que acho bonitas, decorei inclusive Juca Pirama. Cheguei a decorar todinho, são 45min de recital. Se pedirem, tenho que pedir uma semana pra dar uma revisada. Porque eu não gosto de ler papel, de olhar papel, de nada assim. Eu decorei na memória. Eu dou conta de memorizar o que eu gosto. Não gosto de usar recursos. É minha voz, minha entonação... (Entrevista concedida a Francisco Carlos Costa filho, no dia 13/08/2010).

O Seu Filó, como gosta de ser chamado, ouvia histórias desde menino em sua terra natal, contadas por seus avós, pela negra Mangina e pelo neto dela, o Edson Pereira, e atribui a eles seu interesse e aprendizado como contador de histórias. Conforme diz Benjamin (1994), é justamente essa experiência, passada de pessoa a pessoa a fonte a que recorrem todos os narradores. O narrador não se considera um contador de histórias, não realizou nenhum curso de formação, não aprendeu as técnicas formais, mas confessa se preparar para fazê-la, principalmente quando se trata de poemas mais extensos que adora recitar. Não gosta de usar recursos para contar, nem ler, prefere guardar as histórias na memória. Suas características contrastam com a de um contador moderno, como mostrado no exemplo anterior. Seu Filó tem o perfil de um contador de histórias tradicional.

Tanto os tradicionais, quanto os modernos, escolhem as histórias que irão contar. Já ouvi várias vezes que o contador de histórias não apenas escolhe as histórias que ira contar, como também, muitas vezes é escolhido por estas. Seu Filó ouviu as histórias contadas pelos avôs e pela negra Mangina, que lhe cuidava; ele traz, também, nestas histórias guardadas na memória, a cultura africana. Já o Sr. Nonato conta que ouviu no interior do Ceará as histórias de origem portuguesa vindas da Europa.

Dona Maria Consuelo sempre contou histórias de modo informal. Há 32 anos conta histórias semanalmente a grupos de crianças e adolescentes. Sua predileção é por histórias bíblicas, pois considera estas histórias especialmente significativas. Acredita que por meio de suas histórias meninas e meninos aprendam a importância da oração e do saber da Palavra de Deus.

Refletindo sobre a relação oralidade e escrita, inclusive nas religiões, Walter Ong (2011) nos presenteia com suas reflexões, acerca das preocupações e aspirações humanas últimas:

Todas as tradições religiosas do gênero humano possuem origens remotas no passado oral e parece que todas concedem grande importância a palavra falada. Todavia, as principais religiões do mundo também foram interiorizadas mediante a criação de textos sagrados: os Vedas, a Bíblia, o Corão. Na doutrina cristã, as significativas polaridades entre oralidade e escrita são particularmente agudas, provavelmente mais que em qualquer outra tradição religiosa, inclusive a hebréia. Pois na doutrina cristã, a Segunda Pessoa do único Deus, que redimiu a humanidade do pecado, não só é conhecido como o Filho, se não também como o Verbo de Deus. Nesta fé, Deus Pai tem a palavra em seu Filho, que não está por escrito. A Pessoa mesma do Filho se constitui como Verbo do Pai. Não obstante, a doutrina cristã também apresenta como sua essência, a palavra escrita de Deus, a Bíblia, a qual, de trás de seus autores humanos, tem a Deus como autor, o que não sucede com nenhum outro escrito. De qual modo estão relacionados entre si os dois sentidos da “palavra” de Deus, assim como com os seres humanos na história? Esta interrogação se coloca hoje em dia com maior interesse do que nunca (ONG, 2011, p. 173).

Podemos perceber, por meio da fala do autor, a dinâmica existente entre a oralidade e a escrita, pois estas fazem parte integral, conforme aborda o autor, “da evolução moderna da consciência para uma maior interiorização e uma maior abertura” (ONG, 2011, p. 173). É como se a Palavra de Deus representasse a tradição, pois está mergulhada no universo da oralidade. Os apóstolos e escritores modernos, buscam na oralidade sua inspiração, mas no ato da transcrição, assumem certa coautoria, pois os textos passam a ser autorais. E ao ser recontado, o texto bíblico é reinterpretado no tempo presente, com uma nova roupagem; assim como também acontece com as outras histórias, que são ressignificadas ao serem apresentadas novamente.

Nesta pesquisa, em termos didáticos, os contadores de histórias foram tipificados em “tradicionais” e “modernos”, para que houvesse uma maior compreensão e para que nenhum deles ficasse esquecido. Em Brasília, coexistem estas diferentes modalidades de contadores de histórias. Procuramos ouvir tanto contadores da tradição como contadores modernos, pois ambos atuam neste espaço e neste tempo.

Os contadores de histórias tradicionais nem sempre se reconhecem como contadores de histórias, mas admitem gostar muito de contar suas histórias, as que ouviram e viram acontecer. Narram suas experiências, pois contavam histórias em seus lugares de origem e vieram trazendo-as em suas bagagens. Essas histórias são tão vivas que continuam a ser contadas nas rodas familiares e em alguns eventos informais.

O contador de histórias tradicional se mantém no grupo e no anonimato, ao passo que o moderno infunde-lhe um caráter mais pessoal, procura acrescentar a sua marca. Mas não podemos negar, que tanto um como outro, acrescentam “um ponto” ao conto que contam. Pois o mesmo conto, mudado o contexto, a época em que está sendo narrado, já é outro e “magicamente” continua sendo o mesmo que carrega em si uma mensagem ancestral. A

peessoa que narra se coloca na narrativa; sua voz, sua mão, seus gestos, pausas e ritmos, o seu jeito de dizer faz com que o conto seja outro, seja novo cada vez que é contado por um contador diferente ou narrado para um público diferente, pois o ouvinte, neste processo, faz toda a diferença.

O Sr. Nonato, Dona Maria Consuelo e o Sr. Filomeno, são exemplos de contadores de histórias mais próximos dos que chamamos de “tradicionais”, os guardiães da sabedoria, aqueles que, segundo Benjamin (1989), sabem dar conselhos e têm experiências para compartilhar.

Também estão presentes, neste espaço, os contadores de histórias modernos, que de um modo geral, participam de grupos, desenvolvem esta atividade de maneira sistematizada, participam de cursos de formação, fazem pesquisas, e muitos deles participam de Seminários, Simpósios e Encontros Internacionais de Contadores de Histórias. Eles contam histórias em vários espaços, como escolas, hospitais, igrejas, *shoppings*, teatros e feiras de livro, e até em feiras populares, como é o caso dos “Roedores de Livros”, que têm sua sede na Feira da Ceilândia, onde atuam com crianças, formando leitores.

O nome, “Roedores de Livros” surgiu, segundo Tino Freitas, pelo seguinte motivo:

O nome dos roedores, não sei, é meio que uma paródia, a ideia é porque as bibliotecas são lugares escuros, mofados, são moradas de ratos, essa analogia que tem dos ratos com as bibliotecas, e também porque oficialmente a traça é um roedor de livro. A gente achou interessante porque tem essa coisa que a gente vive durante nosso projeto, ligado ao livro (Entrevista realizada em 2010, concedida a Lorranye Pereira Araújo)

O grupo, “Roedores de Livros” surgiu a partir de um convite para desenvolver um trabalho na Biblioteca Comunitária T-Bone, na quadra 713 Norte, no Plano Piloto. Durante este período, foi atendido um número significativo de crianças, que vinham de forma eventual, das diferentes entidades de apoio. Em 2007, buscando um atendimento mais efetivo e constante, o projeto começa a ser desenvolvido na sede da “Ação Cristã Pró-Gente”, uma instituição com mais de 30 anos de atividades, localizada na Ceilândia.

Em 2008 os encontros passam a acontecer na creche Centro Comunitário da Criança, na Ceilândia. E em 2010 o projeto foi transferido para o *Shopping* Popular da Ceilândia, em um espaço construído graças às doações. O grupo desenvolve esta atividade voluntária com um grupo de crianças na Ceilândia durante todos os sábados, sentem paixão pelo que fazem, gostam de estar entre as crianças e percebem que podem passar algo de interessante, divertido e crítico, além de incentivá-las serem leitoras e pessoas melhores.

O trabalho alimenta o *blog* dos Roedores de Livros, possibilitando à comunidade de leitores virtuais a chance de atualização constante e obtenção de informações literárias preciosas. A Ana Paula não se intitula contadora de histórias e sim mediadora de leitura. Ela gosta de contar histórias na sede do grupo e fala um pouco da sua atuação:

O que eu tenho tentado trabalhar é a mediação da leitura. E o que é a mediação da leitura? É ler, ler mesmo o livro para criança e criticando sobre aquilo, o que você entendeu sobre o relato, fala que a autora é fulana, a ilustradora é fulana, então chama mediação da leitura, eu sou mediadora de leitura, aquela que faz a mediação entre o que tá no livro e a criança (Entrevista realizada em 2010, concedida a Lorranye Pereira Araújo).

Receber um texto e significá-lo é a possibilidade de transformá-lo em experiência possível de ser repassada, pois a arte de contar as histórias começa com a arte de primeiro saber ouvi-las. Segundo Roger Chartier (2009, p. 152), o texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios códigos de leitura, quando ele recebe ou se apropria desse texto de forma determinada:

Um livro sem leitor pode existir como objeto, mas o texto do qual ele é portador é apenas virtual. Paul Ricoeur lembrou muitas vezes o fato de que um mundo de textos que não é conquistado, apropriado por um mundo de leitores, não é se não, um mundo de textos possíveis, inertes, sem existência verdadeira (CHARTIER, 2009, p. 154).

O trabalho, desenvolvido pelos Roedores de Livros, de democratização do acesso à leitura, é um trabalho de referência, realizado por este pequeno grupo, que acredita nas possibilidades dos pequenos leitores tornarem-se conquistadores de textos, capazes de inscrevê-los em suas próprias memórias.

Esse trabalho de mediação é também desenvolvido por Tino Freitas que além de contador de histórias é produtor cultural, músico e escritor; dentre suas obras, foi editado em 2010, o livro *Brasília de A a Z*, pela Editora Salesiana. Trata-se de um livro de literatura que exigiu muita pesquisa, demonstrando sua paixão por esta cidade. Tino leu vários livros “para descobrir um pouquinho de Brasília”; assistiu a vários filmes, acompanhados com “pastel e caldo de cana”; leu muita poesia e literatura sobre Brasília, no meio do “concreto armado”; ouviu muita música, que “embala o voo da borboleta”; foi visitar espaços como o Centro Cultural dos Três Poderes, o Catetinho, o Memorial dos Povos Indígenas, o Memorial JK e o Museu Vivo da Memória Candanga, “para repousar seu olhar curioso”. Navegou para “além do Lago Paranoá”, em vários *sites*, como o do Arquivo Público, o de Lúcio Costa, o da

Secretaria de Turismo, entre outros. Este com certeza é “um livro para deixar crianças e adultos mais apaixonados ainda pela nossa Capital Federal” (FREITAS, 2010, p. 46-47).

Ao falar sobre o livro *Brasília de A a Z*, Tino diz,

No meu caminho optei pelos fatos e não pelos *causos*. Nesse sentido, essas histórias contam, principalmente, a força transformadora de um povo cheio de esperança que, apesar (e talvez por causa) das adversidades, tantas, conseguiu ampliar seus horizontes, em busca de novas e melhores histórias para si e para seus descendentes. [...] Pesquisei os fatos que aconteceram antes e após a inauguração da cidade; como também um pouco dos casos que mexeram com o imaginário das pessoas daqui. O que me levou a escrever sobre Brasília foi particularmente a constatação de que a maioria dos livros que contam as histórias de Brasília para crianças e jovens se encerram na inauguração da cidade, em 1960, ou em determinados períodos, como os anos 70, por exemplo. Faltava um livro que abordasse a história da cidade desde antes da sua inauguração até os dias atuais, numa linguagem que despertasse a curiosidade, o olhar do leitor também para a cidade em que ele vive nos dias de hoje. A partir da pesquisa, descobri uma cidade jovem com uma gama de histórias (que a enaltecem e a denigrem) que poderiam fortalecer, enraizar e orgulhar seus filhos – inclusive os adotivos, como eu –, se melhor divulgadas. Um oposto à imagem da cidade corrupta que é amplamente divulgada pelas mídias e que acaba por formar erradamente a opinião dos que acompanham nosso dia a dia à distância (Informações complementares à entrevista realizada em 2010, enviadas por *e-mail*).

O escritor demonstra seu carinho pela cidade e reconhece que existem histórias sobre Brasília que transcendem o discurso que insiste em afirmar que esta cidade não possui história:

Como já disse, conheço muitas histórias, mais fatos que *causos*. Mas alguns rendem boas histórias. Li bastante sobre a formação das cidades e sobre alguns acontecimentos durante as missões de conhecimento desta área. Há ainda um resgate interessante (até por ser único) na coleção *Contos, Lendas e Estórias do Distrito Federal*, de Helena Maria Ribeiro (Informações complementares à entrevista realizada em 2010, enviadas por *e-mail*).

Concordo com Tino Freitas, quando fala que as histórias escritas sobre este local são uma possibilidade de desvendar a Brasília oculta que está adormecida para além dos seus 52 anos. Conhecer Brasília é buscar a história de sua gente, enfim, a história do seu território bem antes da transferência da Capital Federal. Acredito que estas histórias podem ser contadas e ecoadas por meio das narrativas literárias, na voz de seus contadores de histórias.

Diversos pesquisadores dedicam-se a esta arte tão necessária, de rememorar, nestes tempos da modernidade, fazendo surgir outras possibilidades para a historiografia. Assim procuro dar voz aos contadores de histórias, pois acredito que ao rememorem histórias da cidade, suscitam dados que acrescem aos estudos e pesquisas que tomam-na enquanto espaço urbano investido de significados históricos.

O grupo “Trá-lá-lá” é outro grupo de contadores de histórias, formado por servidores da Presidência da República e faz parte do Projeto Servidor Solidário, do Programa de Qualidade de Vida. Atualmente, é formado por servidoras de várias áreas distintas da Presidência da República que exercem esse trabalho como contadoras de histórias de forma voluntária e se reúnem quinzenalmente, para fazer estudos sobre os livros que irão utilizar para aperfeiçoamento das técnicas utilizadas na mediação e para realizarem o planejamento necessário à logística de desenvolvimento do trabalho de grupo.

O grupo é coordenado pela bibliotecária e coordenadora da Biblioteca da Presidência da República, a Sra. Iêda Muniz de Almeida. Durante os encontros as servidoras voluntárias são treinadas para repassar a metodologia para as professoras e os alunos das escolas que fazem parte do Programa Escolas-Irmãs, com os quais trabalham, gerando um ciclo de estímulo à leitura. Contar histórias por meio da leitura de livros e seu manuseio é a técnica adotada pelo grupo para estimular o hábito da leitura.

Ao ser indagada, sobre qual o motivo que a levou a contar histórias, a Sra. Iêda Muniz respondeu que “gosta muito de ler, de contar e de ouvir histórias, e acredita que a leitura, o sonho e a fantasia são coadjuvantes mágicos na formação da cidadania”. Iêda explica sobre seu trabalho:

Nós somos da leitura. Eventualmente a gente faz narração, teatralização, coloca música. Todas estas técnicas são suporte para nossa técnica principal que é a leitura do livro. Porque a gente quer que a criança perceba que o que estamos passando, elas também tenham alcance. Meus pais estimularam a leitura. [...] Eles não foram pais que sentaram para contar histórias não. Nem tinham tempo nem condição para isso. [...] Meu caso é de coração mesmo. Eu acho que contar histórias permite a manutenção e a preservação da tradição oral e eu acho que o que mais me faz acreditar que é o caminho, o destino da leitura, porque ela estimula a oralidade, e estimula a escutar que é uma coisa que está cada vez mais distante das pessoas. (Entrevista realizada em 2010, concedida a Kelly Martins dos Santos)

Por meio da fala é possível perceber o envolvimento da narradora, e do quanto gosta de desenvolver esta atividade. Os contadores de histórias, consciente ou inconscientemente, estão inseridos neste universo de implementação de políticas públicas por parte do Estado, direcionadas ao estímulo à leitura.

O Programa Nacional de Incentivo a Leitura (PROLER), instituído no início dos anos 1990, é um projeto vinculado a Fundação Biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura, cujo foco é a valorização da leitura em todo o território nacional e pode ser apontado como um dos principais difusores da atuação dos contadores de histórias na atualidade. A partir de então, surge ou reaparece e se estabelece a arte de contar histórias, por influência

destes programas de incentivo à leitura. Talvez, ainda pela intuição e sensibilidade de algumas pessoas, que sabem ouvir e sabem da importância de estimular e desenvolver esta arte tão necessária no mundo contemporâneo.

A partir de 1990 as pesquisas sobre oralidade se intensificaram. Estudantes, artistas, professores, bibliotecários, começaram a descobrir o prazer e a importância da prática de contar histórias, a partir das respostas dos ouvintes, fossem eles crianças ou adultos. Na verdade o homem sempre contou histórias e sempre soube da magia presente nesta arte de transmitir os conhecimentos de outrora.

Não foi a prática que mudou, foi o mundo de um modo geral que se transformou. O Brasil, que no início do século XX era praticamente rural, foi se tornando cada vez mais urbano e as pessoas que sempre contaram histórias na roça transpuseram-nas para a cidade e se adaptaram a este novo meio, já não tão comunitário como o de outrora. O homem moderno se isola. A cidade apresenta este contraste, apesar de ter um número grande de pessoas vivendo próximas, muitas vivem isoladas, diferentes do homem de antigamente, que vivia em fazendas distantes, mas mantinha um espírito comunitário.

De um modo geral os contadores de histórias se envolvem com o trabalho que desenvolvem, fazem-no com grande prazer, colhem muitos sorrisos por parte dos ouvintes e se sentem gratificados por desenvolver esta atividade que, de alguma forma, está mais próxima desta prática antiga. Durante o ato de contar histórias forma-se a comunidade de ouvintes, e a “magia” de alguma forma se estabelece.

Simone Carneiro dedica seu tempo a contar histórias e a prepará-las, como fazem também os contadores tradicionais, que apesar de não fazerem cursos dedicam-se a pesquisa e preparo das histórias que vão contar. Ela participa, com Miriam Rocha, do grupo “Tagarela’s” e apresentam-se em festas, escolas, *shoppings* e feiras do livro, atividades que desenvolvem profissionalmente há mais de quinze anos. Simone ouviu muitas histórias na infância, narrados por seu pai, um grande contador de histórias, com quem, diz a narradora, aprendeu a contar e confessa praticar esta arte já desde bem pequena. Passou a exercê-la profissionalmente a partir de sua vinda para Brasília e de seu envolvimento com o magistério.

Ao ser questionada, sobre quando começou a contar histórias, a narradora brincou dizendo que “mineiro quando nasce não chora, conta história”, um provérbio que ouviu e guarda em sua memória – são os traços da oralidade que se mantém presentes na atualidade. Ela apresenta traços do contador tradicional, do qual tirou sua base ainda na infância, pois é filha de um grande contador de histórias, presenciou esta prática desde muito nova e trouxe

para o seu repertório muitas das histórias que ouviu na infância e na adolescência em Buritís, cidade mineira próxima de Brasília.

Como experiências significativas são passíveis de serem recontadas Simone continua a contar histórias até hoje. Ela tem uma personagem, que é a “vovó Sisi”, que encanta as pessoas que a veem nas feiras do livro de Brasília e na abertura de vários projetos literários organizados pelas escolas, nos quais é convidada a participar. A “Vovó” traz um repertório de contos populares de autoria coletiva, sendo a representação da tradição, da sabedoria, guardada na memória dos idosos. Pode-se dizer, assim, que Simone representa esta mescla entre o contador de histórias tradicional e o moderno. Segundo ela:

O contador de histórias cria seu repertório com as histórias que ouvia e lia quando criança e que ficaram registradas em sua memória e com as histórias que leu ou ouviu quando adulto e que, de uma forma ou de outra, ficaram também registradas na memória porque encantou, fez arrepiar, te levou para outros mundos, [...]. Mas o contador de histórias também amplia seu repertório devido a um motivo inicialmente desconfortável: Encomendas! Contar histórias sob “encomenda”, ou seja, com determinada temática muitas vezes nos tira de uma zona de conforto, onde nos viramos muito bem com nosso repertório escolhido por afinidade e nos coloca no garimpo de novas histórias e formas de contá-las. Em várias ocasiões a temática imposta foi “histórias de Brasília”. E que bom que me impuseram essa condição, pois pude garimpar ricas histórias. Entre elas “A Mãe do Ouro”, uma história tradicional contada com Lucília Garcês, que já contei várias vezes; e também a coleção “Contos, Lendas e Estórias” de Helena Maria Ribeiro, uma coleção preciosa que revela a existência de habitantes neste território bem antes da transferência da Capital Federal. A Miriam, minha companheira de trabalho, gosta muito de contar a lenda do Lago Paranoá. Adoramos também a Lenda da origem do nome da cidade do Paranoá, a lenda do Paranauá, a dos Índios Quirixá, que dizem ser os antigos habitantes de Planaltina, entre tantas outras. Contamos também do João Bosco Bezerra Bonfin, a história do Vaqueiro Voador que fala dos candangos na época da construção (Entrevista realizada em 2010, por Pedro Vilanova dos Reis).

É certo que o que está escrito hoje esteve na oralidade ontem. Os contadores de histórias contam também as histórias do período anterior ao da construção da cidade, ressuscitam a memória de um passado escravocrata e indígena. Percebe-se que as histórias analisadas no segundo capítulo fazem parte de seus repertórios.

Ao contador de histórias moderno, além das histórias que guarda na memória e que fazem parte do repertório escolhido, quase sempre é imposta a busca por novas histórias. Muitas vezes, novas-velhas-histórias. O contador de histórias pesquisador, geralmente não tem medo do novo, da busca por encontrar a história certa, no momento certo, para o público certo. Simone fala de sua satisfação em realizar esta pesquisa com a arte de contar, e perceber quão amplo é o campo das histórias brasilienses, e diz que “Brasília é excepcional exatamente por sua diversidade cultural”. Brasília lida com a tradição e também com o que há de mais moderno.

Sendo Brasília esta mescla da tradição com a modernidade seus contadores de histórias não poderiam ser diferentes e no ato de contar histórias também refletem a dialética entre tradição e modernidade, já que pesquisam as histórias do lugar e buscam também nos livros as histórias que irão contar. Pois é exatamente o passado que permite circunscrever esta dialética entre tradição e modernidade, presentes tanto na oralidade, na arte de seus contadores de histórias, como também, naqueles que escrevem seus contos, ou seja, na escrita de seus escritores e historiadores.

Adriana de Oliveira Maciel nasceu em Brasília, mudou-se para Fortaleza aos 12 anos de idade, após 12 anos retornou e ficou num vai e volta durante algum tempo, até fixar moradia em Brasília. cursou Pedagogia na Universidade de Brasília e iniciou seu trabalho como professora da Secretaria de Estado de Educação, onde atua com o ensino especial. Já trabalhou em Biblioteca durante o período da “Escola Candanga” e sente saudade deste período, onde se descobriu contadora de histórias e não parou mais de contá-las. Fala da importância do curso que participou na Oficina Pedagógica de Brazlândia, o “Contando histórias, fazendo bonecos; contando histórias, fazendo livros”, em 1996, em umas das primeiras turmas de professores a serem formados em Brazlândia.

O curso do Livro Artesanal já havia acontecido em 1994 com turmas do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Durante este curso elaboramos um livro, com produção dos textos, produção do papel artesanal, impressão em serigrafia e encadernação tradicional. Uma tiragem de 50 livros. Foi bastante significativo para os professores a participação nesta experiência interdisciplinar de aprendizagem. Este curso aconteceu na Oficina Pedagógica de Brazlândia foi uma decorrência do curso “Faça o seu Papel”, um curso de produção de papel artesanal e artefatos de papel que se iniciou em 1991. Posso considerar que a produção de papel artesanal foi um propulsor para chegar ao curso de formação de contadores de histórias, o qual me impulsionou na busca pelo mestrado.

Adriana, em sua narrativa, fala sobre o período em que desenvolveu uma série de projetos na biblioteca e lembra com saudade do pai, um grande contador de histórias:

Era um contador de *causos* e, contava, contava, tinha fôlego demais. Ele teve uma vida difícil no começo depois uma vida cheia de dádivas. Era uma pessoa que estava sempre de bem com a vida, nunca vi meu pai mal humorado. Meu pai era de Pernambuco. As histórias que ele contava eram histórias verdadeiras, eram histórias que ele viveu. Aqui e ali tinha uma anedota que ele contava pra gente, mas a maioria das vezes eram histórias da vida mesmo, histórias que você acha que nunca poderia ter acontecido com uma pessoa, aconteciam com ele... [...] Ele tinha uma história que parece conto de fada, a mãe dele morreu muito cedo, o pai casou novamente, aí veio a madrasta com mais dois filhos... (Entrevista realizada em 2010, concedida a Érica Taiane Pedrosa Melo).

Em sua fala Adriana lembrou também o quanto o programa “Baú de Histórias”, da TV Cultura, estimulou o seu trabalho. Ela inicialmente montou o grupo “Era uma vez...” com duas colegas também professoras e depois de dois anos mudaram de Regional de Ensino e o grupo se desfez. Ela então montou o grupo Matrakaberta junto com o Marcelo, seu marido, e continuou a contar histórias em várias escolas, festas de aniversário, livrarias e *shoppings*. Em suas lembranças ela narra o dia em que estava contando histórias na feira do Livro de Brasília e quando acabou uma senhora de cabelos brancos veio lhe dar um abraço e falou assim “muito obrigada, você me lembrou tanto como eu era criança...” e Adriana se emocionou e depois falou:

Hoje, infelizmente ou felizmente, a gente tem que se adequar ao tempo, a gente precisa de microfone, precisa usar som, precisa, às vezes, usar um boneco, uma coisa a mais que aquele contador tradicional não usava, ele usava só a voz e as mãos – que era maravilhoso e prendia a atenção de todo mundo. Mas hoje a gente tá em um mundo moderno onde a criança tem contato com o cinema 3D, a criança tem contato com o computador, com tanta coisa virtual que eu não posso ficar só na voz. Eu conto mais ou menos três histórias, em 40 minutos aproximadamente, que é um bom tempo para as crianças prestarem atenção. Nessas histórias eu gosto de manter uma só na voz, pra manter essa tradição e nas outras duas eu uso um boneco, um adereço, alguma coisa que lembre a história que vai ser contada. Às vezes uso um varal, alguma coisa para chamar a atenção (Entrevista realizada em 2010, concedida a Érica Taiane Pedrosa Melo).

Adriana conta histórias que encontra nos livros e outras que ouviu contar por algum contador de histórias, que são as de domínio público, que nunca encontrou escrita e que conta porque gostou de ter ouvido. Adriana, que seria uma contadora tipicamente moderna, traz os traços da tradição na lembrança do pai, que contava as histórias em Fortaleza. A narradora tem sua predileção por histórias populares, acumulativas, que gosta de contar e principalmente porque ouviu contar na infância, pois as histórias existem para serem contadas, para serem ouvidas e para conservarem na memória as histórias da humanidade. Essa é a grande possibilidade das histórias, serem ouvidas e recontadas.

A professora Cília é outra professora da Secretaria de Educação já há dezenove anos e trabalha com os anos iniciais e sabe da importância de contar histórias. Desenvolve esta prática desde que iniciou seu trabalho como professora. Ouvia muitas histórias em sua infância, contadas pelo pai e avós, tanto maternos quanto paternos. Quando se tornou adulta e professora começou a contar histórias para seus alunos. Percebeu que poderia contar as histórias que ouviu na infância e outras que foi encontrando nos livros de um jeito diferente, buscando chamar a atenção dos seus alunos.

Começou a contar histórias também nos aniversários dos sobrinhos e dos filhos de amigos. Passou a ouvir outras pessoas que também contavam histórias e foi trocando experiências, arrumou uma mala e passou a guardar objetos, coisas que poderiam tornar-se úteis, na hora de contar as histórias. Depois que já tinha esta prática resolveu fazer um curso na própria Secretaria de Estado de Educação, e descobriu que na verdade a gente aprende é contando e descobrindo o jeito da gente contar, procurando histórias, pesquisando, experimentando e exercitando:

Fui percebendo que o jeito de contar histórias depende do jeito de ser de cada pessoa, pra contar uma história você tem que se apaixonar pelo conto, tem que gostar do conto que lê. Quando você vai lendo o próprio conto vai te chamando, vai delineando um personagem, o que você pode usar como instrumento. Vamos dizer assim, um lenço pode virar um pássaro, o próprio conto que eu vou contando vai me chamando... Há uns quatro anos atrás uma pessoa me chamou pra trabalhar no Instituto de Psicologia, oferecendo curso de contador de história, então eu fui. Fiquei um ano em parceria com uma colega, a gente dava o curso para as pessoas e no final do curso cada pessoa tinha que eleger um conto e contar para os colegas. Podiam escolher indumentárias e escolher o que quisesse. Depois eu entrei para o Mestrado na UnB e dei uma parada. Já contei na livraria Fnac, na Livraria Cultura, no Pátio Brasil, entre outros. Não é uma profissão para mim, é mais um *hobby*, é mais uma questão que me dá prazer (Entrevista realizada em 2010 por Adriana de Araujo Pinheiro).

A professora Cília mostra que é uma contadora de histórias experiente, que desenvolve este trabalho já há 19 anos, que também ministra cursos e que já se apresentou nas livrarias de referência da cidade. Não sente esta atividade como profissão e a desenvolve pelo prazer propiciado por esta prática. Revela que utiliza recursos para contar estas histórias e que procura desenvolvê-las de modo a despertar a atenção de seus ouvintes:

Eu gosto muito de contos populares brasileiros. A gente tem muitos contos interessantes, por exemplo: Luiz da Câmara Cascudo traz vários contos populares, então eu gosto de buscar esses contos, mesmo porque as crianças estão mais acostumadas com os contos de fada, de Cinderela, Chapeuzinho Vermelho, Branca de Neve. Eu conto estes também, mas eu busco resgatar um pouco o conto popular brasileiro, porque tem mais haver com o nosso povo, com a nossa cultura, nossa identidade, e pra criança ficar conhecendo também. Tem mitos contos populares que se assemelham com os dos irmãos Grimm, então assim acaba que eu vou misturando. Uma criança grita: conta Chapeuzinho Vermelho! Aí eu vou e acabo contando também. Eu vou construindo assim..., o cenário é uma mala, dentro da mala vão saindo coisas; pode sair uma meia que eu coloco no braço e vira lagarta, pode ser um lenço que vira um pássaro que depois vira outro personagem, que vira a vovó aranha. Enfim, você vai criando oportunidades para várias coisas, às vezes sucata que você vai encontrando e que pode virar personagem, [...]. Dentro da mala, além das coisas que eu uso vão livros também, onde as crianças podem pegar, podem ler; na sala de aula eles me pedem muito emprestado, eu faço o cadastro e anoto, empresto, levam para casa, então contar histórias instiga a criança a querer ler, saber mais (Entrevista realizada em 2010, por Adriana de Araujo Pinheiro).

Na atuação da professora Cília percebe-se também a mescla entre tradição e modernidade. Ela adora trabalhar com os contos populares, gosta de utilizar recursos e pode-se perceber sua predileção pela manipulação de objetos, que é uma arte não tão simples, pois exige habilidade por parte do manipulador. E a utilização de livros, que é comum entre os contadores de histórias modernos, que o fazem como estímulo à leitura, uma habilidade que, em termos de democratização do acesso no Brasil, é própria do século XX e continua a ser praticada no século XXI.

Breno, o mais novo dos contadores entrevistados, tem apenas 21 anos de idade e conta histórias desde os 10 anos. Iniciou sua formação com Therezamaria uma grande contadora de histórias, que desenvolve este trabalho no Distrito Federal há mais de 15 anos. Além de ministrar cursos em vários espaços da cidade, Therezamaria é a coordenadora do grupo “Vagalume”, no qual Breno e tantos outros adolescentes e crianças reúnem-se semanalmente, aos sábados, em Sobradinho, para ouvir e contar histórias, além de praticar as técnicas necessárias ao desenvolvimento desta arte.

O trabalho do grupo “Vagalume” é essencialmente de incentivo à leitura e não utiliza outro material que não seja a voz. É como se fosse um “livro vivo”, expressão utilizada pelo grupo, trazendo para a oralidade a palavra escrita. Eles não leem, apenas mostram o livro, no final, para saber de onde saiu a história ouvida. Inicialmente o grupo reunia-se em uma escola, depois mudaram-se para um espaço em um asilo em frente à rodoviária de Sobradinho, na quadra 14. Segundo Breno “os ensaios são abertos para quem quiser participar, é um trabalho voluntário.” O grupo participa de apresentações em escolas, hospitais e livrarias. Segundo Breno:

Cada contador de história tem um repertório próprio. Eu tenho as minhas histórias, a Flávia, que é outra contadora do grupo, tem outras histórias, as outras crianças têm outras diferentes. Ninguém conta história um do outro. Então, dependendo do público é lógico que a gente vai adaptar algumas histórias. [...] A professora Therezamaria diz que “cada um tem um ouvido atrás do ouvido”. Então aquela coisa que você não entendeu hoje, um dia vai entender. Então cada um vai perceber de uma maneira. A professora Therezamaria conta uma história que é muito engraçada, na época ela ensaiava, ensaiava, ensaiava na frente da Flávia que era criança ainda, tinha uns oito ou nove anos de idade; ela falava assim: “Minha filha você está entendendo? Aí a Flávia respondia assim: Não, não tô entendendo, mas eu acho bonito”. (Risos) Então é assim, cada um entende da sua maneira. A gente não pode falar que a história é voltada para um público específico. [...] A gente não sabe se é a gente que escolhe a história ou se é a história que escolhe a gente. [...] As histórias que eu conto são histórias que eu me identifiquei com elas. A gente só conta histórias que a gente gosta de ler, a gente só conta o que a gente gosta de ouvir. É lógico que tem trabalhos assim, por exemplo, na Feira do Livro, muitas vezes a gente abre uma palestra fazendo homenagem ao autor, contando uma história do autor pra ele. Esse é um trabalho diferente. Mas na maioria das vezes a gente escolhe aquela história que a gente se identifica, aquela história que mexe com

agente, aquela história que envolve. Primeiro você tem que se sentir envolvido na história pra você poder passar essa emoção que a história tem (Entrevista realizada em julho de 2010, concedida a Pilar Jimenez Castro).

A fala de Breno revela seu envolvimento com as histórias e demonstra sua consciência a respeito da teoria da recepção, pois sabe que o ouvinte faz toda diferença neste processo e sabe que cada um absorve a história conforme sua bagagem individual. Sabe também que uma história contada torna-se experiência e que quanto mais se conta uma história mais ela faz parte de seu ser, a ponto de achar que a história lhe pertence. A narrativa, como ensina Benjamin (1994, p. 205), “que durante muito tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. [...] Ela mergulha a coisa na vida do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.”

A narrativa, sendo esta forma artesanal de comunicação, exige como todo artesanato, dedicação, pesquisa e estudo. Breno diz que todos os sábados são realizados vários exercícios de dicção, respiração, entonação entre outros. E alerta: “Tem que ter emoção, então você tem que saber passar isso. Então a gente faz todo esse trabalho antes, e depois começa o ensaio.” O narrador precisa dar vida ao que está contando, precisa acreditar no que diz, precisa ver as coisas que diz, para que o ouvinte também acredite e veja o que está sendo narrado:

Eu prefiro contar conto popular. Porque tem uma diferença entre o conto popular e o autoral. O conto autoral tem um dono, então quando a gente vai contar precisa manter cada palavra que está ali, a gente não pode suprimir nenhuma palavra do texto, a gente tem que contar tal qual está escrito ali no texto, porque ele tem um dono, tem uma autoria. Imagina contar uma Cecília Meireles e inventar no meio da poesia, não tem como. Agora o conto popular, não. O conto popular é aquela história que ninguém sabe quem é o dono, por exemplo, Chapeuzinho Vermelho. Existem várias adaptações, mas autor não. É uma história que vai sendo passada de geração em geração, eu gosto mais de história assim. Você pode criar, você pode inventar, pode colocar palavras, pode colocar uma música no meio da história. Particularmente gosto mais de contar conto popular porque a gente tem mais liberdade (entrevista realizada em julho de 2010 concedida a Pilar Jimenez Castro).

Apesar de Breno estar inserido em um grupo com características de contador moderno é possível perceber, por meio de sua fala, a predileção por contos populares e apesar também da pouca idade o narrador mostra a sua vocação para contar histórias da tradição. Começou a praticar a arte de contar desde muito jovem, assim como também fazem os contadores da tradição. E, profissionalmente, mostra-se um excelente contador de histórias e enfrenta o desafio, quando convidado a contar certas histórias, dedicando-se a elas, incorporando-as a sua vivência e narrando com tranquilidade e maestria.

É possível perceber nas sessões de histórias o quanto o ser humano sempre apreciou e continua a apreciar uma narrativa bem conduzida. Uma história vem do passado distante e pode ser rerepresentada pelo “fio de Ariádne”²⁸, que permitiu que estas não se perdessem no labirinto do tempo. De voz em voz, de corpo em corpo, elas foram lançadas e continuam presentes, encantando inúmeros ouvintes que se deixam seduzir pela palavra dita e se aproximam no espaço onde são narradas, possibilitando assim o “reencatamento do mundo”, contrapondo-o ao universo individualista, frio e fragmentado da contemporaneidade.

Segundo Beatriz Sarlo, “a fragmentação é o efeito batizado de ‘pós-moderno’”. Sarlo cita o sociólogo francês Michel Maffesoli, o qual sugere que:

A cena contemporânea deve ser pensada como um espaço onde perambulam tribos culturais, agrupamentos diferentes e instáveis em torno de interesses específicos (pela música, pelo esporte, pelas roupas, pela droga, pela sexualidade, pelo bairro, pela faixa etária). Não há povo, diz Maffesoli, e sim grupos que, como um caleidoscópio, assumem formas distintas que duram o que dura o ato que os convoca: os cristais, antes estáveis, do povo, se reordenam formando figuras intensas, porém efêmeras (SARLO, 2005, p. 19).

Paralelamente aos grupos de contadores de histórias entrevistados nesta pesquisa, existem vários outros grupos e contadores de histórias que atuam em ambiente informal e são reconhecidos entre amigos e familiares, que sempre pedem que “lhes conte outra.” Hoje existem muitos contadores de histórias tradicionais que vivem no meio da cidade, dos grupos, dos assentamentos, inclusive, muitos que ainda contam a história do surgimento de Brasília e quase sempre trazem um repertório de histórias aprendidas na infância em seus locais de procedência.

Em um trabalho de história oral, com recolha de contos é importante que se leve em consideração o local do nascimento do narrador, a cidade onde passou sua infância, a cidade em que maior número de anos residiu, onde e quando ouviu e registrou na memória os contos que transmitiu. Não existe história privada de determinada região, as histórias andam na voz das pessoas que as ouviram, viajam e se transformam, tomam devagar outros ares, e continuam a ser contadas. Conforme expõe Cascudo:

Os motivos dos contos tradicionais são cinco, oito, dez mil, para todo o Mundo. As centenas de milhares que conhecemos e sabemos existir são combinações indefinidas desses motivos essenciais, ambientes, pormenores típicos, situações psicológicas. Os contos variam infinitamente, mas os fios são os mesmos. A ciência popular vai dispor-os diferentemente. E são incontáveis e com a ilusão da

²⁸Alusão à lenda cretense do Minotauro, onde Teseu estendia um fio que lhe havia sido dado por Ariádne, para não se perder no labirinto (nota da pesquisadora).

originalidade. [...] O conto tanto mais tradicional, conhecido e querido numa região, mais universal nos seus elementos constitutivos. Um tema restritamente local não se divulga nem interessa (CASCUDO, 1999, p. 20-21).

Os contos contados pelos contadores modernos partem da mesma base, do mesmo “mar das histórias”, da fonte inesgotável do saber universal. Só que a literatura moderna pressupõe a existência do autor, do direito autoral. O objeto *livro* é um objeto vendido e comprado, consumido por um número cada vez maior de leitores. As pesquisas atuais mostram que o número de livros impressos é muito maior do que o número de leitores. E esta é uma grande preocupação das entidades que cuidam da produção e circulação das obras impressas. Os programas atuais de fomento à leitura e ao livro no Brasil, como o “Instituto Pró-livro²⁹”, lançaram recentemente uma pesquisa quantitativa da leitura, cujos resultados, podem ser verificados no livro *Retratos da leitura no Brasil*, organizado por Galeno Amorim (2008).

No Distrito Federal tenta-se implantar durante o governo Agnelo Queiroz o Plano Distrital do Livro e da Leitura (PDLL), aprovado em 2011, baseado no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Essas ações decorrem de uma visão política que considera dois grandes eixos: de uma parte, o acesso ao livro e de outra, a formação de leitores. O Secretário de Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, pretendem implantar o PDLL, convertendo Brasília na capital do Livro e da Leitura.

Estes programas sabem da importância do contador de histórias e dos mediadores de leitura para atingir um público maior e para formar cada vez mais leitores. No entanto, esquecem, em minha opinião, da importância da oralidade. Pressupõem a oralidade a partir do livro e de certa forma não valorizam a oralidade como fonte de tudo o que está escrito. Como ensina Ong (2011), não existe escrita sem oralidade, mas continua a existir oralidade sem escrita. Confirmando esta premissa, Cascudo (1999) diz que são as águas paralelas da memória a existir como “cachoeira rumorosa esquecida na meio do mato”. Há que se valorizar a oralidade e a cultura popular, a sabedoria rumorosa esquecida.

Iêda Muniz, do grupo “Trá-lá-lá”; Antônio Carlos Muniz, do grupo “Viva e deixe viver”; Ana Paula e Tino Freitas, do grupo “Roedores de Livros”, sempre utilizam o livro, mesmo que não estejam lendo, pois acreditam que este ato pode favorecer a apreensão da

²⁹O Instituto Pró-Livro é uma organização social civil de interesse público – uma Oscip – criada por três das principais entidades do livro no Brasil: Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snet) e Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros).

leitura por parte de seus ouvintes. Esta é uma das principais premissas, impostas, de certa forma, aos contadores de histórias modernos. A idéia de formar leitores esta no cerne de sua atuação. E esta idéia não é tão recente, pois já nos anos de 1950, programas norte-americanos já estavam preocupados em formar leitores e iniciavam programas de fomento à leitura e cursos de formação de contadores de histórias nas bibliotecas.

Também no Brasil, Malba Tahan, na mesma década de 1950, desenvolve esta experiência com professores e bibliotecários em várias universidades e escolas das principais cidades brasileiras, entre elas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Goiânia. Talvez esta semente tenha sido responsável pelo trabalho de excelência nesta área, que vem sendo desenvolvido nestes locais. O curso, para minha surpresa, chamava-se: “A Arte de contar histórias”.

Quarenta anos depois, intuitivamente, eu e outros professores estávamos desenvolvendo este trabalho com os professores da Secretaria de Estado de Educação, com um curso de 180 horas, que igualmente se chamava “A arte de contar histórias”. Malba Tahan teve em seu livro *A arte de ler e de contar histórias*, publicado em 1957, a participação de mais de duzentos professores. No curso ministrado pelas oficinas Pedagógicas da SEEDF, do ano 2000 até 2008, passaram mais de 2500 professores, que estão atuando na rede de ensino público e com toda certeza fazendo a diferença em sua prática.

As Professoras Cília, Simone e Breno, não leem durante a narração das histórias, mostram o livro ao final, para mostrar de onde saíram às histórias. Esta talvez seja a principal diferença entre contadores modernos e mediadores. Os primeiros não leem, mas dizem um texto escrito, os segundos leem, para mostrar que o texto está ali no livro. Eu particularmente não vejo muita diferença na atuação, pois ambos escolhem o repertório das histórias que vão contar, fazem-no por prazer e por gostarem do texto que vão contar, envolvem-se emocionalmente com estes e o tomam para si, vivenciando-o, preparando-se para fazê-lo. E o fazem buscando tocar a emoção do ouvinte.

A maioria dos entrevistados percebe-se como contadores de histórias e afirmam serem reconhecidos pela comunidade como tal. Apenas o Sr Filomeno e o Sr Nonato não se percebem como contadores de histórias, mas são, igualmente, reconhecidos entre amigos e familiares, como tal.

Seu Filomeno, após ter narrado a história para o Francisco, durante a entrevista, comentou:

Eu não me sinto um contador de histórias, mas me aprazera contar esta história pra você, senti um prazer muito grande diante do seu interesse. Sinto emoções, saudades das pessoas que contavam estas histórias, meu avô e a Mangina. Sinto saudade disso, mas saudade é recordar de um passado feliz. Me senti muito bem contando esta história para você, mas não sou profissional. Às vezes até com preguiça conto histórias para neto... Uma infância querida, bons tempos... (silêncio) (Entrevista cedida a Francisco Carlos Costa Filho em 13/08/2010).

A fala do Seu Filó é carregada de emoção e de saudades, confessando sentir prazer em contar a história ao entrevistador, pois isto lhe permitiu recordar-se de um passado feliz. A história contada se faz desta interação entre quem conta e quem ouve. Repetindo palavras de Calvino (1990, p. 123) “quem comanda a narração não é a voz, é o ouvido.”

A memória, sempre presente na voz de quem lembra e que também esquece, faz opções, narra algumas passagens, oculta outras, nem sempre selecionadas para serem lembradas:

Nossa linguagem é um processo vivo, ligado à natureza; de um mar de sons vagos emergiram recortes de frases e palavras como ilhas flutuantes. Eis como Saussure explica a origem da língua. Antes de se articularem as palavras, havia um mar indefinido de ritmos, massa sonora carregada de afetividade (BOSI, 2003, p. 203).

A autora nos conduz ao “mar das histórias”, à massa sonora viva e rumorosa que deu origem à linguagem, da qual só bem mais tarde surgiu a escrita.

“Mitografia ou novelística é uma nova e importante ciência, que tem por objeto o estudo de todas as questões que se ligam com a origem, com a essência e com a transmissão dos contos populares” (PEDROSO, 2001, p. 12). Esta ciência tem autonomia própria é elemento importante para a compreensão da história da cultura. Concordo com a abordagem de Consiglieri Pedroso, quando este diz que:

Longe vai o tempo em que a história apenas considerava digno do seu objeto o estudo das instituições políticas ou dos acontecimentos militares de um povo. Hoje o verdadeiro historiador deve, acima de tudo, procurar compreender a evolução do espírito humano (PEDROSO, 2001, p.12).

Pedroso (2001) diz que o estudo dos contos populares ajudou na construção da verdadeira história de Portugal. E afirma que todos os contos que figuram no livro *Contos Populares Portugueses*, foram recolhidos da tradição oral, de modo que sua genuinidade é de todo o ponto irrefutável. As pessoas que foram ouvidas não eram contadoras de profissão, eram pessoas vindas da tradição, algumas inclusive analfabetas, que ouviram as histórias ainda na infância de outras também analfabetas.

Este pesquisador ouviu as vozes de seus contadores de histórias tradicionais e recolheu os contos que compõem a coletânea dos contos populares portugueses, verdadeiro tesouro que pretende ser conservado como monumento. Ele fala dos contadores de profissão, apesar de não ter lhes dado ouvido em sua pesquisa:

O caráter e a educação da pessoa que conta influi muito na fisionomia geral da narração. Os contadores de profissão [...] de ordinário introduzem nas suas histórias uma feição mais significativa, dão-lhe relevo mais plástico e por vezes quase literário. Pelo contrário, a história, coligida aqui e acolá da boca do povo diretamente, é mais severa na sua contextura, embora não menos poética pela singeleza, e por vezes mais incongruente no suceder dos episódios, esquecendo não raro mencionar algum no lugar competente, como acontece a quem não está acostumado a contar ou antes a ditar para se escrever, voltando atrás a todo momento para relembrar algum pormenor olvidado (PEDROSO, 2001, p. 31).

Nesta pesquisa procuramos ouvir tanto contadores da tradição, como contadores modernos, pois ambos atuam neste espaço e neste tempo da contemporaneidade. Esta discussão sobre o contador de histórias tradicional e contador de histórias moderno não é nova, como pode ser observada na fala de Pedroso (2001), que optou, em sua pesquisa, por não dar voz aos contadores de histórias modernos.

A proveniência dos nossos contos é bastante variada e diversa, com a vantagem de não se encontrar entre as pessoas de quem os ouvimos uma única que seja contadora de profissão. [...] vantagem que não permitiu a introdução de um certo número de ampliações imaginativas, puramente individuais e por isso sem valor tradicional, mas que é impossível evitar toda a vez que a pessoa que conta, pela repetição habitual dos mesmos episódios, insensivelmente os vai dispendo e modificando a seu bel-prazer, apagando-lhes cada vez mais o cunho impessoal e anônimo para lhes dar caráter individual, realizando assim o que o prólogo português ensina, i. e., quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto (PEDROSO, 2001, p. 14).

Tanto o contador de histórias tradicional como o moderno contam e repetem suas histórias, além de ampliarem seu repertório no dia a dia, a partir das novas experiências e das histórias que vão ouvindo e vivendo, tanto as suas como as vividas por outras pessoas. Acho que é possível admitir que algumas pessoas tenham caído em um círculo capitalista e se deixam levar para uma narração fria, sem verdade, mas a grande maioria dos contadores que presenciei, o fazem com a mais verdadeira intenção, acreditam no que dizem e magicamente fazem com que o ouvinte veja e ouça os sons sugeridos pelas palavras. O importante é não deixar morrer a tradição. E, para isso, ela passa a ser ressignificada e atualizada. O importante é continuar a guardar a mensagem e enviá-la para o amanhã.

Pedroso (2001) expõe ainda que os narradores que participaram de sua pesquisa de recolha de contos tradicionais em sua maior parte eram mulheres que, segundo ele, conservam e transmitem mais pura e mais intacta a tradição:

E quase todos nem suspeitavam, sequer, que alguém pudesse seriamente interessar-se por tão fúteis bagatelas, não tendo jamais nenhum deles ditado conto algum ou mesmo simplesmente contado, a não ser para satisfazer a curiosidade infantil de um filho, neto ou irmãozinho. [...] O conto, tesouro tão genuinamente artístico da alma popular, que criou e o vestiu das ingênuas galas de sua espontânea linguagem. [...] colhidas da boca virgem do povo, e vem ainda impregnada do suave perfume da alma popular, não tendo tido tempo de perder por alterações eruditas a sua fragrância original. [...] em toda parte guarda ciosamente o tesouro das suas tradições. e, para que se revele sem pensamento reservado o que lhe pedem, é mister primeiro ganhar-lhe a confiança (PEDROSO, 2001, p. 12-15).

Essa confiança é encontrada no berço familiar, por meio da convivência. Cabe ao pesquisador criar este espaço de confiança, para que a fala seja espontânea e possa revelar a própria história do narrador. Eu percebo que os alunos da graduação, de certa forma, a partir dos depoimentos dos contadores de histórias, que tiveram suas falas gravadas e transcritas, conseguiram esta confiança de seus entrevistados.

Pedroso (2001, p. 32), concluindo o prólogo de seu livro *Contos Populares Portugueses*, diz que:

[...] restar-nos-ia examinar se os contos de que até agora nos temos ocupado são antigos na tradição de nosso povo, ou se, pelo contrário, são apenas o resultado de uma infiltração literária recente e por consequência sem valor algum tradicional e comparativo (PEDROSO, 2001, p. 32).

E reproduz a este respeito, as conclusões que Adolfo Coelho chegou, no prólogo que precede o volume de seus contos:

- 1ª Todos os contos portugueses provêm direta ou indiretamente da boca popular, quase todos foram aprendidos na infância pelas pessoas que os escreveram ou narraram, e em geral, como essas pessoas afirmaram, de outras de bastante idade.
- 2ª Nos antigos escritos portugueses, nos adágios, nos prolóquios da língua há alusões a esses contos, ou a contos do mesmo gênero.
- 3ª Alguns escritos portugueses apresentam versões literárias desses contos.
- 4ª A comprovação que nesses contos há particularidades antigas que faltam ou se acham alteradas nas versões literárias estrangeiras, que modernamente entre nós podiam ser conhecidas.
- 5ª Muitos desses contos não se acham em versões estrangeiras traduzidas ou conhecidas em Portugal. (COELHO, *apud* PEDROSO, 2001, p. 32-33).

O pesquisador espera que suas investigações possam contribuir para que se restitua à ciência mais um elemento de que ela carece. E também que possa ser considerado como monumento, “que encerra as mais cândidas e ingênuas criações da poética fantasia dos seus filhos” (PEDROSO, 2001, p.34). A partir das histórias apresentadas, novas pesquisas podem ser desenvolvidas. Quem conta um conto, acrescenta um ponto, talvez vários, pois podem ser novamente revisitados. Contar histórias é também uma forma de recontá-las e de recontar a História.

Os contadores de histórias de Brasília contam suas histórias, portanto as histórias do lugar, revelando muitas vezes fatos e episódios não contados pela historiografia, que oculta, por exemplo, um passado colonial exposto pelos contos. Brasília, por ser tão ricamente diversificada na origem de seus habitantes é igualmente favorecida na cultura oral.

Percebo, que muito dos contos da literatura recente provêm dos contos da tradição e passam a ser editados com ilustrações e diagramações próprias do objeto-livro moderno, um objeto que também é vendido isoladamente. Hoje existem excelentes ilustradores, artistas que também participam da narração da palavra escrita, pois a imagem também conta e não teria sentido, como já aconteceu, anteriormente, da imagem apenas “ilustrar” o que a palavra escrita dizia.

Hoje a ilustração tem um caráter diferente, também conta uma história na sua própria linguagem. E a palavra inscrita, escrita e ilustrada passa a ter vida própria guardada na obra impressa. Estes livros são objetos muitas vezes utilizados para contar as histórias. Alguns crescem de tamanho, outros são em forma de sanfona, alguns muito pequenos, outros bem grandes, enfim diferentes formatos, utilizados para as diferentes histórias.

O mundo contemporâneo é acelerado e nele as pessoas não têm tempo de parar para ouvir histórias, nem para perceber as mudanças que a natureza lhes impõe, que de certa forma, são percebidas mais facilmente por meio das telas da televisão ou do computador. As pessoas hoje quase vivem mais de forma virtual do que real.

Beatriz Sarlo fala de um tempo fluído, instantâneo, onde a aceleração afeta a duração das imagens e afeta também a memória e a lembrança. A escritora alerta para a questão do presente tornar-se matéria de memória, ameaçado pelo desgaste da aceleração:

A velocidade define o cenário cultural desde o final dos anos oitenta: *zapping*, clipe, videogames, processadores de dados, comunicação via fax, banco ou correio eletrônico, Internet. O sentido do tempo mudou. [...]. O instantâneo, o imediato, o encurtamento da espera. [...] hoje o tempo é mais fluído. A aceleração que afeta a duração das imagens e das coisas afeta também a memória e a lembrança. Nunca como hoje a memória foi um tema tão espetacularmente social. E não se trata apenas da memória dos crimes cometidos pela ditadura, situação na qual a lembrança social

preserva o desejo de justiça. Trata-se, também, da recuperação das memórias culturais, da construção de identidades perdidas ou imaginadas, da narração de versões e leituras do passado. O presente, ameaçado pelo desgaste da aceleração, converte-se, enquanto transcorre, em matéria de memória (SARLO, 2005, p. 93-96).

Sarlo (2005, p. 96) diz que há coincidências entre a aceleração do tempo e a vocação memorialista, pois a memória tenta compensar o vazio de passado produzido pela aceleração. Assim, o novo milênio contrapõe o tempo acelerado, que impede o transcorrer do presente e a memória, que procura dar-lhe solidez. Contudo, o presente devora-se e desaparece.

E a escritora alerta para o fato de que se as coisas estiverem seguindo este caminho, no início da década do novo milênio, e já estamos nele, “a memória estará correndo sobre uma esteira rolante.” Sarlo (2005) expressa as contradições do mundo contemporâneo com relação ao envelhecimento e à conservação, o poder aquisitivo e a pobreza em nossa sociedade capitalista:

Há algo que parece contraditório: trabalha-se para que as coisas e as imagens envelheçam e, ao mesmo tempo, para conservá-las como signos de identidade em um mundo unificado pela internet e pelos satélites, no qual, por sinistro paradoxo, os nacionalismos tornaram-se cada vez mais particularistas, as culturas definem cada vez com mais força aquilo que as diferencia, remetendo a passados tão construídos como as imagens do nosso presente. Ao mesmo tempo, e também muito perto de nós, vivem milhões de pessoas pobres, para as quais os computadores e o correio eletrônico são tão irrealistas como os cenários de um telefilme (SARLO, 2005, p. 96).

Trata-se quase de uma realidade virtual sobre este próprio mundo virtual. As pessoas não têm acesso a uma educação de qualidade em primeiro lugar, não têm acesso ao livro, e quando têm, não sendo um leitor pouco adianta. Novamente os programas de fomento ao livro investem na novidade e acreditam que um livro eletrônico o “e-livro” vai atrair um número maior de leitores, por se tratar de um novo suporte e por acreditarem no sucesso da novidade. Eu continuo a acreditar na magia da palavra falada e na importância da valorização da oralidade como forma de aproximação das pessoas com a obra impressa.

Conforme esclarece Ong:

A palavra falada se faz presente na escrita. O texto escrito tem que estar relacionado de alguma maneira, direta ou indiretamente com o mundo do som, ambiente natural da linguagem, para transmitir seus significados. Ler um texto, quer dizer convertê-lo em sons em voz alta ou na imaginação, sílaba por sílaba na leitura lenta, ou a grandes rasgos na rápida, acostuada nas culturas altamente tecnológicas. A escrita nunca pode prescindir à oralidade. A expressão oral é capaz de existir e quase sempre existe sem nenhuma escrita em absoluto; todavia nunca houve escrita sem oralidade (ONG, 2011, p. 18).

Ou seja, a escrita depende de um sistema anterior – a língua falada, pensamento com o qual corrobora também Cascudo (2006) quando diz que “paralelo a cultura erudita correm as águas paralelas da antiguidade”. Muitas vezes ela fica esquecida, as pessoas ficam absortas pela novidade, esquecem-se de que o “passado” está presente no “presente”. São a tradição e a modernidade convivendo, assim como também oralidade e escrita, o rural e o urbano, o litoral e o sertão.

E assim “o lugar de muita caça, muito ouro, muito peixe, muito onça e muito índio”, assume novas representações, que vão sendo ressignificadas com o passar do tempo. Hoje um enorme número de pessoas conta e ouve histórias no Distrito Federal. A narrativa de outras histórias e outras temporalidades pode ser ecoada na voz de seus contadores de histórias espalhados por todo o quadrilátero, pertencentes ou não a grupos de contadores.

Apresento em seguida um mapa produzido para abrigar resultados da pesquisa, quanto à localização dos contadores de histórias participantes, procurando percebê-los no espaço onde vivem e praticam a arte de contar histórias:



Figura 1: Localização dos contadores de histórias do Distrito Federal, participantes da pesquisa
 Fonte: BRASIL TURISMO, 2011 (modificado por Eliane Amorim)

LEGENDA:

Pertencentes a grupos:

1. Breno Arruda Vieira, **Grupo “Vagalume”** – Sobradinho
 (Espaço cedido pelo Asilo Vila I. Jorge, na quadra 14, em frente à Rodoviária).
2. Iêda Muniz de Almeida, **Grupo “Trá-lá-lá”** – Biblioteca da Presidência da República. Eixo Monumental (Projeto das Escolas Irmãs)
3. Tino Freitas e Ana Paula Bernardes, **Grupo “Roedores de Livros”** – Ceilândia
 (Shopping Popular da Ceilândia)
4. Simone Alves Carneiro, **Grupo “Tagarela’s”** – Taguatinga
5. Antônio Carlos Muniz, **Grupo “Viva e deixe Viver”** – Asa Sul
 (Hospital Regional da Asa Sul, HRAS)
6. Adriana Oliveira Maciel, grupo **“Matrakaberta”** – Taguatinga

Não pertencentes a grupos:

7. Nonato Pinheiro – Sítio Arniqueiras, Águas Claras
8. Filomeno Castro Gomes – Asa Sul
9. Maria Consuelo Santos Lima – Sobradinho (igreja)
10. Cília Cardoso – Asa Sul

Busquei mapear os contadores entrevistados, procurando mostrar que estas pessoas estão aí, com atuação individual ou em grupos, dedicando-se a contar histórias e encantar comunidades de ouvintes, sejam em hospitais, creches, escolas, igrejas, livrarias, teatros, festas ou feiras do livro, onde sua presença é certa.

Brenno Arruda Vieira, do grupo “Vagalume”, conta histórias desde os dez anos de idade. Hoje cursa Direito e pretende usar esta arte em seu ofício. O grupo é coordenado por Therezamaria, que tem um papel importante na história da arte de quem conta os contos, por ter sido uma das primeiras pessoas a divulgá-la no Distrito Federal e por continuar atuando junto com o grupo “Vagalume”, aos sábados, em Sobradinho, repassando esta arte por meio de cursos na Biblioteca Demonstrativa e contando histórias nas feiras do livro, e em outros projetos literários.

Simone Carneiro, do grupo “Tagarela’s”, que há mais de 15 anos desenvolve este ofício, em parceria com Miriam Rocha, apresentando-se em escolas, *shoppings*, teatros, livrarias, festas, feiras, e outros espaços culturais da cidade; envolvidas, ainda, com a formação de profissionais nesta área.

Tino Freitas e Ana Paula Bernardes, pertencentes ao grupo “Roedores de Livros”, despertam o gosto pela literatura por meio da mediação da leitura, oficinas e música ao vivo. Atuam desde 2006, desenvolvendo um trabalho de fomento à leitura, com crianças da Ceilândia. Em 2011 receberam um prêmio da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil (FNLIJ), pelo projeto desenvolvido.

“Viva e deixe Viver” é um grupo que atua em hospitais públicos, reunindo um número considerável de voluntários, os quais vêm aperfeiçoando-se e exercitando sua arte e solidariedade neste trabalho. Deste grupo foi entrevistado o Sr. Antonio Carlos Muniz.

O grupo “Trá-lá-lá”, da Presidência da República, é composto por servidores das mais diferentes áreas desse órgão, que atuam no projeto das Escolas Irmãs, promovendo a parceria entre escolas de níveis sociais e econômicos diferentes, promovendo a leitura e a montagem de bibliotecas nas escolas em que atuam, levando por meio da arte de contar histórias a possibilidade de acesso ao imaginário e o despertar para a leitura. Desse grupo entrevistamos a coordenadora da biblioteca e contadora de histórias Iêda Muniz.

Dona Consuelo, 75 anos, chegou a Brasília em 1960, conta histórias na igreja há mais de 30 anos, acredita na possibilidade das histórias e sente-se orgulhosa por desenvolver esta atividade voluntária desde 1978, após ter feito curso da Aliança Pró Evangelização da Criança (APEC).

O Sr. Nonato, 70 anos, não sabe quando começou a contar, mas conta histórias desde o seu nascimento. Não sabe direito se é contador de histórias, mas admite gostar de contar suas histórias e as histórias que aprendeu e ouviu desde sua infância, no interior do Ceará, na fazenda Carqueja dos Alves. Eram contadas por seu avô, mestre Firmino, exímio sapateiro e por Chico Mateus, o padeiro; ele também narra episódios que viveu durante o período que esteve no seminário e sobre a ditadura, que coincide com sua saída do seminário. Enfim, o Sr. Nonato tem muitas histórias para contar e acredita que sua experiência possa ajudar aos mais jovens.

O Sr. Filomeno, maranhense, 62 anos, mudou-se para Brasília quando tinha 19 anos. Ouviu muitas histórias em sua infância, contadas por seus avós e por uma negra livre que lhe cuidava, atribuindo a estes o seu interesse e seu aprendizado como contador de histórias. Admite que adora contar histórias para seus netos e para a família, durante festas informais.

Adriana de Oliveira Maciel, nasceu em Brasília, mudou-se para Fortaleza e retornou para Taguatinga. Constituiu com seu esposo o grupo “Matrakaberta”, conta histórias há 12 anos, apresenta-se em escolas, teatros, *shoppings*, festas e feiras do livro.

A professora Cília Cardoso já conta histórias há 17 anos, além de ministrar cursos e oficinas de formação nesta área e também participou do curso “A Arte de Contar Histórias”, em uma das Oficinas Pedagógicas da SEEDF e percebeu que contar histórias é uma arte que se aprende contando, que não tem uma receita, nem uma regra e sim uma oportunidade de descoberta pessoal.

3.2.1 Análise metodológica

Iniciei a análise das entrevistas após tematização e construção de um quadro com os dados obtidos. Dividi o grupo dos 11 entrevistados em contadores de histórias pertencentes a grupos e não pertencentes, com atuação individual. Dos entrevistados, sete pertencem a grupos de contadores de histórias e apenas quatro não, sendo que destes uma contadora diz em determinados momentos da entrevista que eventualmente também conta em parceria com uma colega.

O mapeamento mostrou que os contadores de histórias entrevistados vivem em várias cidades do Distrito Federal, vieram de vários locais e apenas dois dos entrevistados nasceram na região.

Quadro 1: Contadores de histórias não pertencentes a grupos

NOME/ IDADE PROCEDÊNCIA	OCUPAÇÃO/ ONDE MORA	O QUÊ CONTA?	TEMPO QUE CONTA/ PERIODICIDADE	LOCAL DE ATUAÇÃO	RECURSOS QUE UTILIZA	PERCEBE-SE COMO CONTADOR?	OUVIU HISTÓRIAS NA INFÂNCIA?	COMO APRENDEU A CONTAR HISTÓRIAS?	POR QUÊ CONTA HISTÓRIAS?
Nonato Pinheiro 70 anos/ Ceará (veio em 1967)	Funcionário público aposentado do INCRA/ Sítio em Arniqueiras, Águas Claras	Sua história de vida e a “História da águia”	Não sabe como começou a contar, mas conta a história desde o seu nascimento. Conta quando solicitado	Encontros familiares e quando existe uma comunidade de ouvintes	A voz	Não, mas admite gostar de narrar suas experiências	Sim, de seu avô, o sapateiro Mestre Firmino, e do Chico Matheus, o padeiro.	Aprendeu a contar ouvindo histórias na infância e no seminário	Sente necessidade de transmitir suas experiências e aconselhar pessoas mais jovens
Filomeno Castro Gomes 62 anos/ Maranhão (veio em 1967)	Eng. Mecânico, funcionário do GDF/ Asa Sul	“Maria de pau”, “Pele de asno”, “Sol, lua, luar” e etc.	Conta desde menino, década de 60. Conta quando solicitado	Encontros familiares e no site da família.	A voz	Não, mas admite gostar de contar	Sim, contadas pelos avós, e pela negra Mangina.	Ouvindo as histórias de seu povo narradas na fazenda	Porque gosta de contar e gosta de prepará-las
Maria Consuelo 82 anos São Paulo (veio em 60)	Do lar, voluntária/ Sobradinho	Histórias bíblicas, “Envia alguém para me contar”	Sempre contou histórias de modo informal. À 32 anos o faz semanalmente na igreja.	Igreja e locais onde existam grupos de crianças	Fantoches, livros, voz e flanelógrafo. Distribui as bolsas que faz.	Sim	Sim, de parentes, tios e avós	Curso APEC (Aliança pró-evangelização da criança) em 1978	Por sentir que possui um chamado especial
Cília Cardoso 47 anos/ Monte Carmelo –MG (Veio em 74)	Professora SEEDF/ Asa Sul	Contos populares, contos de fada, “Como o sol passou a brilhar no mundo”.	Sempre contou histórias para seus filhos e sobrinhos. Há 17 anos, semanalmente na escola.	Escolas livrarias e aniversários dos sobrinhos. Oferece curso no instituto de psicologia.	Mala com objetos, livros, fantoches, panos, gestos e voz.	Sim, admite ter construído esta identidade.	Sim, contadas por seus avós e por seu pai.	Ouvindo a experiência dos avós e do pai e mais tarde aperfeiçoando esta arte em cursos.	Lembrança dos afetos despertados pela figura paterna, amor pela arte de narrar.

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Quadro 2: Contadores de histórias pertencentes a grupos

NOME/ IDADE/ PROCEDÊNCIA	OCUPAÇÃO/ ONDEMORA/ GRUPO	O QUÊ CONTA?	TEMPO QUE CONTA/ PERIODICIDADE	LOCAL DE ATUAÇÃO	RECURSOS QUE UTILIZA	PERCEBE-SE COMO CONTADOR?	OUVIU HISTÓRIAS NA INFÂNCIA?	COMO APRENDEU A CONTAR HISTÓRIAS?	POR QUE CONTA HISTÓRIAS?
Antônio Carlos Muniz 48 anos/ Rio de Janeiro (veio em 1965)	Bancário/ Guará/ Grupo “Viva e Deixe Viver”	Livros de seu acervo pessoal, “Até as princesas soltam pum”	Há três anos Toda 4ª à noite	HRAS (Hospital Regional da Asa Sul) e alguns orfanatos	Livros, voz e gestos	Sim, além de ser formado em Ciências Contábeis	Pouco e também lamenta ter contado pouco para seus filhos	Fazendo o curso do “Viva e Deixe Viver”	Procurava um trabalho voluntário e encontrou este.
Adriana de Oliveira Maciel 37 anos/ Nasceu em Brasília	Professora da SEEDF/ Taguatinga/ Grupo “Matrakaberta”	“Tico-tico”, “A bruxa do avental”, “Menina bonita”, “O gigante egoísta”	Formalmente há 12 anos, Semanalmente na escola, e finais de semana no <i>Shopping</i> .	Escolas, bibliotecas, livrarias e <i>Shoppings</i> e feiras do livro.	Fantoches, avental, objetos, livros, voz e gestos. Música ao vivo.	Sim e sonha em só contar histórias	Sim, contadas pelo pai, grande contador de fatos de sua vida.	No curso “Contando histórias fazendo bonecos”, na OP Braz, em 98	Acredita que aí está a “sua cura”. ³⁰ Adora contar, como o pai.
Ana Paula Bernardes 40 anos/ Goiânia (veio em 1978)	Professora de Artes da SEEDF Guará/ Grupo “Roedores de Livros”	“Maria vai com as outras” e outras da literatura infantil	Há 10 anos. Semanalmente Sábado pela manhã.	Sede dos “Roedores de Livros”, na Ceilândia	Livro, voz	Não, percebe-se como mediadora de leitura	O pai contava poucas histórias. Lia muito.	A partir do curso “A arte de Contar Histórias” em 2000 ³¹	Gosta de estar entre as crianças. Sente paixão pelo que faz.
Breno Arruda Vieira 21 anos/ Sobradinho -DF	Estudante de Direito/ Sobradinho/ Grupo “Vagalume”	Contos populares e também autorais.	Conta há 11 anos/ semanalmente	Escolas, feiras do livro e sede do “Vagalume”	Voz, corpo e mostra o livro no final	Sim	Muito pouco, contadas pela professora.	Participando do grupo Vagalume desde 1999, com 10 anos	Gosta, sente prazer e satisfação.
Iêda Muniz de Almeida 56 anos/ Macaé - RJ (veio em 1961)	Bibliotecária/ Lago Sul/ Grupo “Trá-lá-lá” da Presidência da República	Histórias da literatura infantil.	Desde 2007, com o projeto Trá-lá-lá. A cada 15 dias.	“Escolas Irmãs”	Livro e voz	Sim	Em casa, só pela TV, programa “histórias Bendix”.	Fazendo cursos e vendo outras pessoas contarem.	Acredita que a leitura o sonho e a fantasia formam cidadãos.

³⁰ Adriana tem fibromialgia, uma doença que não tem cura, mas que ela percebe e os psicólogos dizem que é uma doença psicossomática, desenvolvida quando a pessoa não está bem e aconselham Adriana a continuar contando histórias, que é o que ela mais gosta de fazer. Seu corpo muda, sua postura é outra quando está narrando.

³¹ Curso de Formação de Formadores, ministrado por Aldanei Menegaz de Andrade e Neuza Peres, aos professores das Oficinas Pedagógicas da SEEDF em parceria com a EAPE, em 2000. A partir de então o curso passou a ser ministrado pelas Oficinas Pedagógicas, com encontros gerais no Plano Piloto e coordenações coletivas.

NOME/IDADE/ PROCEDÊNCIA	OCUPAÇÃO/ ONDEMORA/ GRUPO	O QUÊ CONTA?	TEMPO QUE CONTA/ PERIODICIDADE	LOCAL DE ATUAÇÃO	RECURSOS QUE UTILIZA	PERCEBE-SE COMO CONTADOR?	OUVIU HISTÓRIAS NA INFÂNCIA?	COMO APRENDEU A CONTAR HISTÓRIAS?	POR QUE CONTA HISTÓRIAS?
Simone Alves Carneiro 39 anos/ Buritis – MG (veio em 1990)	Professora da SEEDF/ Taguatinga/ Grupo “Tagarela´s” Compartilhado com Míriam Rocha.	Contos populares, de fada, “causos” e outros da literatura	Há 20 anos. Semanalmente e sempre que solicitada a contar em outros espaços.	Escolas, teatros, feiras do livro e shoppings.	Livros, voz, painéis, indumentária, Avental e outros objetos.	Sim	Sim, seu pai era excelente contador de histórias, além do seu pessoal que vivia contando “causos”.	Com o pai, com sua experiência de professora e com os cursos dos quais participou.	Sente necessidade emocional de contar histórias.
Tino Freitas/ 39 anos/ Ceará (veio em 2002)	Jornalista, músico e escritor/ Guará/ Grupo “Roedores de Livros”	Histórias da literatura Infanto-juvenil escolhidas “à dedo”.	Há cinco anos. Semanalmente. Aos sábados pela manhã.	Sede dos “Roedores de Livros” na Ceilândia e livrarias, feiras e <i>Shoppings</i>	Voz, violão, Livros e humor	Sim, como mediador e como músico cantador das histórias que compõe.	A mãe lia algumas histórias. Começou a ler muito cedo.	A partir da experiência com os “Roedores de Livros”.	Porque gosta de contar e sente que pode passar algo de interessante.

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Na pesquisa deparei-me com pessoas de idade entre 21 e 82 anos, com um grande repertório de histórias para contar. Cinco delas vieram para Brasília na década de 1960, duas na década de 1970, uma na de 1990 e o mais recente veio em 2002. Duas delas nasceram em Brasília, a professora Adriana e o Breno. Isso mostra que não só a capital migrou, mas também seus contadores de histórias, que vieram trazendo suas histórias, lembranças e esquecimentos.

Quanto à procedência, vale salientar que três vieram da região Nordeste, o Sr. Nonato e o Sr. Tino Freitas (o mais recente a chegar) vieram do Ceará e o Sr. Filomeno veio do Maranhão. De Minas Gerais vieram duas contadoras, as professoras Cília e Simone; de Goiânia veio a também professora Ana Paula e do Rio de Janeiro vieram o Sr. Antonio e a Sra. Iêda. De São Paulo, veio Dona Maria Consuelo.

Quanto ao local de atuação dos contadores de histórias, o Sr. Antônio Muniz conta em hospitais e abrigos, aprendeu a contar com o grupo “Viva e Deixe Viver”. A Dona Maria Consuelo conta em igrejas e em locais onde existam grupos de crianças. O Sr. Nonato e o Sr. Filomeno contam em encontros familiares e informais. As professoras Cília, Simone, Adriana, Ana Paula e o músico, escritor e contador de histórias Tino Freitas, contam em escolas, feiras do livro, teatros, *shoppings* e outros espaços culturais. A Ana Paula gosta mesmo é de contar na sede dos “Roedores de Livros.” A Iêda Muniz, bibliotecária, participante do grupo “Trá-lá-lá”, admite contar exclusivamente nas “Escolas Irmãs”, participantes do projeto que coordena na biblioteca da Presidência da República.

Dos 11 contadores de histórias entrevistados, quatro não pertencem a grupos. São eles o Sr. Nonato, 60 anos, morador de Arniquireiras, Águas Claras; Sr. Filomeno, 62 anos, morador da Asa Sul; Dona Maria Consuelo, 82 anos, moradora de Sobradinho; e a professora Cília, 47 anos, também moradora da Asa Sul. Podemos classificar, desta forma, este grupo como mais próximo da tipologia de contadores de histórias tradicionais

Foram entrevistados sete integrantes de grupos que se reconhecem como contadores de histórias e que as contam em feiras do livro, hospitais, igrejas, escolas e às vezes teatros, com espetáculos de apresentação de histórias. Pertencem aos grupos “Roedores de Livros”, “Viva e deixe Viver”, “Matrakaberta”, “Tagarela’s”, “Trá-lá-lá” e “Vagalume”. Estes contadores estariam então mais próximos da tipologia dos contadores de histórias modernos.

Sem querer reforçar dicotomizações, as contradições existentes entre contador de histórias tradicional e moderno não são decisivas, pois é possível perceber hoje nos contadores de histórias modernos que estes buscam referenciais no contador de histórias tradicional. Pesquisam também as histórias tradicionais, encontradas quase sempre em livros,

trazendo-as para o tempo presente, procurando ressignificá-las, apresentá-las em outros espaços e em outras temporalidades, trazendo-as para uma realidade diferente, além de pesquisar também as histórias modernas, encontradas na vasta literatura infanto-juvenil. Em geral o contador de histórias escolhe o seu repertório a partir das histórias que tenham tocado sua emoção, que goste dela, e que mesmo escrita, esteja mais próxima da oralidade.

Alguns contadores de histórias preferem não utilizar recursos durante a sua apresentação, preferem utilizar apenas a voz; outros utilizam fantoches, livros, flanelógrafos, aventais, malas com objetos e painéis entre outros recursos, de acordo com a história.

Ao serem indagados sobre perceberem-se como contadores de histórias ou não, oito deles disseram que sim e apenas três não se consideraram contadores, mas admitem gostar de contar histórias e são percebidos como tal. O Sr. Nonato e o Sr. Filomeno, mais próximos da tipologia dos contadores tradicionais, não se percebem como contadores. A Ana Paula também não e percebe-se como mediadora de leitura, apontando diferenças entre o contador de histórias, que em sua concepção não lê as histórias enquanto conta e o mediador de leitura que sempre utiliza o livro para compartilhar as histórias selecionadas para serem contadas. Ambos preparam as histórias que irão contar.

O Sr. Nonato nasceu no Ceará e ouviu muitas histórias em sua infância contadas por seu avô, pelo sapateiro Mestre Firmino e pelo padeiro Matheus, que todos os dias chegava na fazenda, ao final da tarde, com pão e novidades para contar. Mais tarde, no seminário onde esteve até os dezoito anos, também ouviu muitas histórias contadas por colegas e pelo professor de literatura. O Sr. Filomeno nasceu no Maranhão e também ouviu muitas histórias contadas pelos avós e pela negra Mangina, que recorda com saudades. Até hoje conta as histórias que ouviu e não gosta de utilizar nenhum recurso, apenas a voz e gosta de contar de memória.

Dona Maria Consuelo nasceu em São Paulo e também fala das histórias que ouviu contadas pelos parentes, tios e avós. A professora Cília nasceu em Monte Carmelo, Minas Gerais e também ouviu muitas histórias contadas pelos avós e por seu pai, com os quais aprendeu a contar as histórias que ainda conta e mais tarde foi aperfeiçoando esta prática em cursos. A professora Adriana também ouviu muitas histórias contadas pelo pai e foi aperfeiçoando esta arte no curso que fez na oficina pedagógica de Brazlândia, entre outros.

A professora Simone Alves nasceu em Buritis, Minas Gerais e ouviu muitas histórias contadas pelo pai durante a infância, momento em que se descobriu como contadora de histórias e não parou mais de contá-las, passando a desenvolver profissionalmente esta arte depois que veio para Brasília e passou a exercer sua profissão de professora. O escritor,

músico e contador de histórias Tino Freitas, ouviu poucas histórias lidas pela mãe e diz que começou a ler muito cedo e que sempre gostou de literatura. Passou a exercer a função de contador de histórias quando surgiu o grupo “Roedores de Livros”. A bibliotecária Iêda Muniz conta que ouviu muitas histórias contadas pela televisão, no programa “Histórias Bendix” e justifica a ausência da mãe, que trabalhava fora e tinha pouco tempo.

Breno nasceu em Sobradinho e ouviu histórias contadas pela professora na escola e a partir dos 10 anos de idade pela contadora de histórias Therezamaria, quando ingressou no grupo “Vagalume”, do qual participa até hoje. A mediadora de leitura Ana Paula Bernardes nasceu em Goiânia e diz que ouviu poucas histórias contadas pelo pai e afirma que sempre gostou muito de ler e que os livros lhe contaram muitas histórias. O contador Antônio Carlos Muniz nasceu no Rio de Janeiro, filho de funcionários públicos, ouviu poucas histórias na infância e também lamenta ter contado poucas histórias para os filhos. Adora contar histórias, depois de ter sido despertado pelo curso do “Viva e Deixe Viver”. Espera contar muitas histórias para os netos.

Os motivos que levaram estas pessoas a contar histórias foram variados. O Sr. Nonato respondeu que sente necessidade de transmitir as suas experiências e aconselhar os mais jovens; o Sr. Filomeno diz que gosta de contar e de preparar as histórias que conta; Dona Maria Consuelo diz que possui um chamado especial e que esta é sua missão; a professora Cília diz que contar histórias traz lembranças dos afetos despertados pela figura paterna, sente amor pela arte de narrar; o Sr. Antônio procurava um trabalho voluntário e encontrou este que adora exercer; a Adriana acredita que aí está a sua cura e adora contar as histórias que aprendeu com o seu pai; Ana Paula gosta de estar entre as crianças e sente paixão pelo que faz; Breno gosta muito de ouvir e de contar histórias, sente prazer e satisfação nesta atividade; a bibliotecária Iêda acredita que a leitura, o sonho e a literatura formam cidadãos participativos; Simone não sabe explicar direito, mas sente necessidade emocional de contar histórias; Tino diz que gosta de contar e sente que pode, por meio deste ato, passar algo de interessante para as pessoas.

Em Brasília, os contadores de histórias estão presentes, dando seu recado, sejam eles tradicionais ou modernos; pertencentes a grupos ou com atuação individual; apresentando-se em feiras, bibliotecas, escolas, festas, *shoppings*, hospitais e creches, entre outros, emprestando suas vozes não só para que mensagens continuem a ser enviadas para o amanhã, mas também para que aconteçam transformações no tempo presente.

Julguei importante transcrever algumas falas dos estudantes da graduação participantes desta pesquisa, que ouviram os contadores de histórias e também refletiram

sobre sua fala. A voz destas pessoas é carregada de emoção por terem se envolvido com a pesquisa e tido a oportunidade de passar pela experiência de pesquisador e, conseqüentemente, descobridor da magia de ouvir histórias. A arte de contar histórias é a arte de primeiro ouvi-las, para depois contá-las:

— A experiência de pesquisa com História Oral possibilitada com esse trabalho foi fantástica. Na oralidade descobre-se uma outra vida da palavra. A narrativa, quando oral, torna-se muito complexa e carregada de significados e símbolos que transitam mais livremente nesse meio (Clara Ramthum do Amaral).

— É importante aprender a ouvir, principalmente nos tempos em que vivemos. Todos gostam de falar, mas poucos gostam de escutar o que o outro tem para contar, devido a um mundo onde as pessoas estão presas aos ponteiros do relógio (Érica Taiane Pedrosa Melo).

— Deparei-me com vários autores já lidos em Antropologia, como Geertz, e em disciplinas da Comunicação, meu curso, como McLuhan, Ecléa Bosi e Walter Benjamin, o que me permitiu enxergar o tema da oralidade, da cultura e da comunicação por um paradigma enriquecedor da História. Sobre a experiência pessoal, devo dizer que conhecer o ofício dos contadores e do “Viva e Deixe Viver”, ampliou meu campo de visão para além das pessoas “industriais”, do “homem econômico”, que não vê poesia ou cultura que não a “produtiva” em seus cotidianos (Wemerson C. da Fonseca Fraga).

— Considero a entrevista como o fator mais gratificante do trabalho, pois trouxe a possibilidade de experimentar o fazer pesquisa na prática. Apesar das dificuldades enfrentadas avalio a disciplina de forma muito positiva. Ter tido contato com a história oral, perceber o que tem sido feito nesta área e quais as teorias a respeito deste tipo de história, foram igualmente gratificantes (Karoline Lima Siqueira).

A pesquisa pode, assim, ser avaliada positivamente, todos aprenderam, houve integração do grupo, a prática da pesquisa foi o ponto chave desta experiência e o aprofundamento teórico permitiu reflexões mais substanciais. Aprender a ouvir foi um grande ganho desta experiência, uma prática necessária para aquele que pretende seguir o caminho de pesquisador da oralidade.

Conforme ensina Loiva Félix (2001, p. 84), “o saber só se justifica e se legitima ao ser compartilhado. É dividindo-se com os outros que ele se multiplica e pode atingir a sua finalidade última, que é transformar e impulsionar a vida dos homens em sua trajetória terrestre.”

Contar histórias é uma forma de compartilhar saberes. De forma voluntária ou remunerada os contadores de histórias levam, por meio da oralidade, a literatura, os costumes e a cultura popular para as bibliotecas, escolas, teatros, praças. Eles são agentes responsáveis pela disseminação da sabedoria presente nos contos, possibilitando o acesso ao imaginário, alimentando sonhos e memórias, trazendo coisas que estavam adormecidas. Aprender a ouvir é uma habilidade que precisa ser novamente estimulada. A história oral tem um papel importante nessa retomada da oralidade. Ela está aí para ajudar a compreender melhor nosso

passado. Trabalhar com história oral representa lançar a vida do sujeito dentro da própria história.

Este exercício de investigação do passado é uma experiência que permite a compreensão do presente, de onde parte este olhar e se transforma em força mobilizadora para o futuro. Finalizo este capítulo, citando uma história contada por Jean-Claude Carrière (2004, p. 414), a partir de uma história muito antiga que ouviu e pesquisou:

Diante do oceano

Uma história persa muito antiga mostra o narrador como um homem isolado, de pé diante do oceano, Ele conta sem parar, história atrás de história, mal fazendo uma pausa para beber, de vez em quando, um copo d'água.

O oceano, tranquilo, o escuta fascinado.

E o autor anônimo acrescenta:

- Se um dia o contador se cala, ou se fazem com que ele se cale, ninguém pode dizer o que fará o oceano.

É prudente que o contador de histórias continue a contar histórias, as que conta desde que o mundo é mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou expor a integração de conceitos aparentemente opostos, mas que na verdade são complementares: oralidade/escritura, emissor/receptor, tradicional/moderno, real/imaginário. Buscou ainda estimular a sensibilidade de ouvidos leitores, na tentativa de manter viva e faiscante, a arte da narrar.

Realizada a pesquisa com os contadores de histórias na cidade modernista, que também traz os traços da tradição, pude perceber que a prática de contar histórias se mantém e se refaz apesar do desenraizamento de grande parte de seus habitantes, vindos dos quatro cantos do país. Esta prática transmitida oralmente sobrevive na cidade inventada, atravessa diferentes temporalidades, por sua constante capacidade de ressignificação. É da comunicação que se estabelece entre o contador de histórias e a comunidade de ouvintes que ela sobrevive.

Existe hoje um grande número de contadores de histórias no Distrito Federal, que praticam a arte de contar histórias nos mais diferentes espaços, e se o fazem, é porque encontram nestes espaços comunidades de ouvintes. De um modo geral os contadores de histórias são também bons ouvintes, pois a arte de contar histórias é a arte de primeiro ouvi-las, para depois contá-las. É importante ressaltar que o contador de histórias, por meio das histórias que conta, possibilita o acesso ao passado, funciona como uma ponte entre o porvir e o outrora.

Estudar os contadores de histórias presentes na cidade é também confundi-los com o discurso da própria cidade. Procurei abordar aspectos tradicionais e modernos desta cidade inventada que continua em processo de construção. Estes conceitos se interagem, pois as cidades são construções históricas que carregam as diferentes temporalidades. Procurei, então, decifrar a cidade dos muros invisíveis. Talvez eu não tenha descoberto a palavra certa, mas exercitei por meio da pesquisa a prática da leitura, da escuta e da escrita, exercícios necessários ao professor pesquisador. Percebi que existem muitas “Brasílias” dentro de Brasília, tal qual às cidades invisíveis de Ítalo Calvino que são muitas e reúnem o real e o imaginário.

Busquei, assim, encontrar nos contos o passado pouco estudado desta cidade. Procurei compor tramas, supor desfechos, enfim, construir uma narrativa a partir destes contos recolhidos, dos fragmentos encontrados e das falas dos contadores entrevistados, procurando reinscrever a realidade em outra instância, reconfigurando o tempo como ensina Ricoeur (1994).

Procurando pistas, como indica Ginzburg (1989), foi que encontrei nos contos sobre Brasília, a história anterior à construção da cidade. Fazendeiros que viviam nas terras sobre as quais o quadrilátero foi assentado, contam seus espantos com a chegada da modernidade, da penteadeira, do carro e de gentes vindas de todas as partes.

Atenta a uma concepção de historiografia na qual o passado é a fonte do presente é que busquei antecessores dos contadores de histórias no Distrito Federal, procurei também nas entrelinhas e nos não ditos estes sujeitos ao longo da história e da historiografia, buscando entender a partir dos fragmentos encontrados quem são estes sujeitos e o que os move a praticar esta arte.

A pesquisa mostrou não só a presença dos contadores de histórias no Distrito Federal e a importância de suas narrativas capazes de mostrar uma outra história de Brasília, como também mostrou a presença dos contadores de histórias ao longo do período colonial, nas vozes indígenas, negras e portuguesas.

Reconstruir esta história, participar, investigar, estudar, é algo estimulante, que fortalece o sentimento de pertencer a este lugar e a esta época. Percebo que as histórias contadas também contribuem para formar cidadãos participativos. O direito de recontar a história sobre um novo patamar faz com que a história seja viva, não estanque, nem petrificada.

Talvez, esta pesquisa realizada com os contadores de histórias possa vir a somar à história brasiliense em constante construção e contribuir para se pensar a cultura em sua multiplicidade. Talvez ainda, esta pesquisa possa contribuir para preencher algumas lacunas na história da cidade e, principalmente, despertar para a realização de novas pesquisas.

A pesquisa não tratou diretamente dos Direitos Humanos, mas possibilitou reflexões a este respeito e me levou a perceber que ouvir e contar histórias são direitos de todos os homens, e que este direito precisa ser estimulado em nossa sociedade individualista. É certo que todas as pessoas, indiferentemente de idade, raça ou gênero, podem e devem ouvir e contar histórias, compartilhar memórias, questionar, duvidar e recontar a História.

A fantasia, como afirma Tolkien (2010, p. 63), “continua sendo um direito humano: fazemos em nossa medida e em nosso modo derivativo, porque somos feitos à imagem e semelhança do Criador”. E isto nos insere em um campo da criação. Esse direito de criar precisa ser estimulado, estudado e praticado nas escolas e universidades que, de modo geral, seguem normas e regras e pouco abrem espaços para processos criativos. Nossas escolas desprezam a oralidade, pois o menino entra na escola e é logo convidado a silenciar e a

copiar. Esse direito à fantasia precisa ser estimulado, é necessário que se tome consciência deste direito de ouvir e de contar histórias, compartilhando memórias ancestrais.

Infelizmente nossas escolas ainda se preocupam somente com o “saber utilitário”, que ajuda a homogeneizar, a calar, a aceitar, a reproduzir e a copiar. Não temos uma escola voltada para a oralidade, para a discussão, a reflexão, o imaginário e o saber das coisas da emoção. É preciso valorizar as diferenças, saber ouvir e contar, despertar a consciência crítica e estimular o direito de recordação.

O tempo passado é sempre conflituoso, porque a história nem sempre acredita na memória e a memória sempre desconfia de uma reconstrução que não ponha em seu centro os direitos de recordação. Talvez isto indique o porquê de se ignorar na história sobre Brasília a existência de uma outra história, não contada, mas que está latente tanto na memória dos contadores, nas suas narrativas, como nos contos literários recolhidos a partir destas narrativas.

A rememoração, de acordo com Gagnebin (2004, p. 91), também significa uma atenção precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também agir sobre o presente. A fidelidade ao passado não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. Este olhar para o passado abre espaço para aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança, nem às palavras, abre espaço ao esquecido, ao silenciado e ao recalcado.

É a partir dos contos que esta história passa a ser descortinada. Este estudo dos contos e dos contadores de histórias no Distrito Federal trouxe à tona acontecimentos capazes de transmitir experiências do outrora, essenciais para a composição de memórias individuais e coletivas, como também permitiu uma compreensão maior deste quadrilátero, assentado sobre terras goianas já povoadas e repletas de histórias, antes mesmo da construção de Brasília. As histórias contêm algo de antigo que atravessa gerações e ao participarmos de uma sessão de contos podemos acessar esta ancestralidade, construindo assim uma memória de um tempo passado.

Os homens, como sujeitos da História e de sua temporalidade, podem produzir acontecimentos e mudanças, ou impedi-los de se concretizarem. Assim fazem os contadores, quando rememoram o passado da cidade em suas narrativas no presente. No ato de contar histórias eles ao mesmo tempo constroem referências e destroem certezas tão apregoadas pela História oficial. Assim, podem nesse ato de tecer, reafirmar o poder, ou contestá-lo, podem tolher a liberdade do ser ou reafirmá-la. A consciência de estar agindo e fazendo a história é

um passo importante para as pessoas optarem, centrarem-se em si e tomarem seus posicionamentos.

Hoje em Brasília um número razoável de pesquisadores conta a história do lugar e uma história ainda maior, descentralizada, pode vir a constituí-la no Distrito Federal, visto como um todo, com suas cidades quiçá independentes e autônomas. A proposta de descentralização da Universidade de Brasília representa um grande passo para a concretização desta proposta. É de grande importância que sejam incentivadas pesquisas durante a graduação e pós-graduação no entorno de Brasília, além do Plano Piloto de Lúcio Costa.

Brasília, cidade planejada/cidade não planejada, em convívio e distantes. Brazlândia, cidade onde resido há vinte e quatro anos tem hoje uma placa da Universidade de Brasília, que não deixa de ser uma bandeira de esperança para uma população de baixa renda, que reside há mais de 50 km do Plano Piloto, onde se localiza a maioria dos cursos superiores.

Percebo que a pesquisa é um momento de extrema aprendizagem, constatação de fatos que não estavam no *script* inicial do projeto. Penso que o pesquisador é um profissional que de repente aprende. Eu, como professora, no exercício da pesquisa, aprendi muito com esta experiência. Procurei a história dos contadores de histórias do Distrito Federal, e por não encontrá-la escrita me aventurei nesta pesquisa, buscando na fala de seus narradores e em suas histórias de vida, a possibilidade de torná-las transmissíveis.

Somente em um segundo momento, procurando a história de Brasília contada pelos contos, é que pude perceber que alguns narradores haviam sido ouvidos anteriormente e que suas falas guardadas nas páginas de livros podiam ainda ecoar uma outra história para Brasília. Percebo que existem muitas histórias a serem contadas, depende da perspectiva, das escolhas, e obviamente de seus narradores, ouvintes ou leitores.

As histórias estão sendo contadas e recontadas e mantêm um fio comum, no qual é possível identificá-las como as mesmas, capazes de ressignificação após cada apresentação. No caso deste estudo em tela, as histórias de um lugar anterior ao processo de construção da cidade modernista estão guardadas na memória e registradas em obras literárias, basta que se ouça o que elas têm para contar.

No início da pesquisa parecia quase impossível encontrar um contador de histórias tradicional na cidade, que trouxesse para o presente os fragmentos desta tradição que aqui se presentifica nas narrativas orais dos contadores. Com os estudos e com a pesquisa pude perceber que tradição e modernidade coexistem e co-habitam um mesmo espaço, nesta pesquisa o espaço da cidade.

Em Brasília é possível encontrar pessoas de várias idades e profissões diferentes que contam histórias. Pode-se observar a presença de uma História anterior à construção da cidade. Uma História na qual emerge um passado que, tecido nos fios da oralidade, chega aos tempos da Colônia. E este momento é um momento especial de compartilhamento de emoções apresentadas pela história narrada. O ato de ouvir e de contar histórias permite a possibilidade de reencantamento e isto é o que fazem os poetas e os contadores de histórias, pois acreditam no sonho.

Procurei neste estudo vozes que contam histórias, as suas e as que ouviram ou leram e se encantaram por elas, e as narram neste cenário iluminado pelo sol. Apesar do desenraizamento de grande parte dos seus habitantes, vindos dos quatro cantos, a prática de contar histórias se mantém e se refaz na cidade capital.

Nesta pesquisa, nesta “ginástica da atenção”, busquei dirigir o olhar para os contadores de histórias, uma categoria que pouco atraiu até então a atenção de pesquisadores. Busquei seguir as recomendações de Ecléa Bosi, Carlo Ginzburg e Walter Benjamin, e escutar o quase indizível e ver o invisível. E o mais importante é que esta pesquisa foi compartilhada, ouvida e refletida por um número maior de pessoas, acadêmicos de diversas áreas, que passaram por esta experiência e podem dar continuidade ao trabalho, pois contar histórias é a arte de primeiro ouvi-las e nesta pesquisa elas foram ouvidas.

Os contadores de histórias são também leitores e mediadores, pois sabem da importância do seu trabalho para formar futuros leitores. Os programas de incentivo à leitura apostam nesta idéia e incentivam a formação dos mediadores de leitura para que um maior número de pessoas tenha acesso a este patrimônio da humanidade guardado nas páginas silenciosas dos livros, aguardando a sonoridade libertadora da voz dos contadores de histórias.

E é claro que o que está escrito partiu das experiências adquiridas pelos homens ao longo dos tempos da existência humana. Os livros acumulam esta sabedoria e ao lermos aprendemos sobre esta existência e adquirimos a riqueza do conhecimento humano em toda a sua diversidade. Eu penso que muitas vezes os programas de incentivo à leitura esquecem que a fonte à qual recorrem os escritores quase sempre partiu da oralidade. Talvez a valorização da oralidade possa aproximar o não leitor do mundo da leitura.

“Quem conta um conto, aumenta um ponto: contadores de histórias no Distrito Federal (1991-2011)” buscou nos contos e na voz de seus contadores de histórias, confirmar a presença destes personagens na cidade capital. Tanto a presença de agricultores que já viviam nas fazendas existentes neste território antes da construção da nova capital, como também dos seus habitantes vindos de fora, aqueles que em suas viagens foram vivenciando experiências,

para depois contá-las. “Agricultores e marinheiros”, os exemplares, como ensina Walter Benjamin.

Esta pesquisa permitiu-me também viajar por espaços e temporalidades diferentes. De Marco Pólo, passando pelas Grandes Navegações, pelo descobrimento, colonização e república brasileira, até a chegada do século XX, do modernismo, da energia elétrica, as transformações do Brasil rural em urbano, chegando aos contadores de histórias presentes no Distrito Federal de hoje, cuja temporalidade estabelecida no projeto de pesquisa foi extrapolada, pois a história dos contadores de histórias é tão antiga como o próprio homem. Procurei então contextualizar a temporalidade estabelecida (1991), como sendo a época em que teve início a atual política brasileira do livro e da leitura.

Esta pesquisa permitiu descobrir os contos que contam outra história de Brasília, confirmando a hipótese de ser esta uma verdadeira biblioteca viva, capaz de contar, na voz de seus habitantes, os cantos e encantos dos quatro cantos do país, ecoando a autêntica narrativa do *homo brasiliensis*. Hipótese também confirmada com a pesquisa realizada em 1983 sobre os contos populares de Brasília, síntese da cultura brasileira, por meio da qual pude perceber as permanências do que foi herdado do colonizador e da criação e recriação de narrativas em todo o território nacional.

As modificações ocorridas são consideradas naturais no processo de transmissão oral, diferente do texto escrito onde a memorização precisa acontecer “palavra por palavra”. O texto oral tem uma estrutura básica, mas a forma pode e é comumente alterada, sem contudo, ferir a estrutura. O nosso estudo também possibilitou o acesso às pesquisas de 1950, realizadas por Malba Tahan no Brasil e por Dora Pastoriza de Etchebarn na Argentina, com formação de professores e bibliotecários na arte de contar histórias, as quais permitiram perceber que esta história aparentemente recente já acontece no Brasil há bastante tempo.

Esta pesquisa permitiu também descobrir que os índios Mebêngôkre andavam por estas terras há muito tempo atrás, protegendo este território dos invasores. Além de, durante este estudo, eu ter tido a oportunidade de ouvir a história contada pelo Cacique Bedjai, permitindo assim a reconstrução desta narrativa, atribuindo novos significados a esta história dos contadores de histórias presentes no coração do Brasil.

Termino esta dissertação citando fragmentos de uma lenda oriental que encontrei no livro *A arte de ler e de contar histórias*, de Malba Tahan (1957), “Uma fábula sobre a fábula”. Nela a Verdade resolveu visitar um palácio e haveria de ser o palácio de Harum-al-Raschid, Emir dos Crentes. “Primeiro cobriu-se com um véu preto. Prendeu nos pulsos braceletes negros e na mão esquerda um pedaço de corda, foi bater à porta do palácio” e disse ao chefe

dos guardas que era a Acusação e que desejava falar com o califa. O chefe dos guardas foi falar com o grão-vizir que respondeu assustado:

– Acusação! – exclamou Giafar, pálido, trêmulo. A acusação quer entrar neste palácio? Nunca! Que seria de mim, que seria de ti, que seria de todos nós, se a impiedosa Acusação entrasse nesta casa e fosse de corda em punho falar ao Rei? Seria a nossa desgraça. A nossa ruína, a nossa perdição! (TAHAN, 1957, p. 9-10).

Ele manda então que a mulher se vá, pelos caminhos de Allah! Mas a Verdade, que é tenaz, insinuante e caprichosa, retorna vestida de branco. Nos punhos, braceletes de prata e nas mãos uma balança negra de ferro, assim em forma de Justiça, retorna ao palácio. O grão-vizir novamente assustado disse:

– Justiça! – exclamou Giafar, pálido nervoso – A justiça quer entrar neste palácio? Não! Nunca! De modo algum! Que seria de mim, que seria de ti, que seria de todos nós, se a justiça, inflexível, com sua balança, entrasse neste palácio, pesasse as nossas culpas e fosse falar ao nosso Rei? Seria a nossa desgraça, a nossa perdição! (TAHAN, 1957, p. 10-11).

E então, pela terceira vez, a Verdade volta ao palácio, vestida com uma linda roupa, jóias riquíssimas, um lenço azul de seda, sandálias vermelhas e uma cesta de flores nos braços, chega em forma de Fábula. E o grão-vizir, esfregando as mãos e transbordando de alegria, desta vez disse:

– Por Allah! [...] A fábula quer entrar neste palácio? A fábula com suas flores, com sua beleza, com sua graça, quer falar ao nosso Rei? Que entre! Que fale! A sua visita é para nós motivo de alegria, de festa e de encantamento! Eu mesmo, eu, o primeiro ministro irei recebê-la! Eu mesmo irei apresentá-la ao nosso amo e senhor, o Califa Harum-al-Raschid, Emir dos Crentes!
E abertas, de par em par, as portas do belo palácio de Bagdá, a formosa peregrina entrou. Allahur akbar!
E foi assim, sob o aspecto de Fábula que a Verdade conseguiu chegar à presença do califa Harum-al-Raschid, Emir dos Crentes, rico e poderoso senhor dos Árabes, sombra de Allah na terra! (TAHAN, 1957, p. 12).

Talvez eu possa dizer que foi assim, em forma de Fábula, que busquei entrar no “palácio” da Universidade de Brasília e que consegui falar com o “imperador”, na figura dos Senhores Doutores desta Universidade. Por meio das histórias consegui dialogar com meu objeto durante as disciplinas cursadas e após esta trajetória, de tanta leitura e escrita, saio com tantas outras histórias para contar na certeza de que a Verdade em forma de Fábula é capaz de entrar em lugares que parecem impossíveis de serem adentrados.

“E entrei por uma porta, e saí por outra, quem quiser que conte outra...”

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta. “Nos requebros do Divino: Lundus e festas populares no Rio de Janeiro do século XIX”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.
- AMORIM, Galeno (org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Pró-livro, 2008.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BARROSO, Eloísa Pereira. *Brasília: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.
- BERTRAN, Paulo. As idades de Brasília. In: HERMUCH, *Abstrata Brasília Concreta*. São Paulo: Medialecom, 2003.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. *Romance do vaqueiro voador*. Brasília: LGE, 2006.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BRASIL TURISMO. *Guia geográfico do Distrito Federal*. Disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com/distrito-federal/mapa-regioes.htm>> Acesso em 2 abr. 2011.
- BUCHMANN, Armando José *et al.* *NOCACAP: 50 anos por Brasília*. Brasília: NOVACAP, 2010.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Fábulas italianas: Coletadas na tradição popular durante os últimos cem anos e transcritas a partir de diferentes dialetos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

- CARRIÈRE, Jean-Claude. *O círculo dos mentirosos: contos filosóficos do mundo inteiro*. São Paulo: Códex, 2004.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- _____. *Literatura Oral no Brasil*. São Paulo: Global, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 2009.
- COSTA, Cléria Botelho da (Org.). *Fazer história, contar história*. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DISTRITO FEDERAL. *Documento Distrito federal 10 anos: aspectos demográficos da população, trabalho e rendimento, domicílio e posses de bens*. Brasília: Codeplan, 2010.
- ETCHEBARNE, Dora Pastoriza de. *El arte de narrar: um ofício olvidado*. Buenos Aires: Guadalupe, 1975.
- FELIX, Loiva Otero. *Memória e história: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDUPASSO FUNDO, 2001.
- FRANCISCO, Severino. *Palácio da Alvorada: majestosamente simples*. Brasília: ITS, 2011.
- FREITAS, Tino. *Brasília de A a Z*. São Paulo: Salesiana, 2010.
- FREITAG, Barbara. *Capitais migrantes e poderes peregrinos: O caso do Rio de Janeiro*. Campinas: Papyrus, 2009.
- FREITAG, Barbara. “Brasília Refletida”. In: HERMUCH, Wagner (coord.) *Abstrata Brasília concreta*. São Paulo: Mediaecon, 2003.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- GAGNABIN, Jeanne Marie. *Memória e (res) sentimentos: indagações sobre a questão social*. Campinas: Editor Unicamp, 2004.
- GIRARDELLO, Gilka (Org.). *Baús e chaves da narração de histórias*. Florianópolis: SESC/SC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2009.

KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Contribuições à semântica do tempo histórico*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LAUERHASS, Ludwig Jr. E NAVA, Carmen. *Brasil uma identidade em construção*. São Paulo: Ática, 2007.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História (17). São Paulo: EDUC, 1998.

LONTRA, Marcos. Tempos modernos, verdades eternas. In: MATTAR, Denise (Curadora). *O Olhar modernista de JK*. Catálogo da exposição, Palácio do Itamaraty, 10 de novembro a 12 de dezembro de 2004. São Paulo: FAAP, 2004.

LÚCIO, Magda de Lima. *Nova periferação urbana: políticas públicas com financiamento internacional e o impacto na produção de direitos sociais*. Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília: UnB, 2007.

NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.) *A construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

ONG, Walter. *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011. (livre tradução)

PAVIANI, Aldo. *Brasília 50 anos: a capital da metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.

_____. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora UnB, 2010.

PEDROSO, Consiglieri. *Contos populares portugueses*. São Paulo: Editora Landy, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord). *500 anos de América: imaginário e utopia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy e LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Orgs.). *Narrativas, Imagens e práticas sociais*. Porto Alegre: Asterisco, 2008a.

_____. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

_____. *Palavras para crer*. Imaginários que falam do passado. Número 6 – 2006. Disponible sur: <http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>

PIMENTEL, Altimar de Alencar. *Estórias de Luzia Tereza*. Brasília: Thesaurus, 1995.

_____. *Contos populares de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 1998.

- RAMOS, Graça. *Palácio do Planalto: entre o cristal e o concreto*. Brasília: ITS, 2011.
- RIBEIRO, Berta G. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da USP, 1988.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo I). Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.
- SALIBA, Elias Thomé. “Reinvenção da história”. In: RODRIGUES, Ana Maria (Coord.). *Olhares modernistas*. Catálogo da exposição. Portugal: comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos, 2000.
- SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Ler o Mundo*. São Paulo: Global, 2011.
- SENNET, Richard. *Carne, pedra e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- TAHAN, Malba. *A arte de ler e de contar histórias*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América e a invenção do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- TOLKIEN, J.R.R. *Sobre histórias de fadas*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010.
- VELOSO, Telma. *Oralidade e Subjetividade: os meandros infinitos da memória*. João Pessoa, EDUEP, 2005.

CORPUS DOCUMENTAL

1 Escrito:

1.1 Contos

GARCEZ, Lucília. *Mãe do Ouro*. São Paulo: Scipione, 2005.

MAGALHÃES, Tico. *O Mito do Calango Voador, parte 3: A mata e a triste criatura comedora de homens*. Brasília: Seu Estrelo e o Fuá do terreiro. Folheto.

RIBEIRO, Helena Maria. *Contos, lendas e estórias do Distrito Federal*. V. 1, 2, 3, 4. Brasília: Fábrica do Livro, 2005a, 2005b, 2005c, 2005d.

SANTOS, Maria Cilene. *De amor e traição: crônicas brasilienses e outras histórias*. Brasília: Thesaurus, 2000.

2 Oraís:

Entrevistas com os contadores de histórias do Distrito Federal:

- Dona Maria Consuelo Santos Lima, 82 anos – entrevistada por Karoline Lima Siqueira;
- Sr. Filomeno Castro Gomes, 62 anos – entrevistado por Francisco Carlos C. Filho;
- Sr. Nonato Pinheiro, 70 anos – entrevistado por Clara Ramthum do Amaral.
- Sra. Cília Cardoso, 47 anos – entrevistada por Adriana C. Lima.
- Sr. Tino Freitas, 39 anos – entrevistado por Lorranye P. Araújo.
- Sra. Ana Paula Bernardes, 40 anos – entrevistada por Lorranye P. Araújo.
- Sr. Antonio C. Muniz, 48 anos – entrevistado por Wemerson Charley da Fonseca.
- Sra. Iêda Muniz, 56 anos – entrevistada por Kelly Martins Santos.
- Breno Arruda Vieira, 21 anos – entrevistado por Pilar j. Castro.
- Sra. Adriana Maciel, 37 anos – entrevistada por Érica Taiane.
- Sra. Simone Carneiro, 39 anos – entrevistada por Pedro Vilanova Reis.

3 Filmes:

Narradores de Javé: O povo aumenta mais não inventa. Eliane Café. Drama. Bananeira Filmes, 2003, 1 v., color., DVD (102 min.).

Hollywood no Cerrado. Tânia Montoro e Armando Bulcão. Documentário. UnB TV/Cia do Filme/Na Lata Filmes/Start Filmes, 2011, 1 v., color., DVD (85 min.).

Histórias. Paulo Siqueira. Documentário. Obra Prima Produções/Benita Prieto, 2005, 1 v., color., DVD (60 min.).

Brasília segundo Feldman. Vladimir Carvalho. Documentário. Centro Nacional de Referência Cultural, 1979, 1 v., p & b, DVD (20 min.).

Tempos Modernos. Charles Chaplin. United Artists, 1936, 1 v., p & b, DVD (87 min.).

4 Cds/Letras de Músicas na Internet

BLANCO, Billy. *Não vou prá Brasília*. Rio de Janeiro: Mocambo, p1957. Disponível em: <[http://www.musicabrasileira.net/Billy Blanco](http://www.musicabrasileira.net/Billy%20Blanco)> e <[http://www.lettras.com.br/billy blanco/](http://www.lettras.com.br/billy_blanco/)>. Acesso em 15 abr. 2011.

TATIT, Paulo; PERES, Sandra. *Canções de Brincar*. São Paulo: Palavra Cantada, p1996, 1Cd, faixa 14(3 min.).

_____. *Pé com Pé*. São Paulo: Palavra Cantada, p2005, 2Cds e 1 libreto, faixa 1(3:03 min.).

APÊNDICE: Roteiro da Entrevista

1. Identificação:

- Nome:
- Endereço:
- Procedência:
- Idade:

2. Atuação Profissional:

- Formação como contador de histórias, fez cursos?(quais, onde, quando):
- Quem são os ouvintes:
- Tempo de duração da sessão de contos:
- Periodicidade em que conta (semanal, mensal, diário):
- Local de atuação:
- Participa de algum grupo de contadores de histórias?
- Por que conta histórias?

3. Histórias contadas:

- Principais histórias contadas (nome) solicitar que contem uma história,
- Identificar as mais contadas.
- Como conta (observar a performance):
- Qual história mais conta, e qual a que o público mais gosta:
- Se tiver escrita solicitar a história contada, fonte:
- Forma de contar. Utiliza algum recurso? Quais? (imagens, bonecos, objetos, aventais, etc.)
- Reação do público diante das histórias contadas;
- Percepção deles sobre a ocupação de contador de histórias.